



PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

IFMT

2019 | 2023



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Willian Silva de Paula
Reitor

Túlio Marcel Rufino Vasconcelos de Figueiredo
Pró-Reitor de Administração

João Germano Rosinke
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Carlos André de Oliveira Câmara
Pró-Reitor de Ensino

Marcus Vinicius Taques Arruda
Pró-Reitor de Extensão

Wander Miguel de Barros
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Rodolfo Rossmann Goncalves
Diretor Sistêmico de Tecnologia da Informação

Fernanda Christina Garcia da Costa
Diretora Sistêmica de Gestão de Pessoas

Sônia Regina Guimarães da Fonseca
Diretora Sistêmica de Relações Internacionais

Júlio César dos Santos
Diretor-Geral do *Campus* Alta Floresta

Leandro Miranda
Diretor-Geral do *Campus* Barra do Garças

Salmo César da Silva
Diretor-Geral do *Campus* Cáceres - Prof. Olegário Baldo

Fábio Luís Bezerra
Diretor-Geral do *Campus* Campo Novo do Parecis

Giliard Brito de Freitas

Diretor-Geral do *Campus* Confresa

Deiver Alessandro Teixeira
Diretor-Geral do *Campus* Cuiabá – Bela Vista

Cristovam Albano da Silva Júnior
Diretor-Geral do *Campus* Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva

João Aparecido Ortiz França
Diretor-Geral do *Campus* Juína

Stéfano Teixeira Silva
Diretor-Geral do *Campus* Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste

Dimorvan Alencar Brescancim
Diretor-Geral do *Campus* Primavera do Leste

Laura Caroline Aoyama Barbosa
Diretora-Geral do *Campus* Rondonópolis

Lívio dos Santos Wogel
Diretor-Geral do *Campus* São Vicente

Claudir Von Dentz
Diretor-Geral do *Campus* Sorriso

Sandra Maria de Lima
Diretora-Geral do *Campus* Várzea Grande

Ubiranei de Freitas Marinho
Diretor-Geral *Pro-Tempore* do *Campus* Avançado Diamantino

Luciano Endler
Diretor-Geral *Pro-Tempore* do *Campus* Avançado Guarantã do Norte

João Vicente Neto
Diretor-Geral *Pro-Tempore* do *Campus* Avançado Lucas de Rio Verde

Gilma Silva Chitarra
Diretora-Geral do *Campus* Avançado Sinop

Gilcélvio Luiz Peres
Diretor-Geral do *Campus* Avançado Tangará da Serra

Comissão Central de Elaboração do PDI

João Germano Rosinke – Presidente
Adriano Breunig
Ariele Silvestre dos Santos
Carlos André de Oliveira Câmara
Constantino Dias da Cruz Neto
Edilene Sakuno Maeda
Edson Jerônimo Nobre
Elson Santana de Almeida
Fátima Elizabete dos Reis Matias
Fernanda Christina Garcia da Costa
Glaucia Mara de Barros
Glaucilene Silva Gonçalves
Helena Honorato Snowareski
Jessica Fernanda de Lima Monge
José Bispo Barbosa
Luciana Gonçalves de Lima
Luciana Maria Klamt
Marcos Almeida de Faria
Marcus Vinícius Taques Arruda
Maria Anunciata Fernandes
Marilane Alves Costa
Michelle Eiko Hayakawa
Mychel Wheverardo Araújo Pessoa
Rafael de Araújo Lira
Renata Raizel Policarpo
Rodolfo Rossmann Gonçalves
Rodrigo Pacheco Guedes
Sonia Regina Guimaraes da Fonseca
Terezinha Hota da Silva
Tulio Marcel Rufino de Vasconcelos Figueiredo
Vandervânio Osni Pacheco dos Santos
Vinícius de Moraes Arantes
Wander Miguel de Barros

Comissões Locais de Elaboração do PDI

Campus Primavera do Leste

Alcindo José Dal Piva
Cristian Hansen
Daniel de Rezende
Dimorvan Alencar Brescancim
Luiz Carlos Alves Filho
Vanderlei da Silva

Campus Avançado Diamantino

Reinaldo Gomes de Arruda
Daniel da Costa e Faria
Giselda Correa Dorileo
Givaldo Dantas Sampaio Neto
Fernando João Bispo Brandão
Ubiranei de Freitas Marinho
Jussara Edna Meira da Silva
Jandilson Vitor

Campus Várzea Grande

Sandra Maria de Lima
João Bosco Lima Beraldo
Renan Polizei
Joao Vitor Gobis Verges
Larissa Mendes Medeiros Taques
Fernanda Marques Caldeira

Campus Cuiabá – Bela Vista

Deiver Alessandro Teixeira
Giovani Valar Koch
Andrey Maldonado Gomes da Costa
Carolina Balbino Garcia dos Santos
Veralucia Guimaraes de Souza
Francismeiry Cristina de Queiroz
Rodolfo de Oliveira Sarat

Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva

Cristovam Albano da Silva Junior
Marcos Vinicius Santiago Silva
Alceu Aparecido Cardoso
Simone Raquel Caldeira Moreira da Silva
Saulo Augusto Ribeiro Piereti
Olgda Laria Borges de Paula
Douglas Neves da Silva

Campus Rondonópolis

Marcelo Pereira Dantas da Silva
Eliezer Polinati Silva
Ademilso Lira de Matos
Nelson Luiz Graf Odi
Magda Cabral Costa Santos
Maria Aparecida de Almeida
Laura Caroline Aoyama Barbosa
Diogo Italo Segalen da Silva

Campus Avançado Tangará da Serra

Gilma Silva Chitarra
Renan Vitek
Marcos Vinícius Alves de Oliveira
Murilo Araújo Santos
Fernanda Assis de Oliveira Nascimento
Chalani Kinthia de Freitas
Carlos Eduardo Gomes da Costa
Marco Antonio Garcia Monteiro

Campus Juína

João aparecido Ortiz de França
Indianara Cristiny Franco Rodrigues
Wagner Mendes da Silva
Messias Aparecido Gama Silva
Ademaria Moreira Novais
Jones Willian Soares de Queiroz
Leonir Cleomar Janke

Campus Avançado Guarantã do Norte

Valdenor Santos Oliveira
Fernando Viana Costa
Luciano Endler
Sandro Marcelo Caravina
Thiago Santana Cotrim
Guilherme José Santini da Silva
Rosangela Maria Pinheiro dos Santos Fernandes
Lourenço José Cavalcante Neto

Campus São Vicente

Livio dos Santos Wogel
Fábio Henrique de Oliveira Silva
Alex Caetano Pimenta
Osvaldo Martins Capelani
Ronaldo José Perin
Silvana Alves Pedrozo
Daniela Fernandes da Silva

Campus Confresa

Aldemira Ferreira da Silva
Dhanny Fernanda Ferreira de Freitas
Edna Lucia Sousa Cruz
José Antônio do Vale Santana
Leandro Batista Urzeda Caetano
Lucimar Aparecida Soares da Silva
Giliard Brito de Freitas

Campus Alta Floresta

Julio Cesar dos Santos
Tatiane do Nascimento
Leandro Souza Messias
Manoel Silva e Souza
Fernanda Oliveira Silva
Adriano Campos
Welismar Almeida da Silva

Campus Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste

Stefano Teixeira Silva
Adriel Martins Lima
Leomir Batista Neres
Liliane Silva Pena
Manuela Arruda dos Santos Nunes da Silva
Vanderluce Moreira Machado
Carlos Rafael Dias
Naiara Cassia dos Santos
Jullian Cezar Zan
Maurício Arantes Vargas
Miguel Eugênio Minuzzi Vilanova

Campus Avançado Lucas de Rio Verde

Celso José Ferst Júnior
Evandro Silva Alves
Marcos Vinicius rodrigues Davino
João Vicente Neto
Danillo Mattos Gregório

Campus Barra do Garças

Manoel Rodrigo Moreira
Flávia Lorena Brito
Gleiner Rogerys Marques de Queiroz
João Luis Binde
Maria Cristina da Silva
Polyana Monção de Oliveira
Leandro Miranda
Alexis Vinícius de Aquino Leal

Campus Sorriso

Claudir Von Dentz
Marcionei Rech
Elisangela Maria da Silva
Dácio Olibone
Liandra Cristine Belló Grosz

Lindomar Kinzler

Campus Campo Novo do Parecis

William Benedito da Silva
Eunice Claudia Schlick Souza
Marco Tulio Melo Morais
Marcia Cristina Becker
Marcos Aurelio Vargas
Tania Maria Alves de Abreu Gimenes
Dayana Luiza Schwerz
Willian Alberti
Fabio Luis Bezerra

Campus Cáceres - Prof. Olegário Baldo

Cristian Jacques Bolner de Lima
Eliel Regis de Lima
Juberto Babilônia de Sousa
Juçara Tinasi de Oliveira
Lucas Nunes Jorge
Marcelo de Oliveira Galvão
Marcos Aparecido Pereira
Matheus de Mesquita Pontes
Priscilla da Silva Rodrigues
Reginaldo Antônio de Medeiros
Suely Nobre de Sousa
Salmo César da Silva

Campus Avançado Tangará da Serra

Willian Geovani Fiirst (Presidente)
Camila Beatriz Bennemann
Débora Neves de Melo
Débora Borges dos Santos
Fausto Jacomin
Leonardo Santana de Lima
Rodrigo Augusto Leão Camilo
Gilcelio Luiz Peres

FICHA CATALOGRÁFICA

P _____

Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2023./

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá-MT: IFMT, 2018.

1.Ensino Superior. 2.PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional. 3.Pesquisa. 4.Ensino. I.Título

CDU ____

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CC	Colegiado de Curso
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CNE	Conselho Nacional de Educação
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUP	Conselho Superior
COPLAN	Conselho de Planejamento e Administração
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DSGP	Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas
DSRI	Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais
DSTI	Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação



EaD	Educação à Distância
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MT	Mato Grosso
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NPPD	Núcleo Permanente de Pessoal Docente
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDCA	<i>Plan Do Check Act</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação



PNEDH	Plano Nacional dos Direitos Humanos
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PRODIN	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego
PROPES	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
SESu	Secretaria de Educação Superior
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Indicador de desempenho 01
QUADRO 02	Indicador de desempenho 02
QUADRO 03	Indicador de desempenho 03
QUADRO 04	Indicador de desempenho 04
QUADRO 05	Indicador de desempenho 05
QUADRO 06	Indicador de desempenho 06
QUADRO 07	Indicador de desempenho 07
QUADRO 08	Indicador de desempenho 08
QUADRO 09	Indicador de desempenho 09
QUADRO 10	Indicador de desempenho 10
QUADRO 11	Indicador de desempenho 11
QUADRO 12	Indicador de desempenho 12
QUADRO 13	Indicador de desempenho 13
QUADRO 14	Indicador de desempenho 14
QUADRO 15	Indicador de desempenho 15
QUADRO 16	Indicador de desempenho 16
QUADRO 17	Indicador de desempenho 17
QUADRO 18	Indicador de desempenho 18
QUADRO 19	Indicador de desempenho 19
QUADRO 20	Indicador de desempenho 20
QUADRO 21	Indicador de desempenho 21
QUADRO 22	Indicador de desempenho 22
QUADRO 23	Indicador de desempenho 23
QUADRO 24	Indicador de desempenho 24
QUADRO 25	Indicador de desempenho 25
QUADRO 26	Indicador de desempenho 26



QUADRO 27	Indicador de desempenho 27
QUADRO 28	Indicador de desempenho 28
QUADRO 29	Indicador de desempenho 29
QUADRO 30	Áreas de convivência para os discentes
QUADRO 31	Cronograma oferta cursos FIC
QUADRO 32	Cronograma oferta cursos técnicos
QUADRO 33	Cronograma oferta cursos de graduação
QUADRO 34	Cronograma oferta cursos pós-graduação <i>lato sensu</i>
QUADRO 35	Cronograma oferta cursos pós-graduação <i>stricto sensu</i>
QUADRO 36	Dimensões da avaliação superior – SINAES
QUADRO 37	Estrutura da gestão de riscos no IFMT
QUADRO 38	Polos de Ead
QUADRO 40	Marcos legais sobre acessibilidade

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Composição do CONSUP
FIGURA 02	Composição do CODIR
FIGURA 03	Composição do CONSEPE
FIGURA 04	Composição do COPLAN
FIGURA 05	Matriz SWOT do IFMT
FIGURA 06	Mapa estratégico do IFMT
FIGURA 07	PDCA
FIGURA 08	Composição da força de trabalho

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Delimitação territorial
TABELA 02	Indicador de qualificação do corpo docente
TABELA 03	Experiência profissional no magistério superior
TABELA 04	Experiência profissional na docência em educação básica
TABELA 05	Experiência magistério superior
TABELA 06	Infraestrutura atual

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
1. PERFIL INSTITUCIONAL	28
1.1. Introdução	28
1.2. Delimitação Territorial	29
1.7. Áreas de Atuação Acadêmica	31
1.8. Organização Administrativa	32
1.9. Órgãos Colegiados	33
1.10. Composição dos Órgãos Colegiados	33
2.0. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019-2023	36
2.1. Análise SWOT	38
2.2. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Institucionais	39
2.2.1. Monitoramento, Controle e Revisão do PDI	55
3.0. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	57
3.1. Apresentação	57
3.1.1. Concepção de Ser humano, Sociedade, Cultura, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Educação	59
3.1.2. Concepção de Currículo	63
3.1.3. Fundamentos do currículo integrado	64
3.1.4. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica	66
3.1.5. A pesquisa como princípio educativo	67
3.1.6. O trabalho como princípio educativo	68
3.1.7. O respeito à diversidade	69
3.1.8. Interdisciplinaridade	72
3.1.9. Concepção de Gestão Educacional	73
3.2. Diretrizes Para a Prática Pedagógica	76
3.2.1. O planejamento pedagógico	76
3.2.2. A avaliação da aprendizagem e do ensino	78
3.3. Concepções de Ensino, Pesquisa e Extensão	81
3.3.1. Ensino	81
3.3.2. Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional	81
3.3.3. Educação Profissional Técnica de Nível Médio	81
3.3.4. Educação Superior de Graduação	86
3.3.5. Certificação Profissional	87
3.3.6. Educação a Distância	88



3.3.7. Direitos Humanos	90
3.3.8. Assistência Estudantil	91
3.4. Extensão, Pesquisa e Inovação	93
3.4.1. Pós-Graduação	94
3.4.2. Extensão e Interação com a Sociedade	96
3.4.3. Acompanhamento e Avaliação do PPI	97
4.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL	98
4.1. Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural	98
4.2. Políticas Institucionais Voltadas à Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, da Igualdade Étnico-racial, Indígenas e Quilombolas	99
4.2.1. Políticas Institucionais voltadas à Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos	100
4.2.2. Políticas Institucionais voltadas à Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade Étnico-Racial	101
5.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL	104
6.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)	106
6.1. Tecnologias da Informação e Comunicação nos Processos Formativos do IFMT	111
6.2 Formação Inicial e Continuada de Professores, Tutores e Mediadores	111
6.3 Formação Inicial e Continuada dos Servidores não-docentes no Exercício de sua função	112
6.4 Contribuir para o Desenvolvimento Profissional dos Cidadãos em seu Contexto Social	113
7.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DOCENTE E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	114
8.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	116
9.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	119
9.1. Da Internacionalização no IFMT	121
10.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	122
10.1. Política Nacional de Assistência Estudantil	122
10.1.2. Política de Assistência Estudantil do IFMT	124
10.2. Organização Estudantil	126
10.3. Permanência e Êxito dos estudantes do IFMT	127



10.3.1. Nivelamento	129
10.3.2. Do apoio pedagógico e psicopedagógico	129
10.4. Condições de acesso para PCDs	130
10.5. Política de Ingresso	130
11.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	132
12.0. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	133
12.1. Programa de Formação Continuada	135
12.2. Incentivo à Qualificação Docente	136
12.3. Apoio Financeiro	137
13.0. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IFMT	138
13.1. Planejamento da Expansão Física	138
13.2. Planejamento de Abertura de Polos Ead e ou Ambientes Profissionais como Forma de Expansão Física	139
13.2.1. Estudo para implementação de polos de apoio presencial	140
13.3. Cronograma de oferta de cursos de formação inicial e continuada	142
13.4 Cronograma de oferta de cursos técnicos	145
13.5 Cronograma de oferta de cursos de graduação	149
13.6 Cronograma de oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu	153
13.7 Cronograma de oferta de cursos de pós-graduação Stricto Sensu	155
14.0. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO IFMT	156
14.1. Perfil dos Cursos	158
14.2. Unidades para Oferta de Cursos Presenciais e Polos de Educação a Distância	160
14.3. Incorporação de Recursos Tecnológicos	160
15.0 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES EAD	163
15.1. Titulação do Corpo Docente e de Tutores EAD	163
15.2. Experiência Acadêmica no Magistério Superior	165
15.3. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	166
15.4. Experiência Profissional não Acadêmica	167
15.5. Expansão do Corpo Docente e Tutorial	168
15.6. Critérios de Seleção e Contratação	169
15.7. Plano de Carreira Docente e Tutores EAD	169
15.8. Regime de Trabalho	169
15.9. Procedimentos para Substituição (definitiva e eventual) dos Docentes e Tutores EAD do Quadro do IFMT	170



16.0. POLÍTICAS DE GESTÃO	171
16.1. Procedimentos de Autoavaliação Institucional	172
16.1.1. Ampliação da Avaliação Institucional para Atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio	173
16.1.2. Princípios da Avaliação Institucional	174
16.1.3. Objetivos da Autoavaliação	175
16.1.4. Metodologia da Autoavaliação	177
16.1.6. Instrumentos de Autoavaliação	182
16.2. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	182
16.3. Procedimentos de Atendimento aos Estudantes	183
16.3.1. Admissão de novos estudantes	184
16.3.2. Apoio Psicopedagógico	184
16.3.3. Atendimento para a carreira e Acompanhamento de egressos	185
16.4. Corregedoria	186
16.5. Política Institucional de Comunicação	186
16.5.1. Ouvidoria / E-SIC	188
16.5.2. Pesquisa de Satisfação dos Serviços da Reitoria	190
16.6. Gestão de Riscos	190
16.7. Projeto de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico em Meio Físico e Digital	192
16.7.1. Objetivo	193
16.7.2. Justificativa	193
16.7.3. Formas de Gestão dos Documentos	194
16.7.4. Acervo Acadêmico em Meio Digital – Sistema Informatizado	195
16.7.5. Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED	195
16.7.6. Avaliação de Documentos	196
16.7.7. Responsáveis pela Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico	196
16.7.8. Procedimentos para a Implementação do Acervo Acadêmico em Meio Digital	196
16.8. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira	197
16.8.1. Demonstração da Sustentabilidade Financeira	197
16.8.2. Estratégias da Sustentabilidade Financeira	198
16.8.3. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna	199
17.0. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	200
17.1. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	206
17.2. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas	208
17.3. Plano de Manutenção dos Laboratórios	208



17.3.1. Pessoal Técnico de Apoio	209
17.4. Oferta de Educação a Distância	209
17.4.1. Abrangência Geográfica	210
17.4.2. Infraestrutura Física, Tecnológica e de Pessoal para os Polos EAD	212
17.4.3. Relação de Polos de Educação a Distância Previstos para a Vigência do PDI	213
17.4.4. Previsão da Capacidade de Atendimento ao Público-alvo	214
17.4.5. Descrição das Inovações Tecnológica Significativas Adotadas para Execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Previstos	215
17.4.6. Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático	215
17.4.7. Polos de Educação a Distância e Ambientes Profissionais	216
17.5. Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade	217
18.0. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E EXPANSÃO DE ACERVO ACADÊMICO - BIBLIOTECA	228
18.1. Sistema Integrado de Bibliotecas IFMT	228
18.2. Políticas de Biblioteca com Acervo Digital	228
18.3. Critérios para a Formação do Acervo	229
18.4. Recurso Financeiro	230
18.4.1. Níveis de responsabilidades pela aquisição do acervo	230
18.5. REVISÃO DA POLÍTICA DE SELEÇÃO DO ACERVO	231
19. POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC	232
19.1. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO ACEITÁVEL DE TECNOLOGIA	232
19.1.1. Uso de Equipamentos Particulares	232
19.1.2. Equipamentos de terceiros	232
19.1.3. Mídias removíveis - Controles de Uso	232
19.1.4. Uso de Mídia Removível Particular	233
19.1.5. Mídias em trânsito	233
19.1.6. Servidor de arquivos	233
19.1.7. Arquivos gravados em sistemas de <i>Cloud Computing</i> (nuvem)	233
19.1.8. Acesso à Internet	234
19.1.9. Uso de Correio Eletrônico	234
19.1.10. Uso Autorizado	234
19.1.11. Acesso ao e-mail pessoal	235
19.1.12. Computação móvel e trabalho remoto	235
19.1.13. Elegibilidade dos Acessos Remotos para Colaboradores	235



19.1.14. Uso de telefone (fixo e celular)	235
19.1.15. SEGURANÇA	236
19.2. DISASTER RECOVERY:	239
19.3. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA – IFMT	242
19.4. REDUNDÂNCIA - PLANO CONTINGÊNCIA	242
19.4.1. Infraestrutura de execução e suporte.	242
19.4.2. Plano de expansão e atualização de equipamentos.	243
19.4.3. Recursos de tecnologias de informação e comunicação.	245
19.5. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA.	246
19.6. POLÍTICA DE USO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	250
19.6.1. POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO	250
19.6.2. COMPETÊNCIAS	253
19.7. POLÍTICA DE USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO IFMT	255
19.7.1. POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS	255
19.7.2. SANÇÕES	259
19.7.3. APOIO TÉCNICO	259
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), concebido para vigor durante o período 2019-2023, é um instrumento de política que reflete em seu conteúdo e em sua forma as muitas mudanças ocorridas nos últimos anos, tanto na educação superior brasileira em geral, quanto na realidade do IFMT e da região em que está inserida.

Na última década, mais que em qualquer outro momento histórico, novas tecnologias surgiram e foram incorporadas à sociedade contemporânea, trazendo benefícios, por um lado, e toda uma gama de novos desafios, por outro – em especial se consideradas as grandes disparidades sociais que ainda afligem grande parte do povo brasileiro, dependente de ações inclusivas que resgatem a sua cidadania e o seu acesso a esses novos conhecimentos e possibilidades.

Neste contexto estabelecer metas para a educação superior de qualidade para a região de atuação do IFMT foi um desafio pois a instituição está comprometida ética e socialmente com o ser humano e com os recursos materiais e naturais dessa região.

Assim este PDI objetiva projetar as disposições do IFMT em relação ao futuro, coletivamente almejado, sendo a missão, a visão, os princípios, os objetivos, as metas e as ações aqui delineadas guiarão as decisões da gestão, de modo a regular o planejamento e as ações de cada dimensão institucional, considerando a dinamicidade da vida acadêmica e a flexibilidade diante de necessidades emergentes.

Portanto, este PDI orientará o acompanhamento e a avaliação contínuos do desenvolvimento institucional.

Tendo em vista o Decreto nº 9.235/2017 e com foco as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) para a formalização deste PDI, o documento está organizado em capítulos, que descrevem, entre outros:

- I** - missão, objetivos e metas do IFMT em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;
- II** - projeto pedagógico do IFMT, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão;
- III** - cronograma de implantação e desenvolvimento do IFMT e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância;
- IV** - organização didático-pedagógica do IFMT, com a indicação de número e natureza de cursos e respectivas vagas, unidades e campus para oferta de

curso presenciais, polos de educação a distância, articulação entre as modalidades presencial e a distância e incorporação de recursos tecnológicos;

V - oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso;

VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância, com indicação dos requisitos de titulação, da experiência no magistério superior e da experiência profissional não acadêmica, dos critérios de seleção e contratação, da existência de plano de carreira, do regime de trabalho, dos procedimentos para substituição eventual dos docentes do quadro e da incorporação de docentes com comprovada experiência em áreas estratégicas vinculadas ao desenvolvimento nacional, à inovação e à competitividade, de modo a promover a articulação com o mercado de trabalho;

VII - organização administrativa do IFMT e políticas de gestão, com identificação das formas de participação dos docentes, tutores e estudantes nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos, dos procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos estudantes, das ações de transparência e divulgação de informações do IFMT e das eventuais parcerias e compartilhamento de estruturas com outras instituições, demonstrada a capacidade de atendimento dos cursos a serem ofertados;

VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais;

IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;
2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e
3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; e

b) com relação aos laboratórios: instalações, equipamentos e recursos tecnológicos existentes e a serem adquiridos, com a identificação de sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos e a descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras;

XI - oferta de educação a distância, especificadas:

- a) sua abrangência geográfica;
- b) relação de polos de educação a distância previstos para a vigência do PDI;
- c) infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados;
- d) descrição das metodologias e das tecnologias adotadas e sua correlação com os projetos pedagógicos dos cursos previstos; e
- e) previsão da capacidade de atendimento do público-alvo.

Nesse sentido, o documento converge com às políticas nacionais de educação e relata as expectativas da comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso para os próximos cinco anos. Buscou-se definir os objetivos estratégicos institucionais atrelados a indicadores de desempenho e a metas em diferentes áreas, fazendo do PDI uma ferramenta de gestão educacional.

Missão do IFMT

“Educar para a vida e para o trabalho”

Visão do IFMT

“Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.”

Valores do IFMT

Ética

Inovação

Legalidade

Transparência

Sustentabilidade

Profissionalismo

Comprometimento

Respeito ao cidadão

1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFMT tem no Estado de Mato Grosso a sua área de atuação geográfica, conta com 14 *campi* em funcionamento (Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande). Possui ainda 05 *campi* avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte.

Atualmente, possui aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos nos níveis: Superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), Pós-graduação (especializações e mestrados), Técnico (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e Proeja), Educação a Distância (UAB e Profucionário), além de cursos de curta duração, como FIC (Formação Inicial e Continuada).

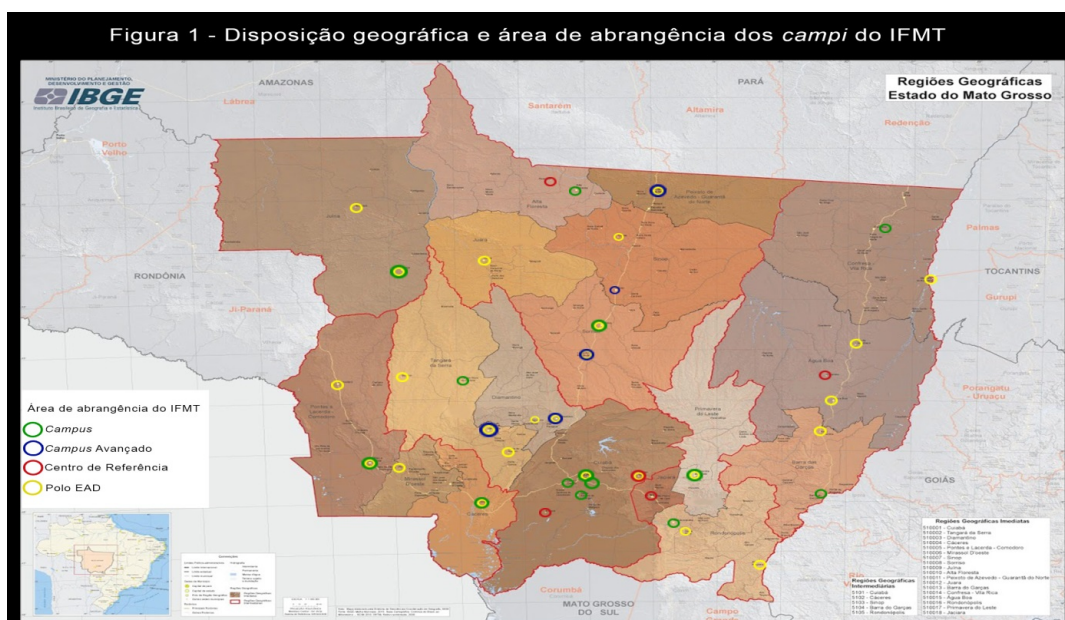
A história do Instituto Federal de Mato Grosso inicia-se no ano de 1909, quando se iniciaram as primeiras experiências em educação profissional e tecnológica no País. Neste ano, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, onde atualmente funciona o *Campus* Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva deste IFMT. Depois disso, no ano de 1943, foi criada o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antonio do Leverger, onde atualmente funciona o *Campus* São Vicente. Já no ano de 1980, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atualmente *Campus* Cáceres. Após algumas mudanças de nomenclatura, chegamos ao ano de 2008, com três centros de referência em educação profissional no Estado: o Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e a

Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Neste período, já estavam em funcionamento ou em fase de implantação as unidades de ensino descentralizadas (Uned), no bairro do Bela Vista (Cuiabá) e nos municípios de Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Barra do Garças e Rondonópolis.

Até que na data de 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 cria os Institutos Federais em todo o País. Em Mato Grosso, a junção das três autarquias - Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - cria o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades, tais como Primavera do Leste, Várzea Grande, Alta Floresta, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra, Sorriso, Sinop, Guarantã do Norte.

1.2. Delimitação Territorial

A delimitação territorial do IFMT é o Estado de Mato Grosso. A partir das atuais estruturas dos *Campi* Alta Floresta, Barra do Garças, Cuiabá Coronel Octayde Jorge da Silva, Cuiabá Bela Vista, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sorriso, Várzea Grande e São Vicente; e os *campi* avançados em funcionamento e em implantação de Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Sinop e Guarantã do Norte.



Através de suas unidades é possível atender 15 (quinze) microrregiões, com uma população de aproximadamente 2.706.921 habitantes, conforme demonstra o quadro a seguir:

Tabela 01: Abrangência Territorial do IFMT

MUNICÍPIO	UNIDADE DE ENSINO	MICRORREGIÃO	POPULAÇÃO ABRANGIDA
Alta Floresta	<i>Campus</i> Alta Floresta	Alta Floresta (06 municípios)	100.528
Cuiabá	<i>Campus</i> Bela Vista	Cuiabá (05 municípios)	881.902
	<i>Campus</i> Octayde Jorge da Silva		
	<i>Campus</i> São Vicente		
Várzea Grande	<i>Campus</i> Várzea Grande		
Campo Verde	<i>Campus</i> Campo Verde	Primavera do Leste (02 municípios)	87.669
Primavera do Leste	<i>Campus</i> Primavera do Leste		
Cáceres	<i>Campus</i> Cáceres	Alto Pantanal (04 municípios)	134.268
Poconé	<i>Campus</i> Octayde Jorge da Silva - Núcleo Avançado de Poconé		
Barra do Garças	<i>Campus</i> Barra do Garças	Médio Araguaia (03 municípios)	86.222
Campo Novo do Parecis	<i>Campus</i> Campo Novo do Parecis	Parecis (05 municípios)	82.705
Sapezal	<i>Campus</i> Campo Novo do Parecis- Núcleo Avançado de Sapezal		
Diamantino	<i>Campus</i> Diamantino		
Confresa	<i>Campus</i> Confresa	Norte Araguaia (14 municípios)	112.106
Guarantã do Norte	<i>Campus</i> Guarantã do Norte	Guarantã do Norte (05 municípios)	104.038
Juína	<i>Campus</i> Juína	Aripuanã (08 municípios)	148.922
Jauru	<i>Campus</i> Pontes e Lacerda -	Jauru	107.665



	<i>Núcleo Avançado de Jauru</i>	(12 municípios)	
Lucas do Rio Verde	<i>Campus Lucas do Rio Verde</i>	Alto do Teles Pires	216.084
Sorriso	<i>Campus Sorriso</i>	(09 municípios)	
Pontes e Lacerda	<i>Campus Pontes e Lacerda</i>	Alto Guaporé (05 municípios)	68.364
Rondonópolis	<i>Campus Rondonópolis</i>	Rondonópolis (08 municípios)	283.538
Jaciara	<i>Campus São Vicente - Núcleo Avançado de Jaciara</i>		
Sinop	<i>Campus Sinop</i>	Sinop (09 municípios)	176.041
Tangará da Serra	<i>Campus Tangará da Serra</i>	Tangará da Serra (05 municípios)	138.202
Total			2.728.254

Fonte: Dados estimativos do IBGE para o ano de 2013.

1.7. Áreas de Atuação Acadêmica

O IFMT oferece à sociedade serviços em praticamente todos os ramos do conhecimento humano, especialmente, segundo Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPQ, nas áreas Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas e Outros.

Por meio de metodologias consagradas, os desafios e gargalos são mapeados, analisados sob várias perspectivas de atendimento da coletividade, e apresentadas soluções diferenciadas, sempre com foco sustentável na inovação e na visão humanística e empreendedora.

Esta estrutura contribui para a consolidação da cultura científica estimulando e induzindo a pesquisa aplicada, ao ensino experimental prático das ciências, facilitando o acesso dos estudantes a equipamentos e materiais auxiliares de ensino e pesquisa, promovendo o desenvolvimento do espírito científico e criando condições para a extensão e a dinamização de projetos e atividades científico-experimentais. As aulas nos laboratórios e demais ambientes de pesquisa são programadas obedecendo à infraestrutura e a logística necessária para a oferta do ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

1.8. Organização Administrativa

De acordo com os Arts. 4º e 5º do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso a administração far-se-á pela articulação entre a Reitoria, as direções-gerais dos campi, os conselhos, os órgãos colegiados e os demais órgãos de apoio do IFMT, sob a coordenação, a supervisão e o controle da Reitoria, tendo como órgãos da administração:

I - órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo:

a) Conselho Superior;

II - consultivo e deliberativo, no limite de suas especificidades explicitadas no Estatuto do IFMT:

a) Colégio de Dirigentes (CODIR);

III - consultivos especializados:

a) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

b) Conselho de Planejamento e Administração (COPLAN);

IV - planejamento e executivo:

a) Reitoria;

b) Diretorias-gerais dos campi;

V - assessoramento:

a) Diretoria Executiva;

b) Auditoria Interna;

c) Procuradoria Federal Especializada junto ao IFMT;

d) Ouvidoria;

e) Serviço de Informação ao Cidadão (SIC);

f) Corregedoria;

g) Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);

h) Núcleo Permanente de Pessoal Docente (NPPD); e

i) Comissão Interna de Supervisão (CIS).

De forma a garantir a administração colegiada e democrática os conselhos deliberativos e consultivos, bem como outros conselhos/colegiados foram criados para apoiar as atividades administrativas e acadêmicas, tendo seus regimentos internos elaborados em suas próprias instâncias e aprovados pelo Conselho Superior, respeitadas as disposições da legislação federal aplicável, do Estatuto e do Regimento Geral.

1.9. Órgãos Colegiados

O IFMT, no uso da sua autonomia organizacional, definiu em seu Regimento Geral e na Organização Acadêmica as seguintes instâncias colegiadas acadêmicas: Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Planejamento e Administração e os Colegiados de Cursos. Assim, são estabelecidos canais de representatividade entre as várias instâncias internas dos cursos, garantindo uma gestão acadêmica democrática e participativa, além da indispensável interação com o corpo diretivo do IFMT.

1.10. Composição dos Órgãos Colegiados

Figura 1 – Composição do Conselho Superior

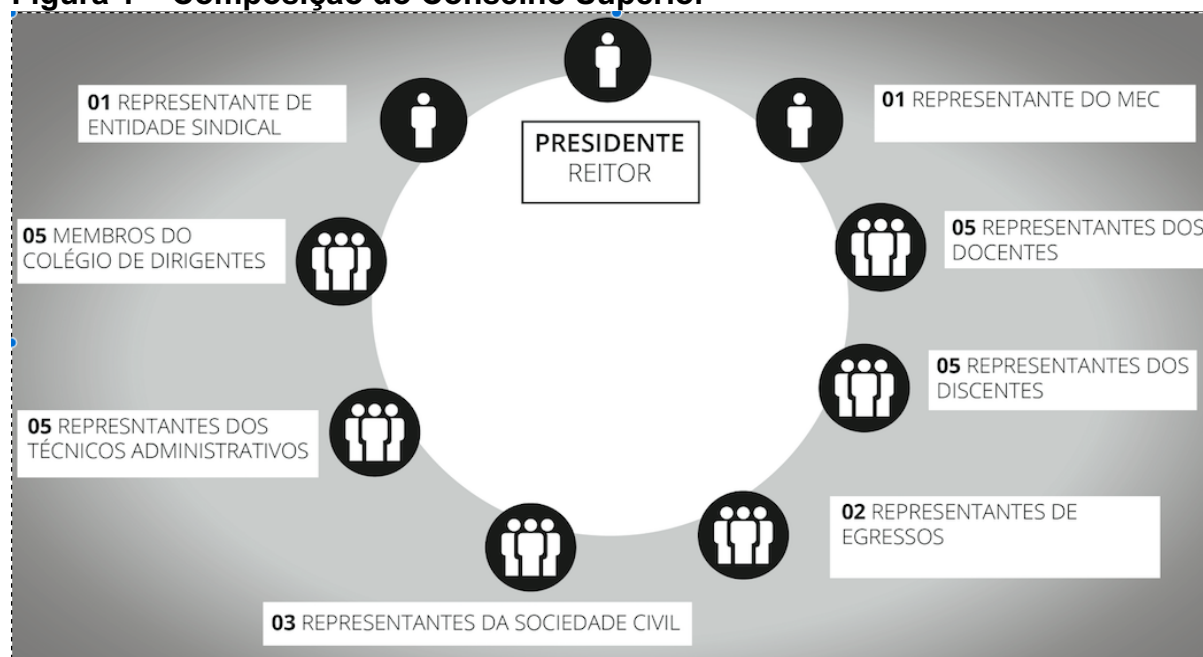




Figura 2 – Composição do Colégio de Dirigentes

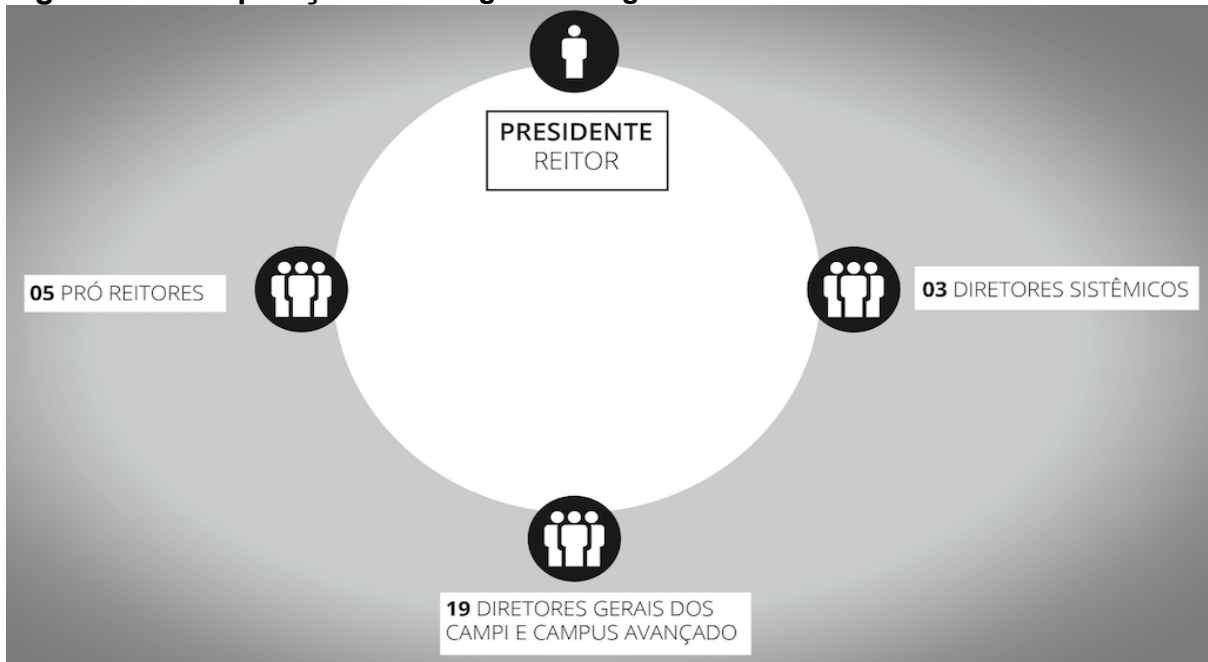


Figura 3 – Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

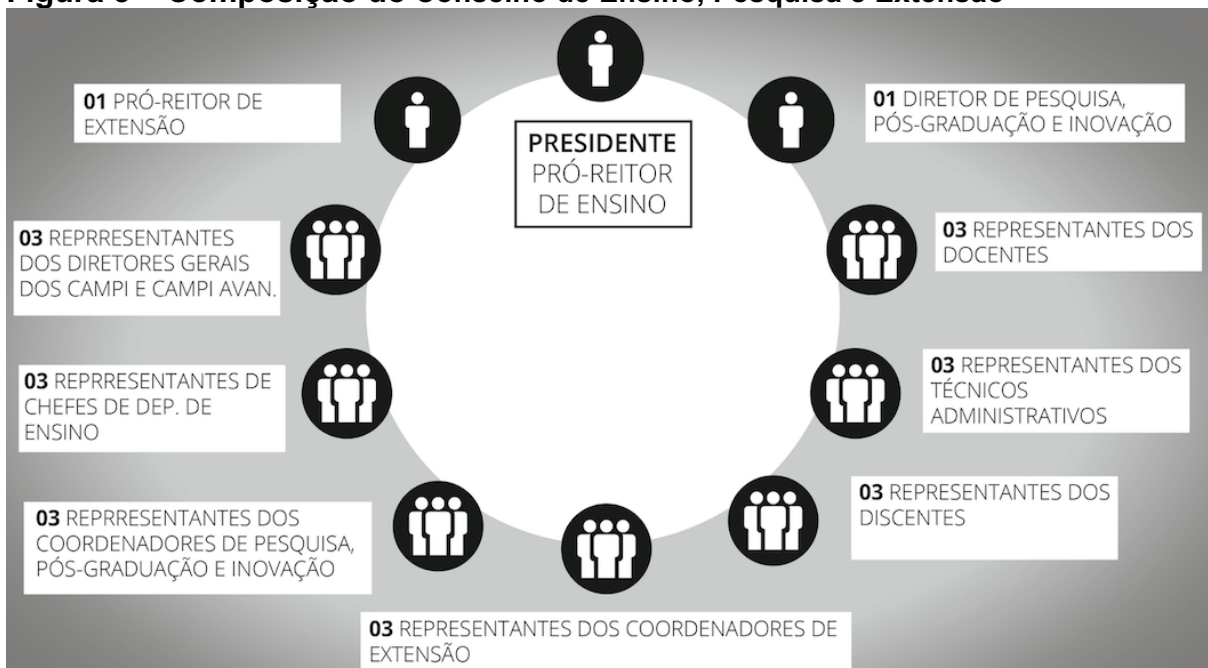




Figura 4 – Composição do Conselho de Planejamento e Administração



2.0. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PDI 2019-2023

A coordenação, monitoramento e avaliação do plano de desenvolvimento institucional (PDI) compete a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, (PRODIN) de acordo com o Regimento Geral do IFMT, aprovado em 2018. Ao iniciar os trabalhos de construção do plano, foram criadas uma comissão central com servidores da reitoria e 19 (dezenove) comissões locais uma em cada campus do IFMT para a condução dos trabalhos. A comissão central subdividiu-se em comissões temáticas para trabalhar os assuntos relacionados a cada eixo do PDI.

No mês de junho de 2018 foi realizado um seminário com a participação de membros de todas as comissões, o evento foi realizado em dois dias e os objetivos eram: apresentar a metodologia que seria adotada para a construção do documento, fazer uma análise do contexto nacional em que o IFMT está inserido, apresentar as metas alcançadas em cada área e realizar oficinas de planejamento estratégico com as ferramentas que seriam utilizadas, preparando as comissões locais para que pudessem replicar o trabalho nos campi.

A construção do documento foi dividida em fases sendo: Fase I - Diagnóstica, Fase II - Elaboração do Mapa Estratégico, SWOT, indicadores e metas, escrita da versão final, consulta pública e envio para análise do Conselho Superior do IFMT.

Para a análise do cenário interno e externo, dos *campi* e reitoria, foi utilizada, a matriz SWOT, técnica desenvolvida por dois professores da Harvard Business School para auxiliar na elaboração de planejamentos estratégicos, conhecida também no Brasil como análise FOFA, que significa respectivamente: forças (strengths), fraquezas (weaknesses), para a análise interna ao IFMT e oportunidades (opportunities) e ameaças (threats), para a análise externa ao IFMT. A matriz SWOT possibilita identificar as competências e forma de atuação institucional o que favorece o estabelecimento de estratégias organizacionais e planos de ação que foquem no alcance de um ou mais objetivos organizacionais. (Sant'Ana et al. 2017).

A PRODIN elaborou uma proposta mínima de trabalho para aplicação nos campi, esta proposta sugeriu a aplicação de questionários internos e externos e/ou análise dos relatórios da pesquisa da Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA), realização de oficinas de planejamento para a demonstração dos dados

coletados nas pesquisas e análise de cenário com a elaboração da matriz swot e definição de ações em âmbito local. Foi sugerido também a realização de audiência pública com a participação da comunidade e finalização dos trabalhos em âmbito local.

A participação dos servidores da reitoria na fase diagnóstica ocorreu através de uma pesquisa com questões referentes ao plano de desenvolvimento institucional, elaborado com a ferramenta *google forms* e enviado por e-mail aos servidores. As subcomissões temáticas desenvolveram seu trabalho com o objetivo de elaborar diretrizes e orientações para atender aos elementos mínimos do PDI descritos no Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, art. 21.

Na Fase II, etapa que define o planejamento estratégico do IFMT, ficou sob a responsabilidade dos Diretores Gerais dos Campi, Pró-reitores, Diretores Sistêmicos e Reitor, em reuniões do Colégio de Dirigentes. Nesta etapa foi utilizado o método *Balanced Scorecard* (BSC) que é uma ferramenta de gestão elaborada por Kaplan e Norton, no início da década de 1990 (Silva, R.F.P.B.apud Sant”Ana et al 2017). Este método traduz a estratégia institucional em medidas orientadas para o desempenho segundo a visão da sociedade, processos internos, pessoas, infraestrutura e orçamento alinhando a linguagem e facilitando o seu entendimento. Os objetivos estratégicos são definidos com intuito de fazer com que o IFMT continue a cumprir a sua missão e alcance a visão de futuro respeitando os valores institucionais. Esta ferramenta possibilita também a criação de um sistema de medição, os indicadores de desempenho que definem metas e responsáveis pela aferição. A missão, visão, valores e objetivos estratégicos são apresentados em um quadro chamado: mapa estratégico, uma ferramenta simples e eficaz que apresenta de forma visual a estratégia que foi adotada pela organização para transformar a visão de futuro em realidade.



2.1. Análise SWOT

Figura 5 – Matriz SWOT do Instituto Federal de Mato Grosso

Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019-2023													
Matriz de Avaliação Estratégica - IFMT (definida em 08/10/2018 no colégio de dirigentes)													
Preencher com 0(nenhum), 1(pouco), 3(moderado) e 5(forte).	Aspectos Considerados	Ambiente Externo (Político, Legal, Econômico, Social, Tecnológico, Ambiental)											
		Oportunidades					Ameaças						
		Parcerias	Captação de recursos	Demandas EAD	Arranjos produtivos e expansão econômica e social	ST	Recursos orçamentários insuficientes e Restritos	Instabilidade política	Quadro incompleto de servidores	Serviços públicos complementares insuficientes	ST	TOTAL	
Ambiente Interno (Infraestrutura institucional, Sistemas de gestão, Sistemas de planejamento, Sistemas de RH, Sistemas Orçamentários, Sistemas de informação, Cultura Organizacional, Qualidade dos produtos e serviços)	Forças	Servidores qualificados	5	5	3	3	16	3	0	1	0	4	20
		Política de Assistência estudantil	3	3	0	3	9	1	0	0	3	4	13
		Autonomia de gestão administrativa, pedagógica e financeira	5	5	5	5	20	3	3	3	1	10	30
		Qualidade do ensino baseado na integração do ensino, pesquisa e extensão	5	5	5	5	20	3	3	3	1	10	30
		ST	18	18	13	16	65	10	6	7	5	28	93
	Fraquezas	Infraestrutura física e equipamentos deficitários	3	3	5	5	16	5	5	3	3	16	32
		Alta rotatividade dos servidores	5	5	3	5	18	5	5	5	3	18	36
		Índice de reprovação, retenção e evasão	1	3	1	3	8	5	5	5	5	20	28
		Comunicação interna e externa deficitária	5	5	5	5	20	3	1	1	3	8	28
		ST	14	16	14	18	62	18	16	14	14	62	124
	TOTAL		4	2	-1	-2	3	-8	-10	-7	-9	-34	-31
	Ambiente Interno	Quais as forças mais relevantes? <u>Autonomia de gestão administrativa, pedagógica e financeira / Qualidade do ensino baseado na integração do ensino, pesquisa e extensão</u>											
	Quais as fraquezas mais prejudiciais? <u>Alta rotatividade dos servidores / Infraestrutura física e equipamentos deficitários</u>												
Ambiente Externo	Quais as oportunidades mais relevantes? <u>Parcerias / Captação de recursos</u>												
	Quais as ameaças mais impactantes? <u>Instabilidade política/ Serviços públicos complementares insuficientes</u>												

Fonte: Colégio de dirigentes do IFMT.



2.2. Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas Institucionais

Figura 6 – Mapa estratégico do IFMT



INSTITUTO FEDERAL
Mato Grosso

MAPA ESTRATÉGICO

(2019-2023)



Quadro 1 – Indicador de desempenho 1

OE 01 | Institucionalizar, de forma participativa, boas práticas de gestão orçamentária

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ações de boas práticas de gestão orçamentária implementadas de forma participativa
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROAD
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 20

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 2 – Indicador de desempenho 2

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual do orçamento dos <i>campi</i> e reitoria, (exceto folha de pagamento) gerido de forma participativa
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROAD
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas específicos ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados dos sistemas e/ou planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • OrçGerPar = (valor do orçamento dos <i>campi</i> e reitoria, (exceto folha de pagamento) gerido de forma participativa) / (valor total do orçamento) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 60%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 3 – Indicador de desempenho 3

OE 02 Promover a qualidade de vida dos servidores no trabalho nas relações interpessoais e nas ações institucionais

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de servidores capacitados em educação regular
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPES
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema SUAP ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados no sistema e/ou planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • SerCap = (Número de servidores capacitados) / (Número total de servidores) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 10%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 4 – Indicador de desempenho 4

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de servidores capacitados em cursos/eventos de curta duração
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSGP
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Plano anual de capacitação e a pasta funcional
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados dos documentos.
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • SerCapCD = (número de servidores capacitados) / (número total de servidores) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 5 – Indicador de desempenho 5

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 3</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de ações implementadas, relacionadas à qualidade de vida do servidor
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSGP
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados das planilhas.
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 200

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 6 – Indicador de desempenho 6

OE 03 | Desenvolver e Implementar Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) aplicáveis a educação

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de projetos desenvolvidos
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSTI
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Redmine</i>
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados do sistema.
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 05

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 7 – Indicador de desempenho 7

OE 04 Internalizar a Gestão Estratégica	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de servidores capacitados em cursos de planejamento.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PRODIN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de inscrição nos cursos
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • SerCapPlan = (Número de servidores capacitados/total de servidores) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 8 – Indicador de desempenho 8

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de execução das ações planejadas dos planos de ações anuais por unidades.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PRODIN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de planos de ações anuais.
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das planilhas e contagem das ações executadas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • PerPlan = (Número de ações executadas/número total de ações) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 9 – Indicador de desempenho 9

OE 05 Melhorar a qualidade do ensino nos diferentes níveis e modalidades	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de docentes com titulação de doutorado
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPES
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema específico ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados do sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • DocDot = (número de docentes com doutorado) / (número total de docentes) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 10 – Indicador de desempenho 10

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de verticalização
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • TxVert = (número de alunos que sobem de nível) / (numero de alunos matriculados) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 11 – Indicador de desempenho 11	
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 3</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de alunos inseridos no mercado de trabalho
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa de egressos
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de dados do relatório
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • InserMunTrab = (número de egressos inseridos no mercado de trabalho) / (número total de egressos que responderam a pesquisa de egressos) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 12 – Indicador de desempenho 12	
OE 06	Consolidar a oferta de educação à distância – EAD
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 1</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de cursos presenciais que ofertam parte do currículo à distância – EAD.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela Apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos pedagógicos dos cursos – PPC's
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e extração de dados dos PPC's
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • CurCurrEad = (numero de cursos presenciais que ofertam EAD) / (número total de cursos) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 50%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 13 – Indicador de desempenho 13

Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 2</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de ações do projeto de criação de um programa de EAD próprio executadas.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela Apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • ProjEad = (número de ações executadas) / (número total de ações planejadas) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 80%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 14 – Indicador de desempenho 14

OE 07 Consolidar a política do ensino nos diferentes níveis e modalidades	
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 1</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de alunos dentro dos requisitos legais que recebem assistência estudantil.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do sistema e planilhas.
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • AlunoAtAe = (número de alunos que estejam dentro dos requisitos legais que recebem bolsas) / (Total de alunos que estejam dentro dos requisitos legais) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 15 – Indicador de desempenho 15

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de evasão dos cursos superiores
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto menor, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas Q.Acadêmico e SISTEC
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Extração de dados nos sistemas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • TxEvasaoES = (número de alunos evadidos dos cursos superiores) / (número total de alunos) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 30%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 16 – Indicador de desempenho 16

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 3</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de ações dos planos de permanência e êxito executadas.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle das ações
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das planilhas e contagem das ações executadas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • PlanoPerES = (número de ações do plano executadas) / (número total de ações) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 17 – Indicador de desempenho 17

OE 08 Fomentar a pesquisa e a inovação tecnológica articuladas com o ensino e a extensão	
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 1</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de servidores com projetos de pesquisa e extensão registrados nas Coordenações de Pesquisa e Extensão
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPES
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema SUAP módulo pesquisa ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • ServProjPE = (Número de servidores que apresentaram projetos de pesquisa e extensão) / (número total de servidores) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 25%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 18 – Indicador de desempenho 18

OE 09 Promover a extensão por meio do empreendedorismo e inovação tecnológica	
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 1</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de projetos vinculados à temática do empreendedorismo.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • SUAP módulo extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e levantamento de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • TPE = (número de projetos vinculados à temática do empreendedorismo) / (número total de projetos de extensão) x 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 19 – Indicador de desempenho 19	
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 2</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual do orçamento de extensão destinado a editais e ações de empreendedorismo e inovação tecnológica
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • SUAP módulo extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e levantamento de dados no sistema
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • OrçExtEmp = (Valor do orçamento destinado a editais e ações de empreendedorismo e inovação) / (total do orçamento da extensão) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 20 – Indicador de desempenho 20	
OE 10	Instituir e executar a política de comunicação e marketing para a instituição
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 1</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de ações do projeto de criação da política executadas.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual.
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria de Comunicação Social
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados das planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • ProjCom = (Número de ações executadas) / (numero total de ações planejadas) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 80%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 21 – Indicador de desempenho 21

OE 11 Ampliar parcerias com instituições públicas e privadas	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de parcerias realizadas com recurso aplicado no IFMT
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de Parcerias/Cooperações
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados dos termos de parcerias
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • ParReaRec = (número de parcerias realizadas com recursos) / (numero total de parcerias) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 20%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 22 – Indicador de desempenho 22

Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de parcerias realizadas sem recurso
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEX
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de Parcerias/Cooperações
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados dos termos de parcerias
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • ParcReal = (número de parcerias sem recursos realizadas) / (número total de parcerias) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 50%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 23 – Indicador de desempenho 23	
OE 12 Aprimorar as relações internacionais, fortalecendo o ensino das línguas estrangeiras com vistas a oportunizar parcerias de ensino, pesquisa e extensão	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de turmas de cursos em segunda língua ofertados.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSRI
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico ou SUAP módulo Extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise do sistema, verificação de turmas.
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 24 – Indicador de desempenho 24	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de alunos capacitados
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSRI
Fonte de Dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico ou SUAP módulo Extensão
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar através de planilhas de controle de matriculados nos cursos ou sistema Q. Acadêmico
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • AlunoCap = (número de alunos capacitados em idioma) / (número total de alunos) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 5%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 25 – Indicador de desempenho 25	
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 3</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de parcerias realizadas.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Março
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • DSRI
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Termos de parcerias elaborados.
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise dos termos de parcerias
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • Número absoluto
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 06

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 26 – Indicador de desempenho 26	
OE 13	Melhorar a qualificação profissional da população possibilitando o exercício da cidadania
Detalhamento	Descrição
<u>Indicador 1</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de eficácia - turma concluinte
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar dentre os concluintes do curso em análise, a quantidade de alunos que ingressaram no curso no ciclo previsto considerando o tempo previsto para conclusão do mesmo, de acordo com a matriz existente no Projeto Pedagógico do Curso
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • $IETC = (\text{número de concluintes que ingressaram no ciclo previsto}) / (\text{número total de alunos ingressantes no ciclo previsto}) \times 100$
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 50%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 27 – Indicador de desempenho 27	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 2</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de eficácia do IFMT
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Soma os Índices de Eficácia por Campus e a quantidade de Campus da Instituição que tiveram seu cálculo de índice de Eficácia calculado por possuírem alunos concluintes no período de análise
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • IEIFMT = Média dos índices de eficácia dos Campi
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 60%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 28 – Indicador de desempenho 28	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 3</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Índice de eficiência de Conclusão
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROEN
Fonte de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema Q. Acadêmico
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar a quantidades de alunos concluintes em relação ao número matriculados no início do ciclo.
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • IECTC = (Total de concluintes) / (número de alunos matriculados no início do ciclo) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 70%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

Quadro 29 – Indicador de desempenho 29

OE 14 Colaborar com o desenvolvimento tecnológico regional e sustentável	
Detalhamento	Descrição
<i>Indicador 1</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Percentual de projetos de pesquisa aplicada desenvolvidos.
Polaridade	<ul style="list-style-type: none"> • Quanto maior, melhor.
Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • Anual.
Prazo máximo de mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Fevereiro
Responsabilidade pela apuração	<ul style="list-style-type: none"> • PROPES
Fonte de Dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema próprio ou planilhas de controle
Metodologia da coleta de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e coleta de dados dos sistemas e/ou planilhas
Fórmula de cálculo	<ul style="list-style-type: none"> • ProjPesqAplic = (Número de projetos de pesquisa aplicada) / (número total de projetos de pesquisa) X 100
Meta	<ul style="list-style-type: none"> • 40%

Fonte: Colégio de Dirigentes 08/11/2018

2.2.1. Monitoramento, Controle e Revisão do PDI

Para que a estratégia institucional tenha efetividade, é necessário estabelecer uma forma de monitoramento e controle, este processo deve ser cíclico e repetitivo realizando-se mais de uma vez ao longo do período de vigência do PDI, o que nos remete ao modelo PDCA, ou também conhecido como ciclo de Deming [\(referência: <http://www.portal-administracao.com/2014/08/ciclo-pdca-conceito-e-aplicacao.html>. Acesso em 24/10/2018\)](http://www.portal-administracao.com/2014/08/ciclo-pdca-conceito-e-aplicacao.html) esta ferramenta é muito conhecida na administração, sua principal característica é a representação de um processo sem intervalos e as palavras em inglês significam: PLAN - Planejamento, DO - Executar, CHECK - Checagem e ACT - Ação. O planejamento é a primeira etapa do ciclo, estabelece-se um plano com objetivos, caminhos a serem seguidos e planos de ações, a segunda fase é a de execução do plano elaborado previamente na primeira fase, na terceira etapa do ciclo “check” deve-se avaliar o que foi feito na segunda etapa fazendo comparações e identificando diferenças entre o planejado e o executado e “act” é a realização das ações corretivas.

Figura 7 - PDCA



Fonte: Portal administração em 24/10/2018 link: <http://www.portal-administracao.com/2014/08/ciclo-pdca-conceito-e-aplicacao.html>

O monitoramento e controle do PDI serão realizados através dos indicadores de desempenho e iniciativas estratégicas - projetos e planos de ações anuais elaborados para cada unidade do IFMT (Pró-reitorias, Diretorias sistêmicas e Campi) a definição destes mecanismos é indispensável para o alcance dos objetivos

estratégicos definidos no mapa. O monitoramento e o controle dos indicadores, projetos e planos de ações acontecerão em Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), no Colégio de Dirigentes (CODIR) a cada trimestre durante a vigência do PDI.

Revisão do PDI: as alterações/ajustes que se fizerem necessários no plano de desenvolvimento institucional - PDI serão realizados anualmente.

3.0. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1. Apresentação

O Projeto Pedagógico Institucional/PPI, previsto no Art. 16, Inciso II, do Decreto 5.773/06, constitui-se num importante instrumento orientativo e de mediação do trabalho pedagógico e institucional, pois traz em seu cerne os princípios e as diretrizes do processo educacional que se desenvolve no âmbito das Instituições Federais de Ensino.

Fundamenta-se, primeiramente, na Constituição Federal/CF de 1988 que, em seus artigos 206 e 214, apresentam dois pilares essenciais: a Gestão Democrática como um princípio e o Planejamento como uma necessidade para a superação das defasagens educacionais existentes no país até então, sua melhoria e desenvolvimento.

Segundo Cury (2008), a inclusão desses pilares na CF representou um grande avanço, uma vez que a partir de então, os mesmos passaram a ser reproduzidos em Constituições Estaduais e em Leis Orgânicas Municipais. Dalila Oliveira (1997) também entende que a partir da CF de 1988 começam a ocorrer tentativas de interpretação do conteúdo deste dispositivo, o que implica diferentes políticas se efetivando sob o manto do planejamento e da gestão democrática, principalmente na perspectiva participativa.

Ainda nos marcos legais, a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB, ao tratar da *Organização da Educação Nacional* traz incumbências importantes para a União, os Estados e Municípios no sentido de elaborar seus Planos de Educação, de forma colaborativa. Vai além, quando compromete estabelecimentos de ensino e docentes no processo de construção de suas Propostas Pedagógicas.

O planejamento, segundo Libâneo *et al* (2009), consiste em ações e procedimentos para a tomada de decisões a respeito de objetivos e de atividades a serem realizadas em razão desses objetivos. De forma geral, um dos grandes benefícios do planejamento é a antecipação de decisões para orientar a instituição, prevendo o que se deve fazer para atingi-los; o processo de conhecimento e de análise da realidade escolar em suas condições concretas; a possibilidade de

previsão e distribuição de responsabilidades e o envolvimento de direção política, pedagógica e administrativa, trabalho escolar, metas, ações, procedimentos, investimentos e financiamento.

Historicamente, o planejamento e os planejadores vivenciam situações de horizontes nebulosos, com ansiedade e falta de perspectivas de curto e médio prazo. As propostas de ontem já não servem para hoje. A ideologia de que o Planejamento é uma técnica neutra já foi esclarecida à exaustão (Garcia, 2003). A essa ideia, soma-se a contribuição de Gadotti (2010), quando afirma não crer em planos elaborados apenas por técnicos, mas sim a partir de uma mobilização da sociedade, priorizando a educação.

Essa nova lógica de planejamento, na perspectiva de Kuenzer (2003), pretende ultrapassar o planejamento autoritário, centralizado, tecnocrático e só será possível a partir da instauração de um amplo processo de discussão a nível nacional, do qual participem Estado e sociedade civil, através de suas formas de organização.

Essa nova concepção de planejamento denomina-se *Participativo*, que, segundo Dalmás (2004), pode ser compreendido como uma ação coletiva de pessoas interagindo politicamente em função de necessidades, interesses e objetivos comuns.

Suas fases são indissociadas, pois elaboração, execução e avaliação ocorrem simultaneamente. É considerado rico em possibilidades, uma vez que permite a postura crítica, não se pretende neutro, democratização é a sua senha, a escola é o cenário e a educação é um ato político. Para que ele se efetive, de fato, é preciso criar um clima favorável, em que a integração grupal, a socialização do poder, o conhecimento teórico, a disposição de se correr riscos e a infraestrutura adequada estejam favoráveis.

Seus passos, segundo Gandin (1984), envolvem a utopia, ou o que se quer alcançar. Isso requer uma opção clara de ser humano, de educação e sociedade; fixação de diretrizes: identidade, concepção de escola e de escola pública, definir qual a qualidade desejada, ensino-aprendizagem, avaliação, currículo, trabalho e conhecimento. Trata-se do Marco Teórico ou Marco Referencial.

Nesse sentido, valorizando a riqueza do momento pelo qual passa o IFMT,

coletivamente, a Subcomissão Central do PPI/ PDI reafirma o documento inicial de referência, que pretende orientar e contribuir com os debates nos campi, para os anos vindouros.

O documento descreve as realidades regionais do estado de Mato Grosso e dos *campi*; indica concepções teóricas nas quais o IFMT deverá continuar se pautando nos próximos 05 (cinco) anos, a partir de uma visão de homem, de sociedade e de educação – até então consensuada através dos diversos fóruns ocorridos no processo de construção do PDI/ PPI; propõe objetivos, políticas e estratégias e, por fim, como se dará o processo de avaliação deste importante instrumento denominado Projeto Pedagógico Institucional – PPI.

3.1.1. Concepção de Ser humano, Sociedade, Cultura, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Educação

As instituições sociais que formam a sociedade devem servir ao homem. (KRUPPA 1994, p. 17)

A epígrafe acima é ponto central para que se entenda a função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT.

Pautado pela **educação para a vida e para o trabalho**, parte da concepção de que as instituições sociais e, mais especificamente as instituições de ensino, devem cumprir papel para além de meros aparelhos ideológicos de Estado (Althusser, 2007), pois elas existem a partir das relações entre os homens. Logo, sua existência é também histórica e conflituosa, pois expressam as tensões conservadoras ou inovadoras presentes em seu interior.

Indivíduo nenhum e nenhuma forma concebível de sociedade hoje ou no futuro podem evitar as determinações objetivas e o correspondente fardo do tempo histórico, bem como a responsabilidade que necessariamente emerge de ambos. (MÉSZÁROS, 2007, p. 33)

Nesse sentido, é pertinente a reflexão proposta por Gadotti (2010) acerca do “significado pedagógico da dúvida”. Ele afirma que por meio da dúvida chega-se a uma decisão transformadora, independentemente da perspectiva, sendo este o momento em que o *existir* torna-se uma tarefa intransferível, momento de situar-se, posicionar-se em relação ao outro e ao mundo. A esse fenômeno dá-se o nome de autonomia, que para Freire (2011) está relacionada à dignidade, ao respeito e deve ser conquistada a partir da práxis, da intervenção de homens e mulheres comprometidos com a ruptura das opressões da sociedade.

Em consonância com esse cenário de importância da dúvida, Manacorda (2000) questiona que “o homem não nasce homem”, mas vai se formando ao longo da vida ou, “talvez o homem nasça homem, mas apenas enquanto perspectiva”. Em ambos os casos, ele aponta que a aprendizagem, a educação, num contexto social adequado, é que permite a ele as experiências, noções e habilidades que o permitirão executar atos “tanto humanos quanto não naturais, como o falar e o trabalhar segundo um plano e um objetivo”.

O entendimento de ser humano que o IFMT concebe é, portanto, basicamente o do “ser-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 1997) ou, conforme Ianni (1884), “Em essência, o homem é trabalho”. Tanto que, segundo ele, para viver o homem tem que trabalhar e, ao mesmo tempo, apropriar-se do trabalho do outro. Suas necessidades são cotidianas e históricas: comer, beber, dormir, vestir-se, abrigar-se, reproduzir-se biológica e socialmente.

Mas é em Marx (2002, p. 10) que se busca a compreensão histórica do homem enquanto ser social, uma vez que, segundo ele, os homens se distinguem dos animais pela consciência e por tudo que queira.

Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos.

A essa produção humana da vida material dá-se o nome de Trabalho, que para Saviani (2005) tanto pode ser “trabalho material” – que trata da produção de bens materiais em escalas cada vez mais amplas – ou “trabalho não material” – que trata da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, atitudes, hábitos – no qual se situa a educação.

A divisão social do trabalho, aprofundada na sociedade capitalista, separa o pensar e o agir de forma tal, que se cria uma dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Concepção essa que contradita frontalmente com a função social assumida pelo IFMT, que tem o compromisso com a educação transformadora.

Essa educação transformadora assenta-se na unidade entre teoria e prática

intencionada, dialética, ou como defende Gadotti (2010), numa Práxis transformadora, criadora, ousada, crítica reflexiva.

A práxis, na perspectiva de uma instituição de formação profissional e tecnológica, assume uma dimensão central, pois como questiona Manacorda (2010), “quem ainda ousa separar ensino e educação, ensino e trabalho”? Para ele este é um processo natural e contraditório, mas que só é possível quando compreendido como uma etapa para a humanização e dignificação do sujeito pela possibilidade de liberdade de escolha e de desenvolvimento de todas as suas potencialidades criadoras. Trata-se, então, da formação do sujeito *omnilateral*. Ou seja, a formação do homem para atingir a sua plena capacidade produtiva, de consumo e prazeres, onde o gozo dos bens materiais e espirituais deve ser considerado. Algo que hoje o trabalhador tem estado excluído, em virtude da forma como está organizado o trabalho na sociedade capitalista.

No mundo contemporâneo, a Ciência e a Tecnologia podem ou não contribuir para que o homem desenvolva suas potencialidades criadoras. Para tanto, o IFMT parte do entendimento de Costa (2010) de que “o homem é dotado de vontade e isso o impulsiona a inovar, a fazer ciência”. Logo, essa vontade demanda tanto trabalho mental quanto físico; o que levou o mundo a um processo de evolução científica e tecnológica surpreendentes.

É pertinente, portanto, que o IFMT – por se tratar de uma instituição de educação profissional e tecnológica que tem a tarefa de tratar de forma indissociada ensino, pesquisa e extensão – problematize: O que se pode fazer com a ciência e a tecnologia? Como fazer? Com quais instrumentos fazer? E, para quê e para quem fazer?

Para Raupp (2010), a ciência pode trazer grandes benefícios ou grandes malefícios. Tudo depende, segundo ele, de se associar à ciência “políticas públicas adequadas, com decisões tomadas democraticamente no seio da sociedade”. Ele faz referência, por exemplo, a momentos históricos em que a ciência mal direcionada provocou catástrofes para a humanidade.

O Brasil viveu até recentemente um momento profícuo em torno do debate do seu desenvolvimento socioeconômico e político. É consenso entre estudiosos, pesquisadores e educadores que, dentre as diversas frentes, a educação continua

sendo central para o desenvolvimento do país e, mais especificamente para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação. Logo, pensar o papel protagonista que o IFMT vêm assumindo, frente a esses desafios, é tarefa de toda sua comunidade.

No que diz respeito à Inovação Tecnológica, em que pese uma multiplicidade conceitual, a definição dada pelo Ministério das Comunicações é clara: “toda novidade implantada pelo setor produtivo, por meio de pesquisas ou investimentos, que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica em um novo ou aprimorado produto”.

Na perspectiva cultural, afirma (Raupp, 2010), a ciência tem um valor importante, pois pressupõe um processo criativo no qual se gera conhecimento. Relaciona-se a formação de pessoas nas universidades e, mais recentemente também em instituições de ensino básico e, “um bom ensino de ciência, em qualquer nível, deve ter sempre essa postura”.

Soma-se a esse debate, a questão da inovação para a sustentabilidade, que deve gerar “resultados positivos” nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. Nessa perspectiva, entende-se que o humano é o centro desse processo.

Há, portanto, algumas recomendações, resultantes da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida em 2010, que – em síntese – devem orientar o trabalho do IFMT:

- Melhorar a educação em todos os níveis e em particular o ensino de ciências, atraindo jovens para carreiras científicas e tecnológicas;
- Intensificar ações e iniciativas de CT&I para a sociedade em geral;
- Contribuir para que a Ciência, Tecnologia e Inovação se tornem componentes do desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico e socioambiental, por meio de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Considerando que um dos conceitos de sustentabilidade está relacionado à “adoção de comportamento ético capaz de contribuir com o desenvolvimento econômico”, ao mesmo tempo em que se preocupa com a qualidade de vida da sociedade, portanto, segundo Kruppa (1994), respeitando-se cultura em seu sentido amplo, que é “(...) conjunto de costumes, dos modos de viver, de vestir, de morar,

das maneiras de pensar, das expressões de linguagem, dos valores de um povo ou de diferentes grupos sociais”, e por isso devendo ser entendida como uma necessidade humana básica e também como um direito, o IFMT se referencia por uma política inclusiva de respeito ao outro e a diversidade; sendo plural no campo das ideias.

O Instituto compreende ainda a necessidade de uma educação emancipadora que, numa perspectiva histórica, aponte para a superação das desigualdades de classe, gênero, raça¹¹ e quaisquer outras que possam ser entendidas como forma de violência social, rompendo com relações pautadas pelo poder econômico em detrimento dos valores humanos (Jonas *et al*, 2007). Além de pautar-se por uma cultura de paz e solidariedade integrada à mobilização do povo contra toda e qualquer ofensiva à soberania nacional.

3.1.2. Concepção de Currículo

O IFMT compreende que a elaboração e a definição do currículo implicam na descrição de como se concretizam as funções da instituição, dentro de um dado contexto histórico e social. Por isso mesmo, currículo não é algo abstrato e estático. Dependendo do contexto, dos níveis de ensino, das modalidades de educação atendidas, é que o currículo é construído, planejado e desenvolvido.

Como pontua Sacristán (2000, p.15), “não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada”.

Tendo a inclusão como um valor, o IFMT fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica

¹¹ O termo raça utilizado neste documento, refere-se ao conceito socialmente construído, segundo Clóvis Moura.

na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim.

Em consonância com a missão de educar para a vida e para o trabalho, aponta, ainda, como proposta um currículo integrado, visando promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e efetivar a formação de cidadãos/trabalhadores que compreendam a realidade e possam satisfazer as suas necessidades transformando a si e ao mundo.

3.1.3. Fundamentos do currículo integrado

A cultura distribuída pela escola dentro de um currículo decorre de uma seleção organizada e planejada. O formato que o currículo tem envolve, implícita ou explicitamente, os conteúdos, as práticas e os códigos pedagógicos.

Bernstein (1980) identifica dois tipos básicos de currículo: o de coleção e o integrado. O currículo de coleção é organizado por disciplinas isoladas, extremamente especializadas e diversas, que são agrupadas e justapostas, num determinado nível ou modalidade de ensino. O currículo integrado, por sua vez, apresenta relações entre os diversos conteúdos, diluindo as fronteiras e perdendo os contornos disciplinares.

Um currículo organizado na ótica da coleção, do mosaico ou da justaposição pressupõe que nos níveis iniciais de escolarização a formação seja mais básica, geral, com baixo grau de especialização; mas, às fases finais, prioriza-se as disciplinas especializadas.

Historicamente, as práticas curriculares nas escolas brasileiras têm sido majoritariamente fundamentadas no modelo coleção. E em nossa instituição não é diferente. Mas, como currículo é construção, o IFMT assume a busca do vir a ser, ou seja, compreende-se uma comunidade escolar a caminho da construção do currículo integrado.

O IFMT compreende o currículo como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica de ser humano, de mundo, de sociedade, de trabalho, de cultura, de educação, de

ciência e tecnologia, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento.

Tais atividades intencionadas visam à formação integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento sustentável local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

Essa concepção tem por base os conceitos de politécnica e de formação integrada.

A educação politécnica, segundo Saviani (1989), significa o domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno.

Domínio implica reflexão sobre o trabalho, a ciência e a cultura e sobre suas relações com o currículo, porque a educação profissional, científica e tecnológica, além do compromisso com a formação humana, procura, também, responder às necessidades do mundo do trabalho, permeado pela presença da ciência e da tecnologia como forças produtivas que geram valores, riquezas e relações sociais, conforme destacam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Conforme Ciavatta (2005), na educação profissional, a compreensão de formação integrada significa formar para a superação do ser humano segmentado, historicamente, pela divisão social do trabalho (entre as ações do pensar e do executar, do dirigir e do planejar), pelo entendimento de que a formação geral é parte inseparável da formação para o trabalho em todos os processos educativos e produtivos.

O modelo de currículo integrado fundamenta-se na aprendizagem significativa e na interdisciplinaridade. Essa concepção de currículo articula várias práticas educativas que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem. Orienta-se por uma postura interdisciplinar e crítica frente ao conhecimento, adotando a pesquisa como princípio educativo. Em consonância com tal princípio, a escola passa a ser um espaço de (re) construção e de socialização das experiências entre o conhecimento sistematizado, relacionado com o mundo vivido, e o contexto social.

3.1.4. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

Nesta formulação, buscam-se abordagens cujas reflexões dialoguem com os princípios norteadores deste Projeto Pedagógico Institucional – PPI, a fim de trilharmos os caminhos que nos levem à construção daquilo que idealizamos como práticas pedagógicas contributivas na formação de um projeto de homem e de sociedade, nas perspectivas autônoma e emancipatória.

Para isso, torna-se imprescindível interagir com a tendência crítica da pedagogia que se caracteriza pela prática pedagógica dialógica, reflexiva e transformadora, com vistas a contribuir para um processo de formação e transformação social. Pretende-se cultivar esse processo de formação no cotidiano dos *campi* do IFMT para que se ressignifiquem os processos de assimilação e de produção do conhecimento, de modo que cada vez mais se encontrem experiências que privilegiem as práticas libertadoras, contribuindo para a dissipação das práticas bancárias e autoritárias, como já preconizava o educador Paulo Freire.

Dialoga-se também com a abordagem reflexiva por perceber sua importância na formação dos professores, principalmente diante da nova realidade a partir da institucionalização da rede federal de educação profissional, em que assumimos novos desafios como as práticas extensionistas e de investigação científica. Essa abordagem propõe um maior envolvimento do docente nas atividades de pesquisa, além de estimular a reflexão sobre as próprias práticas, e, a partir disso, o docente será capaz de construir e reconstruir seus saberes a partir da análise reflexiva.

Tal abordagem busca, portanto, a reflexão, mirando um projeto coletivo de produção de conhecimento, com ações que garantam a prática de um fazer educativo consonante com os ideais de transformação pessoal e social. E para que isso ocorra, o envolvimento é elemento imprescindível na elaboração de práticas colaborativas.

Para Veiga (2007), a prática colaborativa dimensiona a superação da humanidade que temos em direção à humanidade que queremos, e, nas pegadas de Freire aponta as distintas denominações para essa compreensão: educação como prática de liberdade, pedagogia da esperança, pedagogia da indignação ou pedagogia da autonomia. E todas elas apontando para uma proposta de caráter emancipatório.

Para o projeto de educação que se defende, e diante da realidade que se vive no IFMT, são necessárias ações que contribuam para a difusão de práticas colaborativas com foco na autonomia e na emancipação, para que assim passemos a superar as práticas opressivas que permeiam as relações pedagógicas para dar protagonismo às práticas que se construam via ações coletivas, críticas e reflexivas.

Compreende-se nesta proposição que a compreensão teórica e prática sobre os processos formativos deve nos orientar para a busca de fazeres educacionais que levem em consideração que a educação, socialmente construída, pauta-se nas realidades da vida e do trabalho, para não apenas reproduzir as concepções dominantes, mas para permitir aos atores desse processo um novo olhar sobre mundo, na condição de sujeitos históricos e com capacidade de intervenção na realidade.

3.1.5. A pesquisa como princípio educativo

Com a institucionalização decorrente do processo de expansão da rede federal, os Institutos Federais passaram a equiparar-se às universidades federais no tocante às atribuições relacionadas à pesquisa e à extensão.

Desde então, o IFMT vem desenvolvendo projetos e programas que visam à execução de atividades de investigação científica que contribuam para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do Estado de Mato Grosso.

Para orientar o desenvolvimento dessas ações, compreende-se nesta proposição que a pesquisa seja fundamentada em princípios que fomentem a iniciação científica dos estudantes, num processo de articulação e integração com o ensino e a extensão, de modo que o fazer científico não se isole das outras práticas e que contribua para a formação integral dos novos homens e mulheres em processo formativo no IFMT.

Nesse processo de produção de conhecimento, em que a pesquisa surge como uma alternativa de formação, percebe-se uma maior interação entre docentes, técnicos e estudantes, e isso repercute num modelo de formação em que a prática investigativa emerge como fonte de saber e transformação no espaço acadêmico.

Para que isso ocorra de forma orgânica, há que se provocar práticas de

investigação que problematizem as questões levantadas no contexto acadêmico e criem oportunidades para que os sujeitos desse processo encontrem motivação para questionar, investigar, coletar, examinar, sintetizar, sistematizar e principalmente compreender e analisar de forma crítica e científica.

Assim, propõe-se no IFMT que os estudantes encontrem condições de atuar humana e profissionalmente em uma sociedade permeada de complexidades, e que esses sujeitos tenham reais condições de solucionar os desafios do mundo do trabalho. Por isso, acredita-se na educação pela pesquisa como uma alternativa de qualificar os sujeitos envolvidos, para que desenvolvam sua autonomia intelectual e sua consciência crítica para interferir propositivamente nos espaços onde atue, conforme nos orienta Demo (2003).

3.1.6. O trabalho como princípio educativo

O fazer educativo no contexto da educação profissional não pode estar desconectado de elementos como a ciência, a cultura e o trabalho, que, integrados, podem orientar diretrizes para uma educação que vise à autonomia dos sujeitos.

Para o alcance dessa proposta, compreende-se o trabalho como princípio educativo por ser um elemento central e fundante na vida dos sujeitos. Por isso os processos formativos devem se orientar numa perspectiva de trabalho humano, em que se considerem o termo tanto na sua materialidade, no sentido produtivo, como na sua culturalidade, concebida a partir das interações sociais.

Para Saviani (1989), pode-se considerar o trabalho como princípio educativo de três modos: primeiro, pelo grau de desenvolvimento social, resultante de um processo histórico, que determina o modo de ser da educação em seu conjunto, respondendo às necessidades dos modos de produção; segundo, quando assegura a participação direta do conjunto societário no trabalho socialmente produtivo; e em terceiro, quando determina a educação como uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico.

O trabalho como princípio educativo não pode reduzir-se a uma técnica didática ou metodológica do fazer educativo, mas deve principalmente constituir-se em compromisso ético-político, visto que o trabalho é entendido como um dever e também como um direito, e dentro disso os sujeitos necessitam compreender o sistema econômico no qual estão inseridos a fim de combater as práticas de

exploração e alienação pelo trabalho.

De acordo com Frigotto (2005), considerar o trabalho como princípio educativo é entender que por meio dele, os seres humanos socializam suas experiências na busca de suprir as suas necessidades. E considera-se ainda o trabalho numa dimensão ontocriativa, pois é por meio dele, mediado pelo conhecimento, ciência e tecnologia, que os seres humanos criam, recriam sua própria existência, transformando a natureza para prover sua sobrevivência.

Sendo o trabalho uma condição imperativa na vida dos sujeitos, torna-se um processo educativo a socialização de seu princípio de produtor de valores de uso que instrumentalizam a manutenção e a reprodução da vida.

Assim, as proposições educacionais aqui trazidas projetam ações que compreendem os princípios científicos, reconhecendo a imanência do trabalho como categoria central na formação individual dos sujeitos e do conjunto social.

3.1.7. O respeito à diversidade

A diversidade – concebida como uma construção histórica, cultural e social – está presente em todas as relações sociais. Historicamente, a diversidade e a pluralidade culturais ocupam um lugar político desde a colonização e a formação do povo brasileiro. No entanto, para Gomes, tratar sobre diversidade e diferença implica posicionar-se frente a processos de colonização e dominação. Nesse direcionamento, Gomes (2008) destaca, nas demandas em prol do respeito à diversidade no currículo, os movimentos sociais e culturais que, além de questionarem a escola e os currículos estabelecidos, propõem mudanças nos projetos pedagógicos e interferem na política educacional. É preciso compreender o contexto e as conjunturas políticas, econômicas e sociais imbricadas no tratamento dado às diferenças.

De acordo com Silvério (2006, apud GOMES, 2007, p. 26),

[...] a entrada em cena, na segunda metade do século XX, de movimentos sociais denominados identitários, provocou transformações significativas na política pública educacional [...]. A demanda por reconhecimento é aquela a partir da qual vários movimentos sociais que têm por fundamento uma identidade cultural (negros, indígenas, homossexuais, entre outros) passam a reivindicar reconhecimento, quer seja pela ausência deste ou por um reconhecimento considerado inadequado de sua diferença.

Na escola – espaço social multicultural, integrador e sistematizador dos

conhecimentos, construídos, historicamente, pela humanidade –, a diversidade está, intrinsecamente, ligada ao currículo, uma vez que o processo educativo envolve aspectos diversos (étnicos, culturais, raciais, religiosos, políticos, territoriais, socioeconômicos, físicos e comportamentais, dentre outros) que interferem, diretamente, na formação humana.

A diversidade também é uma cultura a ser construída e representa uma visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. O respeito e o reconhecimento da diversidade é um dos princípios fundamentais na construção de um sistema educacional inclusivo. Reconhecer o direito à diversidade em educação é dar respostas às diferentes necessidades educacionais que os sujeitos apresentam diante do fato educativo. A diversidade e a cidadania são princípios que devem estar presentes na construção de um projeto educacional inclusivo, impregnando a formulação e implementação das políticas traçadas para os sistemas de ensino.

O respeito à diversidade é uma forma de garantir que a cidadania seja exercida e os vínculos sociais fortalecidos. Trata-se de uma atitude política para com a diversidade gerada pelas diferenças de classe, gênero, etnia, diversidade sexual, capacidades, enfim, de atributos que fazem parte da identidade pessoal e definem a condição do sujeito na cultura e na sociedade. O desenvolvimento de atitudes de tolerância e respeito à diversidade tem a ver com o direito à educação, o direito à igualdade de oportunidades e o direito à participação na sociedade. Por isso mesmo, representa um grande desafio a ser enfrentado pelos sistemas de ensino na construção das suas bases político-pedagógicas.

Assim, o respeito à diversidade é um dos princípios fundamentais da concepção do currículo integrado. A convivência saudável e participativa, numa comunidade educativa, possibilita, a educadores, educandos, funcionários dos diversos setores, gestores e familiares, um aprendizado que vai muito além dos conteúdos escolares e do currículo oficial. Possibilita o aprendizado da vida social. É por meio dele que se aprende a conviver com as diferenças inerentes ao próprio ser humano, com as possibilidades e as limitações, os interesses e as necessidades, num movimento de interação em que prevalece a heterogeneidade, respeitando-se as regras de convivência na comunidade e na sociedade.

A relação da diversidade com o currículo dependerá, principalmente, da concepção de educação e do olhar sensível de educadores na busca de um sistema educacional inclusivo, democrático e aberto à diversidade. Trata-se de um tratamento pedagógico que deve ser implementado no cotidiano educativo.

Posterior a todas essas considerações feitas até agora, surgem algumas indagações que nos fazem refletir: como tratar as diversas diferenças sociais existentes no campo intelectual, emocional e prático?

Na educação popular, a escola tem de se tornar o espaço de todas as vozes, de todas as falas e de todos os textos, sendo o professor alguém que não se apresenta como possuidor de um saber maior do que o dos demais, capaz de corrigir e de aprovar a escrita dos outros, mas sim como alguém que vem dialogar a criar condições necessárias, como mediador, para que todas as vozes sejam ouvidas e cresçam juntas. (RAMAL, 1999, p.49)

A tarefa do educador é antes de tudo, criar uma nova educação, pois ela foi a do colonizador, do opressor, de interesses de uma ordem colonialista, dominante. Foi no passado uma educação que confirmava a desigualdade do saber, da vida social. Portanto, torna-se fundamental uma nova educação, mostrando que a mesma é um trabalho político que estava escondido numa “missão pedagógica” e que agora aparece como missão política de libertação através do ensino, da educação.

Nesse sentido, o respeito à diversidade é um dos princípios que embasam a prática pedagógica no IFMT. Respalado pelo princípio da igualdade, esse respeito materializa-se na ação educativa, sobretudo na relação entre educadores e estudantes em sala de aula: a forma de se conceber a educação e o papel do educador e do educando no processo de construção do conhecimento; a relação de respeito entre os envolvidos nesse processo; o estabelecimento de uma relação que prima pelo respeito à pessoa humana e pela inclusão de todos; o reconhecimento da singularidade e das diferenças existentes entre as pessoas e entre os grupos; o respeito ao direito de cada um numa sociedade democrática; a convivência com diferentes opiniões sobre a realidade e diferentes visões de mundo; os valores e às crenças; o exercício da tolerância e da mediação dos conflitos e o repúdio a todo tipo de discriminação.

Cabe à Instituição, portanto, fornecer, durante o processo de formação dos educandos, condições que possibilitem a ampliação da visão de mundo, mostrando

caminhos e possibilidades de escolhas, tanto uns quanto outros favorecedores da inserção e da atuação cidadã na sociedade. Os caminhos e as escolhas devem ser responsáveis, ativos e respeitosos. Devem ser, sobretudo, críticos frente ao modelo social vigente, com vistas à transformação social na busca pela justiça e pela igualdade.

3.1.8. Interdisciplinaridade

Partindo do entendimento de que a interdisciplinaridade possibilita a mudança de postura dos envolvidos no processo de busca, produção e socialização do conhecimento, em que a ruptura com a fragmentação é o principal desafio, o IFMT assume o compromisso de estimular as práticas interdisciplinares.

Para Ivani Fazenda (2003), a interdisciplinaridade é uma relação recíproca, que exige maturidade, postura diferente a ser adotada frente a um problema, uma concepção unitária do ser humano.

Nesse sentido, orientar-se-á em todos os espaços constituídos do IFMT, uma prática pedagógica que busque superar a fragmentação do conhecimento e do ensino; que reconheça a realidade do estudante; fomente a dúvida e estimule a pesquisa enquanto princípio educativo.

Para que a interdisciplinaridade deixe de ser uma intenção e se torne uma postura coletiva, será necessário que todos se comprometam, cotidianamente, com o repensar a instituição, seus processos pedagógicos e as relações que nela e dela se constroem. E isso, segundo Japiassu (1979), não é algo que se ensine ou que se aprenda, mas algo que se vive.

Obviamente que constituirá tarefa central do IFMT promover a capacitação pedagógica de seus servidores, preparando-os para este novo cenário pretendido. Dessa forma, é correto afirmar que, metodologicamente, os Projetos Pedagógicos dos *campi*, assim como os Projetos Pedagógicos de Curso adquirem uma centralidade que demandará maior e melhor atenção e acompanhamento.

Assim sendo, outra tarefa que será necessária ao conjunto do IFMT é a de repensar as disciplinas escolares, uma vez que as mesmas não podem estar desconectadas da missão primeira da instituição, que é educar para a vida e para o trabalho. Logo, as mesmas relacionam-se com os conteúdos, que devem traduzir as

concepções e valores de homem, de sociedade, de conhecimento, de ciência, tecnologia, técnica, etc., defendidas pelo IFMT.

Faz parte ainda do processo de assunção da interdisciplinaridade o repensar: do tempo escolar – atualmente amplamente debatido em função da implantação da Educação Integral, e de Tempo Integral – em que os estudantes e professores permanecem na instituição; do papel do professor, que precisa ser exercido com autoridade, de forma autônoma, dialógica e emancipatória; além da avaliação, que deve expressar o processo.

Cabe aos professores e equipe profissional envolvida no processo pedagógico, a capacidade de inovar, desafiar, transformar, integrar. Mais que isso, para que os objetivos do ensino se realizem na perspectiva interdisciplinar, o diálogo é fundamental e deve ser estendido aos estudantes e à comunidade em geral.

3.1.9. Concepção de Gestão Educacional

Para entender os princípios, fundamentos e estratégias de Gestão Educacional em instituições de ensino, há que se fazer um esforço para compreender o cenário mundial das transformações econômicas, culturais e geográficas ocorridas nas últimas décadas, uma vez que as mesmas afetam a educação de várias formas, sendo as reformas educativas a principal delas, o que incide em mudanças curriculares, da gestão educacional, da avaliação dos sistemas e da profissionalização dos professores. Com isso, estratégias como descentralização, autonomia das escolas, reorganização curricular, novas formas de gestão e direção de escolas, novas tarefas e responsabilidades dos professores passam a ser, segundo Libâneo (2009), uma necessidade.

A Constituição Federal – CF – de 1988, Título VIII, Artigo 206, traz a Gestão Democrática como princípio e uma estratégia de valorização da democracia, uma vez que aponta para novas formas de organização e administração do sistema, objetivando a universalização do ensino a toda população. Bordenave (1994) ao abordar a participação como elemento fundante da democracia, refere-se à escola como o espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição. É a arena onde grupos sociais lutam por legitimidade e poder na sociedade capitalista.

É a escola, também, um espaço de livre circulação de ideologias (Chauí,

2006) onde a classe dominante espalha suas concepções e permite a ação dos intelectuais orgânicos rumo ao desenvolvimento de práticas educacionais em busca da democratização.

No período que antecede a CF/1988, o movimento em defesa da escola pública exige a democratização escolar enquanto expansão, gratuidade, qualidade e financiamento. Valorização do trabalho docente em novas estruturas internas das redes escolares quanto à qualificação dos sujeitos do trabalho pedagógico. As críticas eram relativas às relações autoritárias advindas de órgãos centrais, pressões clientelistas para indicações, investidura de autoridades pedagógicas e ambiência das unidades escolares.

Cientes das várias concepções e modalidades de gestão: centralizada, colegiada, participativa, cogestão, os educadores passam a radicalizar (no sentido estrito da palavra) partindo de entendimentos como o de Arroyo, que defendia que:

[...] democratizar a administração da educação não era eliminar a presença do Estado dos serviços públicos, mas sim, buscar mecanismos para submeter as decisões do Estado ao debate e controle da opinião pública. (ARROYO, 1979, apud Hora, 1994, p. 4)

Gestão vem de “*gestio*”, que vem de “*gerere*”, que significa trazer em si, produzir. Gestão não é só administrar um bem fora de si, mas sim algo que traz em si, porque nele está contido. É a capacidade de participação, sinal de democracia.

O IFMT, entendendo a gestão como um meio de garantir o bom funcionamento da instituição escolar para que a mesma alcance os objetivos estabelecidos (que são: aprendizagem escolar, formação para o trabalho e para a cidadania, valores e atitudes), concebe como correto afirmar que normas, diretrizes, estrutura organizativa, ações e procedimentos adotados asseguram a racionalização de recursos humanos, intelectuais, materiais e financeiros, coordenação e acompanhamento do trabalho das pessoas. O processo de chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar é que caracterizam a gestão, que envolve aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

A gestão democrática se divide em técnico-científica, autogestionária, interpretativa e democrático-participativa. Mas, é na democrático-participativa – uma vez que ela agrega pessoas que interagem social e politicamente e suas ações têm intencionalidade e as decisões são tomadas democraticamente – que o IFMT verterá todos os seus esforços para que a mesma se consolide enquanto uma

Política de Gestão da Instituição.

Na gestão democrática, a organização escolar não é estritamente objetiva, neutra, mas sim um processo de tomada de decisões coletivas, onde os membros do grupo podem discutir e deliberar, estabelecendo ainda, uma relação de colaboração. Ela pressupõe transparência de processos e de atos, pois tem caráter público e aberto, logo se opõe ao privado e secreto. Ela não anula, mas convive com certas especificidades hierárquicas da instituição.

Bruno (1997) afirma que “melhorar a qualidade da educação está além de reformas curriculares”, pois demanda novas formas de organização do trabalho na escola, constituindo alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e de se generalizarem, pautadas por laços da solidariedade, formas coletivas de trabalho, com uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

A consolidação de uma gestão democrática no interior do IFMT não é um processo espontâneo e fácil que pode ser travado pelas relações de poder. Portanto, exige permanente esforço humano e coletivo a partir de decisões de grupos e não de indivíduos, como afirma Hora (1994).

Sobre a democratização das estruturas educacionais pode-se reafirmar ainda que exige a participação de todos na definição de estratégias, organização da escola, redefinição de seus conteúdos e fins e a recuperação do sentido administrativo de administração escolar.

A democratização do IFMT pode ser entendida ainda como:

- a) ampliação do acesso à instituição educacional – com maior divulgação do papel social da instituição; funcionamento em horários compatíveis aos trabalhadores; com políticas de ingresso amplas; política estudantil consequente, que contribua para a permanência.
- b) democratização dos processos pedagógicos – com respeito à construção coletiva e emancipadora; progressiva adesão ao trabalho interdisciplinar; reavaliação curricular; avaliação processual;
- c) democratização dos processos administrativos – com fortalecimento dos fóruns e colegiados.

A gestão democrática está intimamente articulada ao compromisso

sociopolítico com os interesses reais e coletivos de classe dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada e, sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação da riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

Nesse sentido, é imprescindível que os gestores/ administradores/ educadores, independentemente de ordem hierárquica, compreendam a dimensão política de sua ação administrativa, respaldada na ação participativa, rompendo com a rotina alienada, o mando impessoal e racionalizado da burocracia.

Portanto, é objetivo estratégico do IFMT a participação efetiva dos diferentes segmentos na tomada de decisões, sensibilizando a todos de que são sujeitos de sua história.

3.2. Diretrizes Para a Prática Pedagógica

3.2.1. O planejamento pedagógico

O planejamento é um processo presente em diversos setores da vida social e pessoal, que vem sendo amplamente discutido, pois a todo momento estamos realizando algum tipo de planejamento, mesmo que de forma não intencional. Embora há muito tempo se discuta essa temática, ainda precisamos ressignificar alguns aspectos, principalmente no que diz respeito ao Planejamento Educacional, visto como um ato político-pedagógico que envolve intenções e a intencionalidade, na perspectiva de alcançarmos uma melhor compreensão de todo processo para elaboração de práticas pedagógicas emancipatórias.

São muitos os autores que abordam esse tema, assim como, são diversas as concepções de planejamento na literatura, algumas intercomplementares. Para Libâneo (2004, p. 222), o planejamento é um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Para Gimeno Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Para Vasconcellos (2002, p.35), “planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

Dessa maneira, todas as ações humanas requerem planejamento para que possam alcançar seus objetivos e ter êxito nas suas realizações. Portanto, o planejamento deve ser concebido como processo reflexivo acerca das nossas opções e ações, que orienta a tomada de decisão. É modo de agir na dialética da ação-reflexão-ação.

Libâneo (2001, p.123) afirma que o planejamento

[...] consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.

Sendo assim, o planejamento educacional é um meio para programar as ações pedagógicas, possibilitando uma organização metodológica, perpassando pelas unidades educativas até o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula.

A esse respeito, a legislação nos indica alguns níveis de Planejamento: A LDB (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 9º, estabelece que uma das incumbências da União é elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE). Essa mesma atribuição é estabelecida para os estados e municípios, ao constituírem seus sistemas de ensino (arts. 10 e 11). Também os estabelecimentos de ensino têm como uma de suas tarefas “elaborar e executar sua proposta pedagógica” (art. 12), assim como aos docentes é atribuída, entre outras funções, “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (art. 13).

É, portanto, imprescindível reconhecer a relevância do Planejamento coletivo para a prática pedagógica, como processo contínuo de reflexão e debate que assegure de forma eficaz a participação e o envolvimento de todos no processo educacional.

Assim, o planejamento, como processo de construção coletiva, contribui para a organização e gestão escolar, pois se torna um instrumento importante que identificará as potencialidades da instituição a serem mantidas e incentivadas, como também identificará as fragilidades a serem tratadas, minimizadas. Sendo assim, faz-se necessária a definição de suas funções. Libâneo (2004, p. 150) considera que o planejamento atende, em geral, às seguintes funções:

Diagnóstico e análise da realidade da escola: busca de informações reais e atualizadas que permitam identificar as dificuldades existentes e as causas que as originam, em relação aos resultados obtidos até então.

Definição de objetivos e metas: que compatibilizem a política e as diretrizes do sistema escolar com as intenções, expectativas e decisões da equipe da escola.

Determinação de atividades e tarefas: a serem desenvolvidas em função de prioridades postas pelas condições concretas e compatibilização com os recursos disponíveis (elementos humanos e recursos materiais e financeiros).

Com o desenvolvimento eficaz dessas funções, o processo de planejamento irá possibilitar uma análise reflexiva do contexto educacional, possibilitando avaliar e acompanhar permanentemente a operacionalização do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), das ações dos Planejamentos Estratégicos da Instituição e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Dessa forma, busca-se oportunizar espaços de reflexão e debate como prática contínua de formação continuada, para além das semanas pedagógicas e reuniões pedagógicas que são realizadas nos diversos *campi* do IFMT, visando ao fortalecimento de um Projeto Pedagógico que impacte no melhoramento acadêmico e administrativo da instituição, bem como a democratização de todo processo educacional.

3.2.2. A avaliação da aprendizagem e do ensino

A avaliação é integrante dos processos de ensino, de aprendizagem e de gestão, envolvendo ações de natureza diagnóstica, de acompanhamento e de reflexão das práticas realizadas.

Considerando que a educação escolar é formal, ou seja, constituindo-se ato intencional, organizado e sistematizado, a finalidade da avaliação é promover um olhar criterioso sobre os processos educativos, provocando mudanças onde se fizer necessário.

A avaliação é inerente e imprescindível durante todo processo educativo que se realiza em um constante trabalho de ação-reflexão, porque educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições,

comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente. (GADOTTI, 1984, p.90)

Consciente de que a avaliação reflete as intenções educacionais de uma instituição de ensino, o IFMT está buscando criar referenciais que balizam os processos avaliativos, respeitando sempre as especificidades existentes nas distintas realidades atendidas pelos *campi*.

Em relação à avaliação da aprendizagem escolar, é preciso que se reflita sempre a respeito de que e de quem ela está a serviço. Como ação de transformação e de promoção social, a avaliação da aprendizagem dá significado ao processo de ensino e aprendizagem e à relação professor-aluno.

É fundamental que a avaliação deixe de ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social e se torne uma ferramenta para a construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica a tomada de decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p.134).

Além de considerar os pressupostos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, acredita-se que a avaliação deverá ser diagnóstica e participativa (envolvendo todos no processo de aprendizagem, estimulando-os a tornarem-se sujeitos de sua constituição avaliativa bem como da construção de seus saberes).

Segundo Libâneo (1994), a avaliação escolar cumpre ao menos três funções: pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle. A função pedagógico-didática diz respeito ao papel da avaliação para verificar se os objetivos foram ou não alcançados. A função de diagnóstico se refere à possibilidade de identificar progressos e dificuldades dos alunos e na atuação do professor, para que possa haver mudanças no ensino e efetivar aprendizagens; essa função ocorre no início, durante e no final do desenvolvimento das aulas. E a função de controle refere-se aos meios, às verificações e à qualificação dos resultados dos alunos.

A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório, passível, portanto, de ser

compreendida e mudada. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

A avaliação também deverá ser formativa (acompanhando o desenvolvimento do aluno, de forma processual e contínua, percebendo as dificuldades no decorrer do processo e, a partir disso, reorientando-o). Nesse sentido, a proposta da avaliação com ênfase qualitativa busca dimensionar as transformações necessárias para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, sendo inerente a ele.

O IFMT propõe desenvolver a avaliação numa perspectiva processual, contínua e cumulativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, buscando a reconstrução do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e de atitudes coerentes com a formação integral do sujeito. Para tanto, considera o aluno como ser criativo, crítico, autônomo e participativo.

Nesse entendimento, a avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos (o que remete para a avaliação quantitativa), o domínio do processo de aprendizagem, no que se refere a avanços e recuos, e às possibilidades de autoavaliação e de reorientação no processo.

Dessa maneira, é de vital importância o professor utilizar instrumentos diversificados, além dos testes e das provas, como, por exemplo, pesquisas, relatórios, seminários e trabalhos em grupo. Diversificação de instrumentos avaliativos permite ao professor melhor identificar o desempenho do aluno nas atividades e tomar decisões; permite ao aluno identificar suas dificuldades.

Considerando a avaliação como fundamental em todo o processo de ensino e aprendizagem, tanto os cursos que foram implantados antes da criação do IFMT quanto os que foram criados a partir de 2009 contemplam em seus Projetos Pedagógicos uma perspectiva avaliativa baseada em diversos instrumentos, na perspectiva da constituição de formas de avaliar mais democráticas e inclusivas.

Avaliação da aprendizagem e do ensino constitui-se, pois, num processo permanente de localizar necessidades e se comprometer com sua superação, em vista da missão e dos objetivos que nos propomos enquanto IFMT.

3.3. Concepções de Ensino, Pesquisa e Extensão

3.3.1. Ensino

Segundo Saviani (2009), o ensino está ligado aos objetivos, princípios, condições e meios de direção e organização com finalidades sociopolítica e pedagógica da educação.

3.3.2. Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional

A Formação Inicial e Continuada ou de Qualificação Profissional – FIC destina-se a qualificação, requalificação, aperfeiçoamento e atualização do conhecimento, na esfera da educação profissional e tecnológica, para pessoas que foram marginalizadas do processo de educação formal no período correto.

Sua oferta deve ser articulada entre as Pró-Reitorias de Extensão e de Ensino e visa atender tanto a comunidade interna como a externa.

Assim como os demais níveis e modalidades ofertadas pelo IFMT, pauta-se pelo princípio da politécnica, da formação para a unilateralidade, da formação humana e para o trabalho.

3.3.3. Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Tendo por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, a preparação básica para o trabalho e a cidadania, o aprimoramento do educando como pessoa humana e a compreensão dos fundamentos científicos tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática, no ensino de cada disciplina (Libâneo, 2009), a Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFMT é desenvolvida em articulação com o ensino regular através de diferentes estratégias.

O Ensino Médio Integrado se configura como uma proposta de formação integral, que considera a dimensão social e humana da realidade e não desvincula o “saber fazer” do “saber pensar”; que fortalece a necessidade de uma educação “no” mundo e não apenas “para” o mundo.

Na percepção de Ramos (2008, p. 3) a concepção de Ensino Médio Integrado como uma formação humana contempla três sentidos: o sentido da omnilateralidade, que considera a formação “com base na integração de todas as

dimensões da vida no processo formativo”; o sentido da integração, que considera a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica; e, por fim, “a integração entre conhecimentos gerais e conhecimentos específicos, como totalidade” (RAMOS, 2008, p. 16).

Nesse sentido, o conceito de integração na proposta de Ensino Médio Integrado, ultrapassa sua dimensão pedagógica e alcança a dimensão política da formação humana, cujo sentido coaduna com o pensamento de Hannah Arendt (2002, p. 13), a qual defende que *“o sentido da política é a liberdade”*, pois, continua a filósofa alemã, *“o que está em jogo aqui não é apenas a liberdade, mas sim a vida, a continuidade da existência da Humanidade e talvez de toda a vida orgânica da Terra”*.

A Lei nº 9.394/96 (LDB), inciso I, do art. 36-B, a educação profissional técnica de nível médio é desenvolvida na forma articulada ao ensino médio e a Lei nº. 11.892/2008, inciso I, do art. 7, essa forma de oferta destina-se aos concluintes do ensino fundamental e ao público da educação de jovens e adultos - EJA.

Os cursos técnicos integrados se fundamentam na ideia de ensino médio integrado no sentido da formação humana integral, politécnica e multidimensional. Sendo necessário que cada componente e cada conteúdo curricular seja planejado num todo para que haja a integração entre os componentes da formação básica e da formação técnica.

A Lei nº. 11.892/2008, em seu art. 7º estabelece que um dos objetivos da Rede Federal é *“ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”*.

Quanto às características dos cursos técnicos integrados, o Parecer CNE/CEB nº. 11/2012, que deu origem à Resolução CNE/CEB nº. 06/2012, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, define que educação profissional:

- É uma importante estratégia para o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade;
- Impõe a superação do enfoque tradicional da formação profissional baseado

apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas;

- Requer, além do domínio operacional de um determinado fazer, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões no mundo do trabalho;
- Deve estar centrada no compromisso de oferta de uma educação ampla e politécnica.

Conforme o Parecer CNE/CEB nº. 11/2012 o conhecimento assume “centralidade da nova organização da sociedade pós-industrial” diante da mudança na natureza do trabalho na sociedade atual. Nesse sentido, o Parecer enfatiza, conforme sessão nº. 92 da Conferência Geral Anual da Organização Internacional do Trabalho - OIT, ocorrida em 17 de junho de 2004, com aprovação da Recomendação nº. 195/2004, sobre orientação, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida, que,

A Educação Básica, reconhecida como direito público fundamental de todos os cidadãos, deve ser garantida de forma integrada com a orientação, a formação e a qualificação profissional para o trabalho. A qualidade da oferta da tríade Educação Básica, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida contribui significativamente para a promoção dos interesses individuais e coletivos dos trabalhadores e dos empregadores, bem como dos interesses sociais do desenvolvimento socioeconômico, especialmente, tendo em conta a importância fundamental do pleno emprego, da erradicação da pobreza, da inclusão social e do crescimento econômico sustentado.

Já o Parecer CNE/CEB nº. 5/2011, que deu origem à Resolução CNE/CEB nº. 2/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, estabelece algumas definições conceituais importantes que fundamentam a formação humana integral, pretendida com os cursos técnicos integrados, dentre as quais se destacam: a ciência, a tecnologia, a cultura, o trabalho no sentido ontológico, o trabalho como princípio educativo e a formação integral.

Ciência como conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade, se expressa na forma de conceitos representativos das

relações de forças determinadas e apreendidas da realidade;

Tecnologia como extensão das capacidades humanas que promove a transformação da ciência em força produtiva, visando à satisfação de necessidades humanas; é a mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real);

Cultura como resultado do esforço coletivo, tendo em vista conservar a vida humana e consolidar uma organização produtiva da sociedade, do qual resulta a produção de expressões materiais, símbolos, representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade;

Trabalho no sentido ontológico, como transformação da natureza, realização inerente ao ser humano e mediação no processo de produção da sua existência, ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais;

Trabalho como princípio educativo, entendido como a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social, ou o ser humano como produtor de sua realidade e, por isso, pode dela se apropriar e transformar;

Formação integral que possibilita o acesso aos conhecimentos científicos e promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem em normas de conduta de um grupo social e se manifestam em tempos e espaços históricos, que expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade.

A Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio ainda destaca alguns dos princípios da Educação Profissional:

- a) Articulação entre a formação desenvolvida no ensino médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral, integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;
- b) Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

c) Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem, entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular.

A Lei nº. 11.892/2008, bem como a Resolução CNE/CEB nº. 06/2012, estabelecem princípios gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e destacam, em especial, os princípios definidos nos incisos I, III e IV, do art. 6º, da Resolução CNE/CEB nº. 06/2012, que visam à efetivação dos conceitos acima mencionados de uma formação que considere ciência, tecnologia, cultura, trabalho e formação integral:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante a serem desenvolvidas por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão planejadas de acordo com o perfil do egresso do estudante;

[...]

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV – articulação da Educação Básica com a educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

Para o pleno desenvolvimento do sujeito, que implica formação para a cidadania e qualificação para o trabalho, torna-se imprescindível a articulação entre educação básica e profissional, de forma a promover a formação humana integral, instrumentalizando o estudante para a produção do conhecimento, a intervenção social e sua inserção produtiva no ambiente social, com a formação crítica necessária para intervir e transformá-lo.

Nesse sentido, a educação precisa libertar-se da perspectiva histórica imposta pelo mercado e pelos segmentos produtivos de foco unicamente na

formação para o trabalho e buscar a formação omnilateral, que visa ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas.

Dessa forma, o compromisso da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica deve ser com a formação crítica, humanizadora e emancipadora, que proporcione experiências por meio das quais seja possível despertar o senso crítico, elevando o sujeito a patamares de compreensão capazes de ampliar seu nível de participação na esfera social, sem negligenciar a relação do homem com as questões de socialização, com as tecnologias, com os desafios ambientais e com a totalidade do complexo mundo do trabalho.

3.3.4. Educação Superior de Graduação

Com a criação dos Institutos Federais, em 2008, o IFMT passa a promover de forma mais articulada os cursos superiores de graduação, presencial e a distância, conforme estabelece o Capítulo IV, Art. 43 a 57 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB.

Sem fugir da finalidade estabelecida na legislação, que é, segundo Libâneo (2009), “formar profissionais nas diferentes áreas do saber, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos e comunicando-os por meio do ensino”, os institutos têm a convicção de que reúnem as condições mais favoráveis para estabelecer um diálogo rico em seu interior, capaz de integrar os diferentes níveis da educação básica e do ensino superior, atendendo trabalhadores e futuros trabalhadores, de acordo com suas Concepções e Diretrizes (2008).

Para Libâneo (2009), a premissa é simples: os processos de ensino e aprendizagem são alimentados pela pesquisa. Os estudantes aprendem conceitos, teorias, desenvolvem suas capacidades, formam atitudes e valores ao mesmo tempo em que se formam como sujeitos críticos e profissionais.

No IFMT, os cursos de graduação se materializam através de:

- **Cursos de Tecnologia**, constantes do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, que trazem o perfil de competências do tecnólogo, carga horária mínima e a infraestrutura recomendada para cada curso. Um dos objetivos desses cursos é atender a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade. Atualmente, o IFMT possui 24 cursos de tecnologia, distribuídos em 16

campi e 08 eixos.

- **Cursos de Licenciatura**, que tem por objetivo formar professores que atuarão na educação básica, sobretudo para a área das ciências da natureza: Química, Física, Biologia e, ainda Matemática e Educação Física. São 15 cursos, em 11 campi que, respeitando-se o que fundamenta o documento Concepções e Diretrizes - Um novo modelo em educação profissional e tecnológica (2010), procuram contribuir para suprir a falta de professores, já estimada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso (SEDUC).
- **Cursos de Bacharelado**, organizados em 17 cursos e 12 campi de diferentes regiões do estado que buscam atender demandas não supridas por outras instituições públicas de ensino.

Concebidos em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional/PPI, a legislação vigente e as políticas educacionais emanadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep, vinculado ao Ministério da Educação/MEC, os cursos seguem Diretrizes estabelecidas pelo IFMT e pelo Instrumento Nacional de Avaliação dos Cursos de Graduação - Presencial e a Distância para a elaboração e reelaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos.

3.3.5. Certificação Profissional

A certificação profissional constitui o reconhecimento formal de saberes adquiridos em diversas situações de vida e de trabalho que correspondam a uma ocupação profissional.

O certificado será emitido após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares definidos no Projeto Pedagógico de Curso.

A certificação profissional – prevista no Art. 41 da Lei 9.394/1996, no Parecer CNE/CEB nº 40/2004 e no Art. 42 da Lei 11.741/2008 – possibilita que o conhecimento adquirido na educação profissional, científica e tecnológica, inclusive na esfera do trabalho, seja objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

3.3.6. Educação a Distância

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) abrangem inúmeros contextos que vão desde a pesquisa e produção de recursos até a extensa variedade de serviços à disposição da população. Contudo, é na educação em que as TIC vêm conquistando espaço e relevância, ao mesmo tempo que ajudam a derrubar a resistência a nova ordem mundial: a colaboração.

Aos poucos, a sociedade percebe que é possível trabalhar, produzir, estudar e aprender por meio das TIC. As recentes transformações sociais, econômicas e tecnológicas aproximaram as pessoas e permitiram a elas compartilhar praticamente tudo por meio da grande rede. Desta forma, não é possível mais pensar em instituições, estudantes e finalmente pessoas desconectadas, trabalhando ou produzindo isoladamente. É por meio das tecnologias que encontramos parceiros, comunidades e demais entes dispostos a colaborar e construir juntos.

A Educação a Distância, que tem se consolidado junto aos processos de ensino e aprendizagem contemporâneos, se beneficia da colaboração e da mediação para aproximar estudantes e instituição de ensino, independente do lugar e tempo onde cada um destes estejam.

A mediação é concebida como um processo que permite a interação e a comunicação entre as pessoas, tendo a tecnologia como suporte. É também um processo de construção do conhecimento facilitado pelo trabalho colaborativo, e que contribui para um saber novo, efetivamente construído por meio participação de atores na produção e compartilhamento das informações.

É neste cenário que se concebe a formação de redes vivas de aprendizagem e do trabalho em rede, nas quais os sujeitos descobrem que podem apoiar-se uns aos outros a fim de se auxiliar, aprender mutuamente e construir juntos. A ideia da sala de aula tradicional passa a ser ressignificada para qualquer lugar onde se estabeleça a relação mediada entre estudantes e professores.

Para que exista uma mediação efetiva, é fundamental a utilização de metodologias propulsoras de interação entre professor/estudante, estudante/estudante, estudante/sociedade de forma a construir possibilidades que favoreçam atingir os objetivos propostos da educação. Também se inserem nesta

perspectiva a produção de materiais didáticos especialmente desenvolvidos para aproveitar o design de interação que as novas mídias proporcionam.

As TIC, ainda, podem aprimorar a relação entre professores e estudantes por meio do uso de novas metodologias e estratégias de ensino, as quais abrangem:

- o papel e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educativas diferenciadas;
- a ação pedagógica colaborativa e democrática;
- as formas alternativas de avaliação;
- o papel da comunidade escolar e as novas representações e modos de construção do conhecimento.

A partir do exposto, é necessária uma quebra de paradigmas que possibilite uma organização administrativa e pedagógica no uso das TIC, principalmente na Educação a Distância, potencialmente orientada para a compreensão e representação do saber de múltiplas formas.

Nessa perspectiva, para o desenvolvimento da educação a distância, o IFMT procura articular o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com programas que atendem à Educação a Distância através do Projeto Político Pedagógico Institucional.

O PDI concretiza o Projeto Político Pedagógico Institucional como definidor dos referenciais teóricos e metodológicos tanto para a educação a distância quanto para as demais modalidades. A partir dele, emanam-se o modelo, as concepções, as intenções e os valores determinantes da mediação e da gestão do processo de ensino e aprendizagem.

A especificidade da educação a distância reside não só na maior diversidade de funções necessárias aos indivíduos envolvidos no processo (professores, tutores, técnicos de tecnologia da informação, web designers, designers instrucionais, roteiristas, técnicos de produção de vídeo e TV, entre outros), mas também na maior abrangência, haja vista a quantidade de estudantes que podem ser atendidos. O IFMT pretende expandir suas atividades em EaD, socializando a informação entre os municípios de Mato Grosso, do mais próximo até o mais distante, construindo, compartilhando conhecimentos e, principalmente, concretizando a sua missão de educar para a vida e para o trabalho.

3.3.7. Direitos Humanos

Com o advento da atual Constituição Federal, novos documentos surgem no cenário nacional, como resultado da mobilização dos movimentos sociais, na perspectiva de impulsionar agendas, programas e projetos na materialização da defesa e promoção dos direitos humanos, a exemplo dos Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as legislações de combate à discriminação racial e à tortura, bem como as recomendações das Conferências Nacionais de Direitos Humanos.

No entanto, a despeito dessa mobilização e movimentação para a concretização do Estado Democrático de Direito, persiste um distanciamento entre os marcos normativos e a realidade da maioria da população brasileira. O contexto nacional, historicamente, tem se caracterizado por desigualdades e pela exclusão econômica, social, racial e cultural, decorrentes de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizaram os direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos.

As questões referentes à acessibilidade, inclusão e diversidade, ainda hoje são tratadas apenas pelo amparo legal. Mas essa realidade precisa mudar através da disseminação da educação para a aceitação das diferenças, a fim de formarmos cidadãos conscientes de que todas as pessoas, independentemente de sua raça, diversidade sexual, deficiência ou condição social devem ser vistas como seres humanos de direitos, que devem ter acesso a todos os direitos básicos garantidos pela legislação.

Dessa forma, seguindo os princípios expostos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006, pág. 24 e 25), é preciso que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso esteja constantemente buscando desenvolver um processo educacional que seja pautado nos seguintes princípios:

- a) Na construção de uma cultura de direitos humanos que seja de especial importância em todos os espaços sociais, contribuindo na formação de sujeitos de direito, mentalidades e identidades individuais e coletivas;
- b) No apoio e no fortalecimento de ações que venham a combater o racismo, o sexismo, a discriminação social e cultural, a homofobia, toda forma de intolerância

- religiosa e outras formas de discriminação presentes na sociedade brasileira;
- c) Na promoção de políticas e ações que garantam a qualidade em um ensino inclusivo e pautado na defesa da diversidade e dos direitos humanos;
 - d) Na defesa de uma educação que deve ter como função desenvolver uma cultura de respeito à diversidade em todos os espaços sociais; e
 - e) Na estruturação da diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e sucesso e a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de diversidade sexual, opção política, de nacionalidade, dentre outras).

Assim, as políticas de educação e Direitos Humanos tratam de valores, relações e práticas sociais e institucionais, numa perspectiva que não dissocie conhecimento, atitude, sentimento e prática, pautando-se em fundamentos que tenham uma concepção ética e crítica da educação, no que se refere à pedagogia participativa e dialógica.

Nesse sentido, o IFMT buscará esse resultado, através da sensibilização e da valorização do sujeito em todos os âmbitos desta instituição educacional, sempre baseado na legislação que ampare esta visão de mundo, incluindo em seus currículos e planos de cursos temas como valores éticos, história dos direitos humanos, pluralidade cultural, política, cidadania, democracia, respeito à diversidade, diálogos interétnicos e inter-religiosos, mecanismos de proteção dos direitos humanos e outros (PNEDH, 2009).

3.3.8. Assistência Estudantil

No último decênio do século XXI, houve uma rápida expansão e esforços do Estado brasileiro em ampliar as políticas públicas para capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores para atender às necessidades impostas por um mercado de trabalho mais competitivo e caracterizado pela flexibilização do processo produtivo e do perfil polivalente do trabalhador. Nessa dinâmica, a criação e expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) nos últimos cinco anos exigem um esforço crítico de reflexão sobre seu papel, identidade e utilidade social na atualidade.

Ao passo em que a implantação dos Institutos Federais significa uma

interessante ferramenta de democratização do acesso à educação pública a partir da interiorização da rede por todo o país, a expansão implica em avançar nas questões de infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, permanência e êxito dos estudantes na escola.

No Brasil, historicamente, o ensino técnico e profissionalizante teve como papel atender à camada mais empobrecida da população para atender às necessidades do mercado de trabalho. A partir da ampliação da concepção do ensino profissional para a educação para o trabalho, compreende-se a premência de articular as políticas públicas para atender às necessidades dos trabalhadores não apenas do campo do trabalho, mas na construção de alternativas que possibilitem as aspirações e escolhas individuais.

Desse modo, não é possível discutir democratização de acesso à política de educação sem pensar na construção de estratégias para a permanência e sucesso dos estudantes. A preocupação com a assistência estudantil no Brasil remonta a primeira metade do século XX em que as ações destinadas aos estudantes “carentes” tinham caráter de benemerência por parte do Estado.

No curso do século XX e, sobretudo, a partir de 1988, houve avanços significativos na concepção de assistência estudantil a partir de uma perspectiva de direito social. De acordo com Campos (2012), a conquista de alguns planos e regulamentos da assistência estudantil na direção das políticas sociais teve como impulso a movimentação realizada pelas Universidades, tanto do segmento assistido, quanto de dirigentes.

Após a promulgação da LDB (Lei n.º 9.394 de 20/12/1996), que garante o dever do Estado em implementar estratégias para propiciar condições de acesso e permanência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, algumas instâncias de discussão e normativas contribuíram para o avanço da assistência estudantil na ótica da política social de direito na atualidade. São eles: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987 como órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições Federais de Educação (2001); União Nacional dos Estudantes (UNE); Secretaria Nacional de Casas

Estudantis (SENSE); Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Portaria/MEC nº 39, de 12/12 de 2007 e Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 – (CAMPOS 2012). O FONAPRACE define assistência estudantil como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior], na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (FONAPRACE apud Campos, 2012)

O PNAES, fruto da mobilização dos segmentos supracitados, foi criado no contexto do programa de reforma universitária dos últimos anos, com a institucionalização do Programa de Reestruturação Universitária (REUNI), e tem sido considerado fundamental para o avanço da construção de uma política de direito dos estudantes na medida em que garante a destinação de recursos específicos para a operacionalização das ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Educação (IFES).

Desse modo, é importante afiançar que a concepção de uma política de assistência estudantil na qual devem se assentar os parâmetros que norteiam as ações socioassistenciais e pedagógicas no ambiente escolar está fundamentada numa visão de mundo que compreende a escola como um espaço em que é possível proporcionar o desenvolvimento de potencialidades humanas para a vida e para o trabalho.

3.4. Extensão, Pesquisa e Inovação

Entende-se que ensino, pesquisa e extensão compõem uma unidade, portanto, devem necessariamente caminhar juntas no processo de ensino-aprendizagem. Compreende-se que o currículo do Instituto deve apresentar um conjunto de habilidades e competências que consigam resgatar a unidade entre as três facetas que formam o escopo da formação acadêmico-profissional.

Ao longo de 2014 a 2018 as atividades de pesquisa cresceram significativamente na instituição. Entretanto é desejo e necessidade continuar fomentando a pesquisa e a inovação tecnológica articuladas com o ensino em seus diversos níveis e modalidades, consolidando-as na instituição.

O IFMT tem como objetivo contribuir para a ampliação do conhecimento científico em diferentes áreas do conhecimento, por meio de pesquisas desenvolvidas por servidores e discentes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O Projeto Pedagógico do IFMT colocará a pesquisa como um de seus princípios fundamentais. Entendendo a pesquisa como procedimento racional e sistemático, voltado à produção acadêmica, com objetivo de manter um processo constante de ação-reflexão-ação com a realidade circundante. Reflexão esta que impõe não somente apreendê-la de forma mais abrangente, como também de propor alternativas para os problemas existentes no contexto institucional, regional e nacional.

3.4.1. Pós-Graduação

O IFMT, a partir da sua finalidade institucional de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, ministrará a educação superior em nível de Pós-Graduação por intermédio de Cursos *Lato Sensu* (aperfeiçoamento e especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado).

A missão geral do Instituto, de formar para a vida e para o trabalho, pode ser compreendida como uma preocupação institucional em qualificar profissionais atuantes nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, irá se refletir em seus cursos de Pós-Graduação, posto que serão estruturados segundo as carências da sociedade mato-grossense, ou seja, estarão sintonizados com as suas demandas sociais, econômicas e culturais.

Nesse sentido, a Pós-Graduação promovida pelo IFMT contribuirá para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, observando as suas potencialidades e vocação produtiva, devendo nesse processo inserir profissionais qualificados e capacitados, produzir conhecimentos, gerar tecnologias e facilitar a apropriação pública dos saberes constituídos.

Os problemas advindos das necessidades dessa localidade serão, então, considerados como o eixo orientador das suas pesquisas. Ou seja, as atividades investigativas a serem desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação do IFMT se traduzirão em trabalhos de produção de conhecimentos voltados à busca das

respostas às questões concretas suscitadas no contexto estadual.

Tais investigações terão suas raízes em problemas legítimos da comunidade e buscarão para eles as soluções tecnológicas, que deverão ser amplamente divulgadas e disponibilizadas, configurando-se prioritariamente com o termo de “pesquisas aplicadas”. E com a capacidade de aplicar seus resultados em prol da melhoria das condições de vida da localidade, elas ainda contribuirão para o seu desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se, no entanto, que os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas da Pós-Graduação serão colocados a favor das peculiaridades locais e regionais, considerando sempre a perspectiva de seus reconhecimentos e valorizações no cenário nacional e global.

Quanto ao propósito do IFMT de promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, a Pós-Graduação a ser ofertada deverá: considerar a formação profissional como paradigma nuclear, favorecer o diálogo entre as formações propostas e respeitar os fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica.

Os cursos de Pós-Graduação a serem propostos deverão, assim, estabelecer uma correspondência mais estreita com os cursos superiores de tecnologia (graduações tecnológicas), com os de licenciaturas e com os de bacharelado com ênfase nas engenharias, ofertados no Instituto. Dessa forma, a inserção da Pós-Graduação na verticalização da educação profissional no IFMT poderá permitir a construção de alternativas de formação dentro de um determinado eixo tecnológico, oferecendo ao discente um itinerário formativo que melhor corresponda às suas expectativas e às demandas contextuais.

Considerando a possibilidade de formar docentes para todos os níveis de ensino, bem como a de qualificar e capacitar o seu quadro de servidores (docentes e técnicos), o Instituto buscará ofertar cursos de Pós-Graduação próprios ou em parcerias (MINTER e DINTER) que deverão contribuir para a formação de recursos humanos aos campos da educação, visando ao desenvolvimento da educação básica e da profissional e tecnológica, bem como para a titulação de seus servidores.

Em termos gerais, concebe-se que a Pós-Graduação no IFMT promoverá a formação de profissionais capacitados e qualificados para: a execução de pesquisa aplicada aos problemas contextuais, a realização das atividades de inovação tecnológica, a disponibilização dos saberes produzidos à comunidade e para a atuação docente no campo da educação básica, profissional e tecnológica.

3.4.2. Extensão e Interação com a Sociedade

A extensão compreende um processo educativo, cultural e científico, articulando-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico. Pode ser compreendido também como um espaço de articulação, entre o conhecimento e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando, assim, a interação necessária à vida acadêmica.

Enquanto processo educativo, a extensão possui dimensões formativas e libertadoras indissociáveis e com equidade. Portanto, a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora, intensificando sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que professores e alunos constituem-se sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Ao mesmo tempo amplia sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilha conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Neste sentido, é imperativo conceber a Extensão como uma prática que possibilita o acesso aos saberes produzidos e experiências acadêmicas, oportunizando, dessa forma, o usufruto direto e indireto, por parte de diversos segmentos sociais. E que se revela numa prática que vai além da visão tradicional de formas de acesso da sociedade às tecnologias e ao conhecimento acadêmico, bem como, a sua efetiva participação.

Por fim, a Extensão visa aprofundar os vínculos existentes entre o IFMT e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da

realidade mediante ações que fortaleçam a cidadania. A intervenção das atividades de Extensão deve ocorrer de forma participativa e dialógica, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade local.

3.4.3. Acompanhamento e Avaliação do PPI

A Avaliação Institucional será efetivada no IFMT como componente do Projeto Pedagógico Institucional.

Ao promover o reordenamento de competências no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o referido decreto alterou a organização do sistema federal de ensino (especialmente do INEP e da SESu), atingindo igualmente as Instituições de Ensino Superior (IES).

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, na medida em que ela constitui um dos componentes básicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria 2.051, de 09 de julho de 2004. Assim, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve subsidiar a busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária, no fortalecimento dos compromissos sociais e na prestação de contas à sociedade.

Acredita-se que a preocupação fundamental do projeto de Avaliação Institucional deve ser com as condições para a elevação do padrão de qualidade da Instituição, traduzindo a realidade e os desafios que cada instituição se propõe a atingir.



4.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

4.1. Políticas Institucionais Voltadas à Valorização da Diversidade, do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural

O IFMT promove ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural da região onde está inserido.

Nesse sentido, o IFMT organiza palestras, seminários temáticos sobre a diversidade, a questão de gênero, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural do Estado. Também incluirá nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem a diversidade, gênero, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural da região.

Em consonância com os objetivos do Plano Nacional de Cultura (Lei Nº 12.343/2010), o IFMT implementa ações no sentido de:

- Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, de gênero, étnica e brasileira;
- Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial regional;
- Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- Aprofundar o acesso à arte e à cultura;
- Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos materiais e imateriais;
- Estimular a sustentabilidade socioambiental;
- Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos dos povos tradicionais.

Para o período de vigência deste PDI, o IFMT desenvolverá ações de

estímulo às participações docentes e discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, e em eventos culturais e artísticos, internos e externos; envolvendo aspectos de diversidade, meio ambiente e saúde, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

4.2. Políticas Institucionais Voltadas à Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, da Igualdade Étnico-racial, Indígenas e Quilombolas

O IFMT também está comprometido com as políticas de ação afirmativa de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial. Para tanto, o IFMT incluirá nos componentes curriculares dos cursos oferecidos conteúdos e atividades que abordem a defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.

O IFMT cumprirá, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – Lei nº 9.394/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; e da Resolução CNE/CP nº 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 03/2004; e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer CNE/CP nº 08/2012, Resolução CNE/CP nº 01/2012 e demais diretrizes curriculares específicas para a promoção de políticas de ação afirmativa para povos sub representados.

Com o objetivo de divulgar e produzir conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, de gênero, étnico-racial e na busca da consolidação da democracia brasileira, o IFMT incluirá nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares de todos os cursos conforme diretrizes específicas.

Conforme estabelecido na Resolução CNE/CP nº 01/2012, a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, e visando a interseccionalidade, foi considerada na construção deste PDI e PPI e dos PPC dos cursos do IFMT, no ensino, na pesquisa, na extensão, bem como nos diferentes processos de

avaliação.

A Resolução CNE/CP nº 01/2012 estabeleceu, ainda, que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

I – pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II – como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

III – de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

4.2.1. Políticas Institucionais voltadas à Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos

De acordo com o Parecer CNE/CP Nº 08/2012, às políticas para a promoção da **Educação em Direitos Humanos**, considera a Educação em Direitos Humanos, *Como um paradigma construído com base nas diversidades e na inclusão de todos/as os/as estudantes, deve perpassar, de modo transversal, currículos, relações cotidianas, gestos, “rituais pedagógicos”, modelos de gestão. Sendo assim, um dos meios de sua efetivação no ambiente educacional também poderá ocorrer por meio da (re) produção de conhecimentos voltados para a defesa e promoção dos Direitos Humanos.*

Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação orienta que a Educação em Direitos Humanos, em todos os níveis de ensino, esteja fundamentada nos seguintes princípios: Dignidade humana; Igualdade de direitos; Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; Laicidade do Estado; Democracia na educação; Transversalidade, vivência e globalidade; Sustentabilidade socioambiental.

De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, na qual se expressa que essa temática, como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

- I. Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II. Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e políticos;
- IV. Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e
- V. Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Nessa perspectiva, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

Nos cursos oferecidos pelo IFMT, essa temática será abordada no currículo, de forma interdisciplinar e também de maneira transversal, podendo ser vivenciadas em diferentes estratégias, destacando-se: Workshops em datas comemorativas, Fóruns, Atividades práticas, Visitas técnicas, Projetos de extensão, Palestras, dentre outras.

4.2.2. Políticas Institucionais voltadas à Ações Afirmativas para Promoção da Igualdade Étnico-Racial

Com relação às políticas para a promoção da Igualdade étnico-racial, a Resolução CNE/CP Nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, na qual se expressa que as políticas de ações afirmativas, no campo educacional, buscam garantir o direito de negros, negras e cidadãos brasileiros em geral, ao acesso em todas as etapas e modalidades de ensino, no seu art. 1º, estabelece:

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem

cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Portanto, o IFMT cumprirá e acompanhará as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme as exigências das Leis 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabelece a inclusão nos currículos da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelece a obrigatoriedade da temática indígena nos currículos oficiais; 12.711, de 29 de agosto de 2012, que regulamenta o sistema de acesso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal; Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica; 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a lei de migração e todas as demais legislações correlatas que normatizam as políticas públicas de ação afirmativa para as populações sub representadas.

Desta forma, o IFMT buscará no âmbito de cada curso ofertado desenvolver as seguintes políticas de promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial:

- Promover o desenvolvimento de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos e igualdade étnico-racial na comunidade acadêmica, por meio de workshops, disciplinas específicas e também atividades de extensão.
- Promover o reconhecimento e a valorização da região na qual o IFMT se insere, fortalecendo a identidade étnico-racial, cultural e histórica da região por meio de projetos de extensão, desenvolvidos na sede e nos polos presenciais ou ambientes profissionais vinculados aos cursos;

- Fortalecer o compromisso com a formação da consciência social de seus educandos mediante o desenvolvimento de temáticas associadas às políticas para a promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial (e sua influência para a formação da sociedade brasileira), em unidades curriculares integrantes do currículo de todos os cursos.

Nos cursos oferecidos pelo IFMT, as temáticas abordadas no currículo, de forma interdisciplinar e também de maneira transversal e interseccional, podendo ser vivenciadas em diferentes estratégias, destacando-se: Workshops em datas comemorativas, fóruns, atividades práticas, visitas técnicas, cursos de extensão, formação inicial e continuada e palestras.

Destaque-se que o desenvolvimento de tais temáticas, nas diferentes estratégias acima referidas, está sempre aderente à área profissional do curso e coerente com o perfil profissional desejado dos egressos, onde orienta-se que os projetos pedagógicos dos cursos, assegurem a interligação da formação profissional, as políticas para a promoção dos Direitos Humanos e Igualdade Étnico-Racial, atendendo plenamente aos requisitos legais, consolidando tais políticas, nas matrizes curriculares dos cursos implementados.

5.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL

Sendo o IFMT, uma instituição de educação profissional e tecnológica, que oferta cursos nos diferentes níveis e modalidades e inserida em diversas regiões do Estado, considerando seus polos de apoio presencial ou ambientes profissionais, assume o compromisso de ser parte constitutiva do desenvolvimento social e econômico das regiões onde estará inserido.

Desta forma, a contribuição do IFMT para o desenvolvimento social e econômico acontecerá por meio da produção e socialização do conhecimento em várias áreas de interesse nas comunidades locais, regionais e estaduais, com o desenvolvimento de tecnologias e inovação, criatividade e responsabilidade na prestação de serviços educacionais de qualidade.

As principais ações institucionais voltadas a contribuir para o desenvolvimento social serão materializadas por meio de programas, projetos e atividades de extensão. Para a sua implementação, assumimos como princípio que o conhecimento construído culturalmente como “popular” possa interagir com o conhecimento acadêmico, favorecendo a ambos.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, o IFMT, por meio dos convênios para a oferta do estágio curricular obrigatório e o estágio remunerado, buscará estimular articulação e a interação com os setores locais, na identificação de suas demandas e, em consequência, na busca e apresentação de soluções.

Nessa mesma perspectiva, ao definir o perfil dos egressos de seus cursos, o IFMT pretende que, possam ingressar mais preparados no mundo do trabalho e, assim, serem agentes que poderão contribuir para o desenvolvimento econômico e social, em suas áreas específicas de formação.

As principais políticas que integram os compromissos do IFMT com o desenvolvimento econômico e social são:

- Fomentar a reflexão fundamentada no conhecimento adquirido dentro do ambiente acadêmico que busque a interação permanente e sistemática com a realidade social;
- Intensificar a parceria do IFMT com os diversos setores da sociedade como:

prefeituras municipais e suas secretarias, empresas e indústrias locais;

- Implantar rede de programas, projetos e ações planejadas de responsabilidade social e de sustentabilidade socioambiental, tanto por meio de iniciativas institucionais quanto pelas atividades acadêmicas e de extensão;
- Ofertar formação orientada para o mundo do trabalho visando à inserção dos egressos e comprometidos com a melhora do meio em que vivem;
- Desenvolver pesquisa aplicada aos arranjos locais de maneira que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da sua região de abrangência;
- Desenvolver ações de incentivo ao empreendedorismo, proporcionando geração de empreendimentos pela comunidade interna e apoiando micro e pequenos empreendedores da comunidade externa;
- Desenvolver ações de extensão e de investigação tecnológica e científica que contribuam para o desenvolvimento econômico e social da sua região de abrangência.

6.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EaD)

O IFMT atende a todas as legislações vigentes para a oferta de uma Educação a Distância de qualidade, com destaque para as seguintes:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Nº 9.394/96;
- Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;
- Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas para os cursos ofertados;
- Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;
- Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004, que Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;
- Portaria Nº 20 de 21/12/2017 - Que dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, reconhecimento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino;
- Portaria Nº 21 de 21/12/2017 – Que dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC;
- Portaria Nº 23 de 21/12/2017 – Que dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores,

bem como seus aditamentos;

- Portaria Nº 315 de 04/04/2018 – Que dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, integrantes do sistema federal de ensino; e
- Legislações e regulamentos internos.

O princípio norteador da EaD do IFMT refere-se à ampliação do acesso e democratização da educação, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação, em todos os seus níveis legalmente possíveis, a todas as pessoas, e considera a realidade tecnológica e social e local, onde possuirá polos presenciais e ou ambientes profissionais vinculados aos cursos.

Esta modalidade de educação permitirá ao IFMT atender parcelas cada vez maiores dos cidadãos que fazem jus a este direito, aproximando-se das metas estabelecidas pelo MEC para garantir o atendimento da população brasileira e contribuindo para a inclusão dos menos favorecida à educação pública e de qualidade.

A EaD do IFMT será colaborativa, inclusiva, flexível e adequada à realidade do estudante através das práticas sociais críticas e criativas, favorecendo o desenvolvimento de atitudes investigativas, além de oportunizar momentos de comunicação e expressão. Também têm a missão de ser prazerosa e lúdica, como todo o processo de descoberta é.

Aos elementos constitutivos da EaD incorporam-se o ensino e aprendizagem mediados, a comunicação bidirecional e, sobretudo, um estudo coletivo com as seguintes características: abertura, flexibilidade, adaptação, eficácia, formação permanente e economia. De acordo com o que estabelece o Decreto Nº 9.057/2017, em seu artigo 1º, a EaD está assim definida:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Considerando as bases legais/conceituais de ensino e aprendizagem dos

acadêmicos que estejam em lugares e tempos diversos e, respeitando o art. 2º do Decreto Nº 9.057 de maio de 2017 que estabelece: “A educação básica e a educação superior poderão ser ofertadas na modalidade a distância nos termos deste Decreto, observadas as condições de acessibilidade que devem ser asseguradas nos espaços e meios utilizados”, o IFMT desenvolverá ensino de qualidade, que, além de ser mediado pelas novas TIC, contará com docentes/mediadores e pessoal qualificado, desenvolverá políticas de acesso e permanência de estudantes da modalidade EaD, bem como buscará aprimorar cada vez mais a qualidade das práticas de acessibilidade: atitudinal, comunicacional, digital, instrumental e metodológica.

O IFMT entende, em seus princípios norteadores, que a educação a distância, enquanto prática educativa deve considerar a realidade e comprometer-se com os processos de formação do ser humano em direção a uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e democrática. Enquanto prática midiaticizada, deve fazer recurso à tecnologia, entendida como “*um processo lógico de planejamento, como um modo de pensar os currículos, os métodos, os procedimentos, a avaliação, os meios, na busca de tornar possível o ato educativo*” (PRETI, 2000).

As experiências na EaD têm comprovado que se pode aprender eficazmente e de maneira independente diversos conteúdos, sempre que se possa contar com uma tecnologia educacional adequada, para garantir a qualidade científica e pedagógica dos conteúdos, respeitando as características do ensino e aprendizagem de cada nível de ensino e suas especificidades.

Inserido nesta perspectiva, o IFMT oferta educação a distância com qualidade, utilizando metodologia centrada no potencial humano e com apoio tecnológico. A metodologia da educação a distância do IFMT envolve atividades presenciais e a distância, orientadas para aspectos socializantes da educação, tais como a troca de experiências via portal educacional e nos encontros presenciais previstos nos PPCs, organizados, acompanhados e monitorados pelo IFMT.

O IFMT busca continuamente modernizar sua metodologia, atendendo aos estudantes com o que há de melhor em conceitos psicopedagógicos e de desenvolvimento cognitivo, sempre atendendo à legislação vigente em todas as suas dimensões.

Contextualizando o posicionamento metodológico do IFMT no cumprimento da legislação vigente, temos inicialmente o Art.47 da Lei Nº 9.394/1996, que menciona:

LEI 9.394/1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

No que se refere a atividade presencial, o art. 4º do Decreto Nº 9.057 de 2017, estabelece que:

Art. 4º As atividades presenciais, como tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso, serão realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Atendendo ao disposto no referido decreto as atividades presenciais, quando previstas no PPC dos cursos superiores de graduação do IFMT, que serão realizadas na sede, nos Polos Presenciais ou Ambientes Profissionais credenciados pelo MEC são:

- 1. Atividades Integradoras presenciais:**
- 2. Avaliação Presencial.**
- 3. Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso** – Quando previsto na legislação pertinente e descrito no PPC do curso.

4. **Estágios obrigatórios** – Quando previsto na legislação pertinente e descrito no PPC do curso.

5. Atividades relacionadas a laboratórios de ensino – Quando previsto na legislação pertinente e descrito em PPC do curso.

Destaca-se que essas atividades serão desenvolvidas na sede, no polo presencial ou ambiente profissional vinculado ao curso, com acompanhamento do tutor presencial e, o estudante contará também, com os docentes do IFMT para tirar dúvidas através do fórum ou da tutoria EaD, reforçando ainda a aprendizagem do estudante.

Dessa forma, o IFMT dispõe de polos presencial a cada curso, conforme relação em anexo, seguindo as normativas estabelecidas, onde cada polo ou ambiente deve ter estrutura física, tecnológica e de pessoal que atenda aos estudantes de todos os cursos ofertados.

Ainda com relação às atividades presenciais, destaca-se que, elas serão elaboradas a partir da carga horária e diretrizes curriculares de cada curso, de acordo com o que estabelece o art. 100, §3º da Portaria Nº 23 de dezembro de 2017.

Assim, toda a metodologia de ensino e aprendizagem, descrita nos PPC's, serão acessíveis para todos os estudantes, parceiros e comunidade, tendo na internet e suas tecnologias um dos principais meios de compartilhamento de recursos didáticos, de alta interatividade e disponibilidade, aliada a ambientes virtuais de aprendizagem, tendo o suporte precioso dos corpos docente e tutorial, de acordo com o estabelecido pela instituição.

Visando atender ao disposto no art. 100, §1º da Portaria Nº 23 de dezembro de 2017, o IFMT, para a implementação de novos polos presenciais, inclusive em ambiente profissional vinculado ao curso, se empenhará para garantir infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequados para o atendimento integral de todos os estudantes e a oferta de cursos de qualidade.

Desta forma, para garantir o rol das ações da EaD no IFMT, será necessária a implementação das seguintes políticas para o período vigente deste PDI:

6.1. Tecnologias da Informação e Comunicação nos Processos Formativos do IFMT

Com o crescente interesse institucional pela oferta de cursos que utilizem os recursos das TIC nos seus processos formativos, o IFMT propõe, para o período vigente do PDI intensificar os procedimentos que visam institucionalizar o uso dessas tecnologias de forma aberta, inclusiva e tecnologicamente possível. O Decreto nº 9.057/2017, de 25/05/2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394/96 (LDB), lança possibilidade de avanço da modalidade de Educação a Distância não apenas para na educação superior, mas também para a educação básica.

Desta forma, nesta política de institucionalização, o IFMT procura garantir:

- a regulamentação dos processos formativos que usam as TIC como apoio aos processos formativos, especialmente na Educação a Distância, por meio da organização de todos os documentos normativos institucionais que amparam os campi, os cursos e a gestão como um todo;
- incentivo e suporte às iniciativas em Educação a Distância por meio dos campi e de outros setores institucionais, que fortaleçam o modelo e o desenho que a modalidade de educação adotada pelo IFMT.

6.2 Formação Inicial e Continuada de Professores, Tutores e Mediadores

Com vistas a assegurar um conjunto de incentivos e práticas e que tem em seu escopo melhorar as suas competências e habilidades profissionais, esta política prevê a melhoria do desempenho das funções docentes por meio da formação inicial e continuada, ambas mediadas por TIC, em cursos de educação a distância.

A formação inicial ocorre por meio da oferta de cursos de extensão, de graduação e de Pós-Graduação, com ou sem fomento externo, e que visam a formação primeira dos profissionais que atuarão na educação. Neste sentido, esta política visa primeiramente, a formação de professores, tanto da própria instituição, quanto aqueles que visam atender a demanda externa, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25/07/2014), vigente até o ano de 2024.

Na formação continuada, incentivada pelo IFMT nos mesmos parâmetros da formação inicial, prima-se pelo constante aperfeiçoamento profissional e pessoal, por meio de formação técnica, científica e sociocultural aos docentes, atuando ou

não como mediadores do processo de ensino e aprendizagem por meio das TIC, numa construção sistêmica de um padrão unitário de qualidade, que se constitui em um diferencial competitivo desta instituição.

A formação continuada ocorre por meio de programas de aperfeiçoamento, da pós-graduação e das demais atividades técnicas, científicas e culturais no âmbito do IFMT, ofertados na próprio IFMT, que visam aprimorar a formação dos profissionais atuantes.

Assim, nesta política institucional, o IFMT procura garantir:

- a oferta de cursos na modalidade a distância nos níveis de graduação, especialização, aperfeiçoamento entre outras ações formativas, que visam formar os docentes e mediadores;
- o fomento interno e externo para as ações formativas que visam a formação de professores.

6.3 Formação Inicial e Continuada dos Servidores não-docentes no Exercício de sua função

Ao mesmo tempo que envida esforços para a formação docente, o IFMT prioriza utilizar as TIC, de modo especial a Educação a Distância, para garantir que tanto o corpo técnico-administrativo quanto o corpo administrativo de outras redes possam se qualificar, por meio da formação inicial e continuada nas mais diversas áreas de atuação.

Na formação inicial, esta política procura garantir a primeira qualificação dos profissionais atuantes e que possam refletir no seu aprimoramento, levando à prestação de seus serviços com excelência. Na formação continuada, da mesma forma, o enfoque será na capacitação constante para o desempenho de suas funções.

Nesta perspectiva, a educação mediada por tecnologias, em especial a educação a distância, surge como oportunidade de qualificação profissional e que pode ser ofertada com esforço próprio ou por meio dos programas, em forma de convênios e parcerias.

Com esta política institucional, o IFMT procura garantir:

- a oferta de cursos técnicos, cursos de extensão e cursos de graduação que

visam a formação e aprimoramento de servidores técnicos-administrativos da instituição e de outras redes de educação;

- o fomento interno e externo para as ações formativas que visam a formação e qualificação dos técnicos-administrativos no exercício de sua função.

6.4 Contribuir para o Desenvolvimento Profissional dos Cidadãos em seu Contexto Social

Ao propor usufruir das TIC para o ensino, a pesquisa e a extensão, o IFMT pretende expandir sua atuação na educação técnica e tecnológica em todas as regiões do estado de Mato Grosso. Para isso, a instituição pretende subsidiar a população de condições que lhes permitam fixar o trabalho em seu próprio domínio, contribuindo para o desenvolvimento local.

As TIC, em especial a Educação a Distância, possuem papel importante nesta política, pois permitem que o IFMT possa alcançar, por meio de polos de EaD, regiões e localidades ainda não contempladas com campus, campus avançados ou centro de referência.

Para tanto, esta política procura garantir:

- a abertura de polos de EaD próprios, em parceria com Estado e municípios de forma a abranger o raio de atuação do IFMT em Mato Grosso;
- a oferta de cursos de formação inicial, como cursos técnicos e de graduação, bem como a formação continuada, adequados às regionalidades da população, às condições econômicas e estruturais tanto da instituição quanto dos parceiros e que sejam inclusivos, flexíveis, inovadores e que promovam a transformação positiva nas realidades de cada profissional formado.

7.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DOCENTE E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

Ciente da importância do docente e técnico administrativo, sendo ele o articulador e mediador do processo ensino e aprendizagem, é preciso pensar no estímulo à produção de modo que seja uma constante e não uma exceção. O IFMT investe na qualificação de seus servidores considerando tanto a formação inicial quanto a qualificação (titulação) e a experiência profissional, pilares que fazem do docente um profissional capaz de desencadear e promover a formação discente.

Com base nesta visão de fortalecimento das práticas investigativas, tem-se consciência de que ações se fazem necessárias para alavancar este processo, tais como:

- Ampliar a dedicação dos servidores do IFMT na pesquisa / práticas investigativas;
- Incentivar a qualificação dos servidores em programas de pós-graduação stricto sensu;
- Possibilitar maior inserção dos servidores na comunidade científica por meio de auxílio financeiro para participação em eventos da área;
- Incentivar a organização de eventos de iniciação científica internos buscando maior integração entre os técnicos administrativos, corpo docente, corpo discente e comunidade, de forma a divulgar as experiências de pesquisa desenvolvidas no interior do IFMT.
- Incentivar a produção acadêmica dos servidores do IFMT e a publicação em Revistas próprias e em outros meios.

Nesse sentido, tem-se como objetivo estimular a difusão das produções acadêmicas, científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos docentes, promovendo a divulgação dos conhecimentos científicos, didático-pedagógicos, tecnológicos, artísticos e culturais que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação, bem como promover as práticas investigativas no IFMT, mediante o encaminhamento de diretrizes para atividades de iniciação científica orientada pelos docentes do IFMT.

O IFMT, visando o estímulo à produção docente e dos técnicos administrativos, também oferecerá subsídios financeiros para a participação em eventos: congressos, seminários, entre outras.

8.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

A política de acompanhamento de egressos do IFMT, instituída pela Resolução CONSUP nº 143/2017, é uma das vertentes do processo de autoavaliação institucional do IFMT que possibilita o estabelecimento e análise de indicadores, e com base nessas análises torna-se possível institucionalizar canais para retroalimentação dos serviços educacionais prestados, realinhando os objetivos dos cursos e aprimorando a forma e a profundidade dos conteúdos, para que os egressos dos cursos do IFMT atendam às reais necessidades de mercado, tendo com principais políticas:

a) Criar e manter base de informações dos contatos dos egressos, para fins de acompanhamento

Consoante ao estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nas propostas constantes das diretrizes pedagógicas que norteiam este PDI, os egressos dos cursos do IFMT deverão ser profissionais com a competência técnico-científica demandada pelo mercado de trabalho e agentes de transformação social das comunidades em que vivem. Seus perfis específicos farão parte da proposta pedagógica de cada curso.

As competências a serem desenvolvidas em cada processo de formação têm como elemento norteador a capacidade de efetuar a transformação do saber fazer em saber ser, que permite ao indivíduo, mais que discorrer sobre o seu trabalho, realizá-lo de maneira eficiente. O desenvolvimento da competência profissional demandará um processo de busca permanente pela atualização e aperfeiçoamento do conhecimento. Assim os estudantes egressos são estimulados a se manterem em permanente contato com o IFMT, buscando novas formas de gestão estratégica de suas competências e de seus conhecimentos.

Para o monitoramento das condições pelas quais os egressos do IFMT se inserem no mercado de trabalho e ainda, da aplicação das competências desenvolvidas durante o curso, o IFMT possui um em cada campus setor com dedicação ao acompanhamento dos egressos.

b) Criar e manter comunidade virtual para relacionamento com os egressos e para eles entre si

O IFMT disponibiliza aos egressos ambiente específico para profissionais formados, para que esses egressos possam se manter em contato uns com os outros e ainda, possam constituir grupos de discussão visando a troca de experiências profissionais, publicações técnicas e científicas e também, para divulgação de oportunidades de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

Para tanto o IFMT dispõe de Programa de Acompanhamento dos Egressos, com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos conta ainda com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre o IFMT e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

A partir das informações constantes na base de dados é possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual os egressos receberão periodicamente informes sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição.

No tocante à avaliação da adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho, o Programa de Acompanhamento dos Egressos conta com mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, para saber o índice de ocupação entre eles, para estabelecer relação entre a ocupação e a formação profissional recebida. Serão aplicados questionários para obter avaliações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, interesse em realizar outros cursos. Além disso, será coletada a opinião dos empregadores dos egressos, sendo esta utilizada para revisar os PPCS e os programas das disciplinas.

Os dados obtidos serão enviados para análise pelo NDE e Colegiado de cada Curso, que deve revisar o PPC de forma a obter uma melhor adequação às expectativas do mundo do trabalho. Em seguida, os dados e as considerações do NDE e Colegiado de Curso devem ser encaminhados à Comissão Própria de

Avaliação e ao Conselho Superior, a quem compete adotar as medidas necessárias para correção de eventuais distorções identificadas.

No que se refere às atividades de atualização e formação continuada para os egressos, o IFMT oferece cursos de formação inicial e continuada, técnicos de nível médio, de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à educação continuada para os egressos de seus cursos.

Além dos cursos de formação inicial e continuada, técnicos de nível médio, de graduação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, o IFMT promove diversas ações no sentido de possibilitar a atualização e aperfeiçoamento de seus egressos. Nesse sentido, são realizados seminários e outros eventos congêneres de interesse dos egressos. Além disso, são realizados cursos de curta duração (FICs), todos elaborados de acordo com os interesses profissionais dos egressos.

9.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização pode ser compreendida como um processo que possui interfaces com esferas educativas, culturais e científicas, além do contato com processos econômicos. Através dela é possível promover a interculturalização e apreensão de saberes e técnicas diferenciados ou internacionais. Além disso, ela possibilita a divulgação da cultura, do conhecimento e do modo de vida brasileiro em outras localidades.

Nos institutos federais, a internacionalização pode ser entendida como espaço de articulação através do conhecimento de diferentes realidades e da exposição da realidade brasileira, o que pode incluir caracterizações regionalizadas. Desse modo, há possibilidade de interações e contatos com outros países e povos, bem como há um reforço para o fortalecimento de relações entre instituições brasileiras e instituições internacionais promovendo processos de intercâmbio, de geração de conhecimento através do contato com diferentes realidades e com diferentes saberes.

A internacionalização do ensino profissional e tecnológico pode ser compreendida como um conjunto de ações direcionadas a prospecção e desenvolvimento de parcerias internacionais, mobilidade, desenvolvimento do ensino de línguas, relacionamento interinstitucional e demais ações que estão em consonância com as ações e direcionamentos do ensino, da pesquisa e da extensão do IFMT, bem como propicia e aprimora a oferta de educação de qualidade através da formação de uma comunidade acadêmica que possa compreender, articular e contribuir através da atuação em contextos locais, regionais e globais, tendo consciência de cidadania global.

A existência de participação do Brasil em Organismos Multilaterais que focalizam a educação é um exemplo da importância do desenvolvimento da área internacional em instituições educacionais. Tais organismos entendem que a cooperação na educação, na ciência, na tecnologia e na cultura pode promover o desenvolvimento integral da democracia, da integração entre os países, dos direitos humanos e liberdades fundamentais, dentre outros aspectos. Há a proposta de realizar o atendimento de demandas referentes a área internacional e criação de oportunidades acadêmicas e profissionais para estudantes, servidores e

comunidade externa, bem como colaborar para o fortalecimento dos três pilares: ensino, pesquisa e extensão.

As políticas de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso contemplam diferentes áreas da atividade Institucional promovendo o ensino de línguas, possibilitando mobilidade internacional para estudantes e servidores, realizando orientação referente a internacionalização para estudantes, servidores e comunidade externa, propiciando a aplicação de teste de proficiência e realização de contato e relacionamento interinstitucional para desenvolver ações internacionais. São políticas da área internacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso:

- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade, por meio da troca de saberes, conhecimentos e experiências através de experiências e atividades direcionadas a internacionalização;
- Possibilitar a estruturação da área internacional através do alinhamento de ações de internacionalização ao plano de desenvolvimento institucional;
- Propiciar a Integração em regiões de Fronteiras por meio da realização de cooperação com instituições de ensino estrangeiras na proximidade;
- Propiciar o desenvolvimento do ensino de línguas estrangeiras de maneira presencial ou a distância;
- Propiciar espaços para ecossistemas de inovação, em que se facilita a interação e cria ambiente favorável para a aprendizagem, à cultura colaborativa e à criação inovadora;
- Propiciar o financiamento de atividades relacionadas à internacionalização por meio do monitoramento de editais de outras instituições;
- Promover a cooperação interinstitucional com instituições presentes em outros países.

O IFMT dispõe de diretoria sistêmica de relações internacionais responsável por promover o desenvolvimento de ações referentes a internacionalização e relações internacionais no âmbito do IFMT visando a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como proporcionar formação intercultural para servidores e estudantes.

9.1. Da Internacionalização no IFMT

A Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais - DSRI pretende desenvolver diversas ações de internacionalização através da realização de serviços ao público em geral por meio de prestação de consultoria, assessoria e de serviços referentes à área internacional.

Serão realizados eventos através de ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna, direcionados à área internacional. Serão propiciados meios para a realização de cursos de extensão para a promoção de cursos de língua estrangeira ou de língua portuguesa para estrangeiros e projetos culturais que compreendam ações referentes a atividades culturais referentes a processos de internacionalização.

Visitas Técnicas e Gerenciais com interação da diretoria com a área internacional dos campi serão realizadas com o objetivo de atender demandas específicas ou para realização de um melhor alinhamento de ações com o campus. A parte de Relações Internacionais do IFMT tem por finalidade conduzir intercâmbios e cooperações internacionais, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

O Estágio internacional será contemplado através da realização de atividades de prospecção de oportunidades de estágio em instituição estrangeira, com o apoio à formação empreendedora dos estudantes do IFMT. Também serão propiciadas experiências de internacionalização locais, por meio das quais há recebimento de intercambistas e oportunidades para desenvolvimento de projetos e ações em conjunto com eles.

10.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O IFMT possui política de atendimento aos discentes, organizada de acordo com as necessidades dos acadêmicos, procurando atendê-los no ingresso, na sua permanência até a conclusão do curso escolhido.

Sendo o acesso o primeiro contato do discente com o IFMT, entende-se que é de extrema importância atendê-lo adequadamente. Assim, o IFMT, tem como política, melhorar as formas de ingresso dos estudantes.

Uma das ações relacionadas a essa política é a qualificação contínua da execução dos concursos vestibulares e processos seletivos. Além do aprimoramento da aplicação das provas, busca garantir o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas. É objetivo do IFMT, também, trabalhar para que a forma de aplicação do sistema de cotas, estabelecido pela Lei Nº 12.711/2012, seja aperfeiçoada, facilitando a compreensão e agilizando a resposta ao estudante.

Assim, as inscrições para o vestibular e processo seletivo são abertas em Edital, publicado pela Diretoria de Política de Ingresso e no qual constam as normas que regem os certames, as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, à relação e datas das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis. Todo o processo é de responsabilidade do IFMT, desde a elaboração das provas, inscrições, teste, publicação dos resultados e matrículas.

10.1. Política Nacional de Assistência Estudantil

No último decênio do século XXI, houve uma rápida expansão e esforços do Estado brasileiro em ampliar as políticas públicas para capacitação e qualificação profissional dos trabalhadores para atender às necessidades impostas por um mercado de trabalho mais competitivo e caracterizado pela flexibilização do processo produtivo e do perfil polivalente do trabalhador.

Ao passo em que a implantação dos Institutos Federais significa uma interessante ferramenta de democratização do acesso à educação pública a partir da interiorização da rede por todo o país, a expansão implica em avançar nas questões de infraestrutura, gestão de pessoas e condições de acesso, permanência

e êxito dos estudantes na escola.

No Brasil, historicamente, o ensino técnico e profissionalizante teve como papel atender à camada mais empobrecida da população para atender às necessidades do mercado de trabalho. A partir da ampliação da concepção do ensino profissional para a educação para o trabalho, compreende-se a premência de articular as políticas públicas para atender às necessidades dos trabalhadores não apenas do campo do trabalho, mas na construção de alternativas que possibilitem as aspirações e escolhas individuais.

Desse modo, não é possível discutir democratização de acesso à política de educação sem pensar na construção de estratégias para a permanência e sucesso dos estudantes. A preocupação com a assistência estudantil no Brasil remonta a primeira metade do século XX em que as ações destinadas aos estudantes “carentes” tinham caráter de benemerência por parte do Estado.

No curso do século XX e, sobretudo, a partir de 1988, houve avanços significativos na concepção de assistência estudantil a partir de uma perspectiva de direito social. De acordo com Campos (2012), a conquista de alguns planos e regulamentos da assistência estudantil na direção das políticas sociais teve como impulso a movimentação realizada pelos segmentos dos assistidos, do movimento estudantil e dos dirigentes das Universidades Federais.

Após a promulgação da LDB (Lei n.º 9.394 de 20/12/1996), que garante o dever do Estado em implementar estratégias para propiciar condições de acesso e permanência às pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, algumas instâncias de discussão e normativas contribuíram para o avanço da assistência estudantil na ótica de uma política social de direito. São eles: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987 como órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Plano Nacional de Assistência ao Estudante de Graduação das Instituições Federais de Educação (2001); União Nacional dos Estudantes (UNE); Secretaria Nacional de Casas Estudantis (SENSE); Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, Portaria/MEC nº 39, de 12/12 de 2007; Decreto nº 7.234, de 19/07/2010 e Lei Federal nº 12.933/2013 conhecida como a Lei da Meia Entrada (CAMPOS 2012). O FONAPRACE define

assistência estudantil como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes das IFES [Instituições Federais de Ensino Superior], na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (FONAPRACE apud Campos, 2012)

Atualmente, o PNAES é o principal programa que compõe a Política Nacional de Assistência Estudantil do Ministério da Educação que envolve um conjunto de outras ações e programas de apoio à permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino (IFES). Foi criado no contexto da institucionalização do Programa de Reestruturação Universitária (REUNI), e tem sido considerado fundamental para o avanço da construção de uma política de direito dos estudantes na medida em que garante a destinação de recursos específicos para a operacionalização das ações de assistência estudantil articuladas às atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES.

Desse modo, é importante afiançar que a concepção de uma política de assistência estudantil na qual devem se assentar os parâmetros que norteiam as ações socioassistenciais e pedagógicas no ambiente escolar está fundamentada numa visão de mundo que compreende a escola como um espaço em que é possível proporcionar o desenvolvimento de potencialidades humanas para a vida e para o trabalho.

10.1.2. Política de Assistência Estudantil do IFMT

A Política de Assistência Estudantil do IFMT é regulamentada por meio das Resoluções do Conselho Superior nº 094 e nº 095 de 18 de outubro de 2017 e tem como princípios: afirmação da Educação Profissional e Tecnológica como política pública de Estado; universalidade da assistência ao estudante; democratização das políticas de acesso e permanência; supremacia no atendimento às necessidades socioeconômicas, socioculturais e pedagógicas; respeito à dignidade da pessoa humana, à sua autonomia e ao direito de usufruir dos benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência escolar e comunitária; defesa da Diversidade,

dos Direitos Humanos e em favor da justiça social e erradicação das diversas formas de violência e preconceitos.

Os programas de assistência aos estudantes são de caráter universal (destinado a todos os discentes) e, de apoio à permanência cuja prioridade é o acesso dos discentes egressos de escolas públicas, com renda per capita familiar de até um salário-mínimo e meio (Decreto nº 7.234/2010). Os programas são organizados conforme as seguintes modalidades: **acesso universal** - programas de acolhimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico; programas preventivos e de promoção à saúde e qualidade de vida; programa de incentivo às atividades esportivas, de lazer e culturais; seguro escolar; programa de Incentivo ao desempenho escolar e acadêmico – Monitoria; programa de incentivo ao desempenho escolar e acadêmico - participação em eventos técnico-científicos e de formação política estudantil; Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiências e/ou Necessidades Educacionais Específicas. **Incentivo à Permanência:** auxílios moradia, transporte, alimentação, creche, permanência e residência estudantil.

Embora a assistência estudantil tenha sua operacionalização materializada por meio de diversas ações focalizadas, compreende-se que as ações socioassistenciais executadas no IFMT, devem perpassar pelo atendimento das diversas áreas dos direitos humanos e sociais, fomentando assim a perspectiva de inclusão social na direção da universalidade do acesso aos bens e serviços sociais à camada populacional historicamente alijada do processo de distribuição equânime da riqueza socialmente produzida.

As ações socioassistenciais executadas por intermédio dos auxílios estudantis são consideradas importantes medidas preventivas para enfrentar as situações de evasão e retenção escolar, que se configuram em fatores impeditivos para o alcance da formação e êxito da/do estudante.

É importante afiançar que a redução da evasão e retenção tendo como estratégia e ferramentas as ações, projetos e/ou programas vinculados à política de assistência estudantil, depende não somente da execução em si das ações socioassistenciais por intermédio das equipes multiprofissionais dos campi, mas pelo desenvolvimento do trabalho em equipe interdisciplinar com docentes e gestores de forma articulada com as ações de ensino, pesquisa e extensão dos

diversos campi do IFMT.

É importante observar na elaboração deste PDI que a Política e o Regulamento Geral da Assistência Estudantil do IFMT encontram-se em seu primeiro ano de implementação a partir dos novos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CONSUP nº 094/2017 e 095/2017. Nesse interregno, priorizou-se o trabalho de orientação das equipes sobre os novos regulamentos, diálogo e levantamento de dados junto aos Campi que subsidiaram a elaboração de um planejamento da Pró-Reitoria de Ensino para os próximos anos, cujo objetivo principal é avançar em alguns desafios que ainda são enfrentados na execução dos serviços para consolidar a política, a saber:

1. Estruturar as equipes mínimas para gestão e execução da política;
2. Padronizar alguns procedimentos relacionados aos processos seletivos da assistência estudantil;
3. Informatizar os processos da assistência estudantil;
4. Implantar mecanismos de monitoramento, avaliação e acompanhamento da política e programas de assistência estudantil;
5. Identificar o perfil social, econômico e cultural dos estudantes do IFMT;
6. Elaborar plano de formação permanente para as equipes multiprofissionais;
7. Consolidar os Fóruns Central e Locais como espaços fundamentais da gestão democrática da Política de Assistência Estudantil do IFMT.

10.2. Organização Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do IFMT fomenta a participação dos estudantes na condução dos programas e ações locais ao garantir a representação discente nas instâncias de assessoramento para execução da assistência estudantil. Isso ocorre por intermédio das Comissões Central (Reitoria) e Locais (Campi) de Assistência Estudantil, previstas como instâncias de assessoria da gestão pelas Resoluções CONSUP nº 094/2017 e nº 095/2017.

O IFMT apóia também a organização autônoma dos estudantes, a partir das instâncias como os Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes. Esses espaços devem ser regidos por Estatutos próprios, elaborados e aprovados pelos estudantes em assembleias, na forma da Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985 que ampara a organização dos estudantes

secundaristas e, demais normativas e orientações regulamentadas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que representa o segmento universitário.

10.3. Permanência e Êxito dos estudantes do IFMT

O IFMT, entendendo a educação como um direito constitucional do cidadão brasileiro, busca não apenas garantir o acesso do estudante à instituição, como sua permanência e êxito na mesma, concluindo as etapas de ensino às quais se propõem a fazer, considerando que, como aponta Hora (2006), o êxito ou o fracasso do estudante tem influência significativa na vida em sociedade, pois a escola é etapa importante do desenvolvimento humano.

Compreende-se que para que o estudante permaneça na instituição, são necessários programas e projetos que organizem as ações buscando esta permanência com êxito.

Com este intuito, o IFMT designou, já em 2015, a Comissão de Elaboração do Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT, a qual como uma das suas primeiras iniciativas foi a solicitação de designação de Comissão Local de Permanência e Êxito em cada Campus deste Instituto.

A comissão constituída percebeu, a época, que havia um grande desconhecimento dos dados quantitativos acerca da evasão e da retenção. Além disso, inexistiam dados qualitativos sistematizados sobre os fatores que causam a evasão e a retenção. Também encontrou-se uma grande divergência entre os dados do Sistema Acadêmico da instituição e do SISTEC.

Frente a este cenário, as comissões Central e locais, em colaboração, levantaram as principais causas que levam o estudante do IFMT a evadir, a ficar retido e os principais fatores que fazem com que o estudante permaneça nesta instituição.

A partir deste estudo foi elaborado um banco de dados com propostas de atividades e projetos que podem ser desenvolvidos objetivando a permanência do estudante no IFMT. Esta ampla pesquisa de causas, fatores e possibilidades deu origem ao Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMT – PEIAPEE/IFMT, que foi aprovado através da Resolução CONSUP nº 109 de 18/10/2017.

Uma das demandas contidas no PEIAPEE é que cada Campus deste Instituto analise as causas de evasão e fatores de permanência daquele local, considerando a diversidade geográfica, populacional e de cursos de cada Campus. Este trabalho deu origem ao Plano de Permanência e Êxito de cada Campus, com especificidades que atendam aquele público de forma direta.

Atualmente o desafio está sendo a realização de oficinas de Permanência e Êxito em todos os Campi do IFMT, sendo que a mesma já foi realizada em 50% dos Campi.

Neste PDI a principal iniciativa do IFMT para garantir a permanência do estudante, será o de fortalecimento das Comissões locais, tornando-as permanentes, a exemplo do que foi feito pela comissão central, que, junto com as equipes multiprofissionais e docentes, acompanharão o desenvolvimento do Plano de Permanência e Êxito, avaliando seu progresso que deve refletir-se nos índices oficiais de eficiência acadêmica.

Anualmente, a partir de 2018, cada comissão analisará as ações realizadas e os dados de eficiência acadêmica de cada curso objetivando avaliar seu desenvolvimento, elaborando um relatório anual.

Na vigência deste PDI, será realizado novo diagnóstico, objetivando a observação de possíveis mudanças de cenário com relação ao já realizado. Este diagnóstico se preocupará em:

- Atualizar possíveis riscos de evasão;
- Atualizar fatores que causam evasão e retenção;
- Identificar as fragilidades dos estudantes em determinadas disciplinas;
- Identificar qual(is) a(s) disciplina(s) com maior índice de aprovação/reprovação;
- Identificar qual(is) o(s) curso(s) com maior índice de aprovação/reprovação;
- Identificar qual(is) polo(s) de apoio presencial ou ambiente (s) profissional(is) vinculados ao curso tem maior índice de aprovação/reprovação.

Assim, cada comissão local, com a atualização dos dados citados acima, realizará uma análise geral do desenvolvimento das atividades previstas e seus

resultados, identificando potencialidades/fragilidades. Esses dados subsidiarão a tomada de decisão no sentido de atualização do Plano de Permanência e Êxito do Campus.

Temos ainda como desafio para o novo ciclo deste PDI, a completa uniformização de dados acadêmicos no IFMT, para que possamos acompanhar os indicadores na busca dos resultados pretendidos.

10.3.1. Nivelamento

As ações de nivelamento do IFMT tem como objetivo atender e preencher possíveis lacunas na formação que antecede o ensino superior, para que o acadêmico ingressante possa relembrar conteúdos importantes e indispensáveis à sua formação.

Proporciona aos acadêmicos, por meio de estudos e de atividades, rememorar conteúdos já aprendidos ou ainda, a apreensão de conteúdos superficialmente trabalhados no Ensino Médio. Muitos docentes do nível superior, constataam em alguns acadêmicos a carência de organização do pensamento, de sistematização das ideias, sobretudo na produção de textos, com erros gramaticais e ortográficos básicos ou ainda, lacunas no raciocínio matemático, falta de conhecimento básico de informática, desconhecimento da modalidade EAD, fato este que, não sendo sanado, poderá prejudicar o sucesso acadêmico.

Por esta razão, as ações de Nivelamento tem como propósito fornecer ferramentas aos ingressantes oportunizando que estes se sintam partícipes do meio acadêmico ao perceberem que o IFMT está envolvido com sua caminhada acadêmica e no seu sucesso dentro do curso escolhido, propiciando um melhor aproveitamento do curso, desenvolvendo diferentes habilidades e, conseqüentemente minimizando os níveis de evasão e insucesso acadêmico.

O público alvo serão os estudantes ingressantes, sendo que, após a matrícula poderão/deverão acessar a área do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Tal acesso será realizado com o *login* e *senha* recebidos após a efetivação da matrícula do estudante.

10.3.2. Do apoio pedagógico e psicopedagógico

Para o atendimento pedagógico e psicopedagógico o IFMT implementou o

NAPNE, que proporciona aos estudantes, aos técnicos administrativos e aos docentes/tutores de todos os cursos ofertados, a possibilidade de atenuar as incidências de possíveis problemas ou dificuldades de aprendizagem e/ou comportamento, ou até de definição de opção profissional.

Além do NAPNE, o IFMT busca a integração e o envolvimento da coletividade acadêmica para a compreensão do significado real da vida acadêmica e da construção profissional. E, para tanto oferecerá:

- Orientação para o mercado de trabalho por convênios com empresas, por intermédio dos estágios, remunerados ou não;
- Desenvolvimento de projetos interdisciplinares que promovam a atividade prática;
- Estímulo à participação nas atividades de extensão promovidas pelo IFMT, fazendo os estudantes atuarem como protagonistas nas ações extensionistas;
- Estímulo à realização de atividades culturais pelo intermédio das Atividades Complementares.

10.4. Condições de acesso para PCDs

O IFMT, considerando a importância de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações, adota como referência a Norma Brasileira Nº 9.050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos e o Plano de Promoção e garantia de acessibilidade do IFMT.

10.5. Política de Ingresso

A maior preocupação das políticas de atendimento aos discentes é a inclusão, sendo está entendida como viver a experiência da diferença, que tem como premissa, a não discriminação de estudantes devido a sua classe social, deficiência, cor, orientação sexual, estado nutricional, e/ou qualquer outra característica da pessoa.

O IFMT busca aprimoramento constante e a qualificação contínua da execução dos concursos vestibulares e processos seletivos, para além do

aprimoramento da aplicação das provas, buscando garantir o atendimento adequado aos candidatos com necessidades específicas.

Para tanto todo o processo é realizado no âmbito do IFMT, sendo que as inscrições no vestibular e processo seletivo são abertas em Edital, publicado pela Diretoria de Política de Ingresso e no qual constam as normas que regem os certames, as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação e datas das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

11.0. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O IFMT estimula a difusão das produções acadêmicas, científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais dos discentes, assumindo, por meio de seus docentes, o compromisso de despertar nos estudantes a curiosidade e o desejo de compreender a realidade e nela intervir. O Programa de incentivo a pesquisa criado pelo IFMT objetiva:

- Ampliar/Criar grupos de pesquisa para estudantes dos cursos presenciais e grupos virtuais para estudantes dos cursos ofertados na modalidade a distância;
- Ampliar o incentivo aos docentes a produzirem artigos junto com estudantes dos cursos ofertados de modo a traduzir cientificamente práticas e intervenções pautadas nas vivências dos estudantes enquanto profissionais em formação;
- Preparar discentes para atividades dos cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação.

O IFMT busca, por meio da pesquisa, a articulação entre os diferentes eixos dentro de cada área de formação de modo que a mesma seja uma ponte entre o nível médio, a graduação e a pós-graduação num contínuo, onde as práticas investigativas tornem-se a mola propulsora do conhecimento.

Neste foco um dos compromissos do IFMT é de organizar e transmitir as orientações gerais ao corpo discente no decorrer dos cursos, enfim proporcionar mecanismos para a permanência e o máximo de aproveitamento destes. Essa abordagem é aplicável para melhoria contínua no processo ensino-aprendizagem, gerando confiança nos recursos humanos e na qualidade da informação, proporcionando, dessa maneira a satisfação de todos os envolvidos no processo.

Por fim o IFMT implementa e incentiva à participação em eventos por meio de destinação de orçamento próprio para permitir aos discentes dos cursos a organização e participação em eventos acadêmicos, científicos e culturais nacionais e internacionais, tais como, congressos, simpósios, seminários, e similares, considerados importantes para integração do ensino, pesquisa e extensão.

12.0. POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A gestão de pessoas no IFMT relaciona-se à seleção, admissão, movimentação, avaliação, capacitação, formação continuada e atenção à saúde dos servidores. Todos são de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas, que conta com o apoio das Coordenações de Gestão de Pessoas nos *campi*.

A gestão de pessoas desenvolve-se por meio de um conjunto de processos para planejamento, organização, direção e acompanhamento do trabalho e atuação dos servidores.

A força de trabalho do IFMT é composta de 1.900 servidores efetivos das carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), distribuídos nos dezenove *campi* e reitoria, conforme apresentado a seguir:

Figura 8 – Composição da força de trabalho do IFMT



No que se refere a Política de Capacitação do IFMT tem-se como base o

levantamento das necessidades de desenvolvimento de competências identificadas no mapa estratégico e nas necessidades específicas dos departamentos ou ainda para atender uma demanda de adequação à legislação ou processos internos.

Para consecução desta política o IFMT dispõe de REGULAMENTO PARA AFASTAMENTO DE SERVIDORES EM ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DO IFMT - RASAC que tem como objetivo definir critérios para afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos em educação para atividade de capacitação aprovado pela Resolução CONSUP / IFMT N° 110/2016.

O acompanhamento e registros das capacitações e treinamentos realizados pelo IFMT, assim como seus resultados, possibilitaram ações focadas de desenvolvimento humano organizacional das reais necessidades e gaps de competência, além de gerar indicadores organizacionais.

Esta política é aplicável a todos servidores do IFMT, e na medida da necessidade, técnica e específica, em conformidade com o disposto no Decreto n° 5707/2006 e com regulamento próprio.

A política de capacitação segue como princípio geral a educação continuada, tendo por objetivo preparar os servidores para o desempenho das suas atividades no IFMT, além de estimular a geração, absorção e transmissão/mediação de novos conhecimentos individuais e corporativos.

O planejamento das ações de capacitação é elaborado anualmente prevendo os gaps de desenvolvimento organizacionais, coletivos e individuais, e incentivos à participação em cursos de qualificação, capacitação e eventos, bem como incentivos à produção científica desde que os objetivos estejam voltados ao cargo ou a área de atuação.

Este instrumento também tem por objetivo levar aos servidores a compreensão do processo de qualificação que passa por: levantamento das necessidades, projeto e planejamento, execução, avaliação, monitoramento, registro e formalização das capacitações realizadas, ou não, no IFMT de forma organizada e centralizada, no intuito de compor indicadores fidedignos de acompanhamento que suportem a análise de dados.

As capacitações anuais no IFMT podem ocorrer, na modalidade presencial

ou a distância, por:

- a) Capacitações realizadas pelo departamento ou *in company*;
- b) Formação Acadêmica – graduação e pós-graduação;
- c) Treinamentos externos;
- d) Participação em congressos;
- e) Participação em seminários;
- f) Qualquer outro meio.

O IFMT pensa no desenvolvimento contínuo dos seus colaboradores desde o seu ingresso, não sendo entendido nunca como um processo encerrado e sim sempre em desenvolvimento permanente.

12.1. Programa de Formação Continuada

O Decreto n.º 5.707, de 23.02.2006, institui a Política Nacional de Capacitação dos Servidores para a Administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Sua finalidade é a melhoria da eficiência do serviço público e da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, o desenvolvimento permanente do servidor público e adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições. Reflete o entendimento da administração de que a capacitação, além da valorização do servidor, permite a adequação do trabalho aos novos perfis profissionais requeridos no setor público, e conseqüentemente a divulgação e controle de resultados.

Neste sentido, o Plano Anual de Capacitação do IFMT, tem como objetivo geral favorecer a constante capacitação dos servidores, em sintonia com as demandas sociais, do trabalho desenvolvido institucionalmente e com as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como a missão e a visão do IFMT, visando a melhoria dos serviços prestados e o crescimento pessoal dos capacitados.

Além disso, a preocupação com a capacitação no IFMT justifica-se pelo contexto de crescimento institucional, com o ingresso substancial de novos servidores, demandando que nossas bases sejam estruturadas. Neste contexto, enfrentamos um desafio quantitativo e qualitativo em termos de capacitação. O quantitativo consiste em criar condições para que os programas de capacitação

estejam efetivos e acessíveis a todos os servidores. O qualitativo refere-se à infraestrutura e recursos técnico-pedagógicos condizentes com a demanda.

O Plano Anual de Capacitação é elaborado sob o norteamto do PDI do IFMT, com base em levantamento de necessidades realizado junto às Pró-Reitorias e Diretorias da Reitoria e dos *Campi*, para conhecer as demandas de capacitação para as diferentes áreas.

Os recursos envolvidos para a execução deste plano são oriundos do orçamento do IFMT em ação orçamentária específica para a capacitação de servidores. Sendo que cada campus tem autonomia e recursos próprios para realizar cursos de acordo com suas necessidades mais particulares e específicas, no entanto, é recomendável que os servidores participem dos cursos previstos neste Plano de Capacitação, de acordo com a disponibilidade de vagas.

O orçamento previsto para capacitação, visa também o atendimento das demandas específicas que necessitam de capacitação em cursos fora do IFMT, nestes casos com pagamento de inscrição, e/ou diárias e/ou passagens.

Além das demandas que constem neste Plano de Capacitação, outras demandas de cursos que forem constatadas no decorrer de cada ano, poderão ser atendidas a qualquer momento, desde que justificadas e que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento de tal demanda.

Compete à Diretoria Sistêmica de Gestão de Pessoas supervisionar a execução deste Plano, diligenciando no sentido de garantir os meios necessários para a sua execução, bem como decidir sobre os casos não previstos.

Nos casos de não comparecimento ou abandono dos cursos, **salvo casos de força maior, licenças amparados pelo regime jurídico dos servidores públicos civis da União**, o servidor ficará impedido de participar dos eventos de capacitação nos próximos 12 meses, inclusive para obter patrocínio em cursos e eventos externos. A desistência deverá ser informada em até cinco dias antes do início do curso e os casos fortuitos deverão ser justificados em até 10 dias após o início do curso.

12.2. Incentivo à Qualificação Docente

Terá por objetivo preparar o corpo docente para o desempenho das suas

atividades no IFMT, tendo como principais premissas: (I) consolidar linhas de pesquisa e fortalecer os grupos emergentes de práticas investigativas, ou seja, gerar troca de conhecimento prático e investigativo entre discentes e docentes; (II) estimular a geração, absorção e transmissão de novos conhecimentos; (III) desenvolver materiais didáticos, livros, roteiros, aulas e videoaulas.

Este tipo de planejamento busca atingir os mais altos níveis e padrões de qualificação esperados pelos órgãos reguladores. Deste modo são incentivadas a qualificação docente em programa de pós-graduação stricto sensu, havendo previsão no PCCS de incentivos à qualificação, além de incentivos à participação em cursos de qualificação, capacitação e em eventos, bem como incentivos à produção científica. A Direção de ensino e as Coordenações dos cursos, cuidam do planejamento e desenvolvimento das ações de capacitação.

12.3. Apoio Financeiro

Mesmo quando afastado para capacitação e ou qualificação o servidor do IFMT mantém a remuneração/salário. Além da remuneração o IFMT dispõe de orçamento destinado a pagamento de inscrição, diárias, passagens, publicações, traduções e ainda de bolsas de estudos, por meio de editais, aos seus colaboradores em cursos de capacitação de pós-graduação.

13.0. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO IFMT

As ações previstas no presente PDI deverão ser implantadas até o final da vigência do PDI institucional, previsto para o ano de 2023. Não obstante, cada ação estratégica possui seu cronograma próprio, que deverá ser cumprido o mais estritamente possível.

13.1. Planejamento da Expansão Física

Na expansão da infraestrutura física do IFMT serão observadas as seguintes diretrizes gerais:

- a) atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR quanto à iluminação, à ventilação, à refrigeração, à acústica e ao mobiliário;
- b) atendimento aos requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de necessidades especiais;
- c) atendimento às normas de biossegurança.

Em conformidade com o Plano Diretor de Infraestrutura no intuito de atender a demanda gerada pelos cursos no período de vigência deste PDI, o IFMT terá como objetivos:

1. Adequar e otimizar as instalações, visando atender as prioridades institucionais;
2. Implantar programas de conscientização do uso racional de espaços, equipamentos, energia, água, telefone e TICs;
3. Efetivar a comunicação e informação entre o IFMT, comunidade acadêmica e externa;
4. Realizar parcerias para captação de recursos por meio de projetos e convênios, integrando as áreas institucionais;
5. Manter programação orçamento anual com base no planejamento estratégico institucional;
6. Implantação de polos de apoio presencial e de ambientes profissionais vinculados aos cursos para EAD.

Entre as prioridades do PDI 2019-2023 do IFMT está a ampliação e implantação de espaço de atendimento aos discentes, em especial áreas de convivência, de acordo com a tabela a seguir.

Quadro 30 - Área de Convivência*	
Campus	Ano Previsto
Barra do Garças	2023
Cuiabá	2023
Diamantino	2023
Pontes e Lacerda	2023
Primavera do Leste	2023
Rondonópolis	2023
São Vicente	2023
Sinop	2023
Tangará da Serra	2023
Várzea Grande	2023

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

* Espaço destinado exclusivamente aos discentes, servindo como ponto de apoio em horários onde não há atividade letiva.

13.2. Planejamento de Abertura de Polos Ead e ou Ambientes Profissionais como Forma de Expansão Física

O IFMT, nos termos do art. 80 da Lei Nº 9.394, de 1996, e do Decreto Nº 9.057, de 2017, buscará atender a Portaria Normativa Nº 11, de 20 de junho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Assim a política de implementação de novos Polos Presenciais e Ambientes Profissionais, o IFMT, seguirá ao disposto na referida portaria e demais dispositivos legais.

Para a abertura de polos e ambientes profissionais o IFMT atenderá ao disposto no Art. 12 da Portaria Normativa Nº 11, de 20 de junho de 2017 que estabelece: “As IES credenciadas para a oferta de cursos superiores a distância

poderão criar polos EaD por ato próprio, observando os quantitativos máximos definidos no quadro a seguir, considerados o ano civil e o resultado do Conceito Institucional mais recente.”.

Desta forma, considerando que o IFMT está credenciado com conceito institucional 3 (conceito mínimo para credenciamento), podendo fazer a abertura de até 50 polos por ano.

Destaca-se que cada polo de apoio presencial ou ambiente profissional vinculado aos cursos a ser implementado pelo IFMT deverá conter infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao atendimento integral de seus discentes.

A seguir, descreve-se os estudos realizados para a implementação dos polos de apoio presencial do IFMT.

13.2.1. Estudo para implementação de polos de apoio presencial

O IFMT, por meio do DEAD, faz estudo anterior a implementação de polos de apoio presencial ou ambientes profissionais vinculados aos cursos, no qual a partir de critérios objetivos faz a seleção de cidades para implantação de Polos de Apoio Presencial ou Ambientes Profissionais vinculados aos cursos, levando em consideração os seguintes aspectos:

- Seleção por meio do MEC / Sistema UAB;
- Distribuição Geográfica;
- Plano Nacional de Educação;
- Aspectos regionais: População egressa do Ensino Médio;
- Demanda existente para a oferta de Cursos Superiores;
- Relação entre matriculados e evadidos.

Levando-se em conta os critérios estabelecidos acima, o estudo para a implementação de Polos de Apoio Presencial, adotará as seguintes etapas:

- Levantamento de dados IBGE/ SEPLAN;
- Definição das cidades com necessidade da atuação do IFMT;
- Para o levantamento das informações, utiliza-se as seguintes fontes:
- Plataforma Sistema e-MEC;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

- Censo da Educação Superior: Análise do perfil de Ensino Superior dos Estados e regiões do Brasil;
- Sites Prefeituras Municipais: Estudo da Região: Economia, cultura, história, entre outros.

Destaca-se que, no estudo de implementação de Polos de Apoio Presencial, foram definidos alguns critérios para a seleção das cidades com oportunidades de expansão de Polos de Apoio Presencial, conforme segue:

- Atendimento a Metas do Plano Nacional de Educação para expansão da educação superior;
- População com Ensino Médio Completo ou Superior Incompleto;
- Média da População por Polos EAD.

Destaca-se também que, o IFMT, ao implementar um Polo de Apoio Presencial, através da oferta de seus cursos, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da comunidade local e regional onde está inserido.

Por fim ressalta-se que cada Polo de Apoio Presencial, tem seu projeto de implementação, contendo a justificativa, objetivos, infraestrutura do polo, entre outros.

13.3. Cronograma de oferta de cursos de formação inicial e continuada

Quadro 31 - Previsão de oferta de formação inicial e continuada no período de 2019 a 2023								
LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ/ Bela Vista	FIC	Presencial	Língua Portuguesa para Estrangeiros	40	0	0	0	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Cuidador Infantil	35	0	35	0	35
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Licitações e contratos	0	0	35	0	35
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Administração Escolar	35	0	35	0	35
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Bovinocultura de corte	0	35	0	0	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Bovinocultura de leite	0	35	0	0	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Inseminação Artificial	0	35	0	0	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Piscicultura	35	0	0	35	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Ovinocultura	0	0	0	35	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Apicultura	0	0	0	0	35
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Compostagem	0	0	0	35	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Marketing pessoal	35	0	0	0	0
ALTA FLORESTA	FIC	Presencial	Gestão de finanças pessoais	0	0	0	35	0
CONFRESA	FIC	Presencial	Agricultura e Pecuária de Base Agroecológica	40	40	0	0	0
CONFRESA	FIC	Presencial	Piscicultura	40	0	0	0	0
CONFRESA	FIC	Presencial	Turismo	0	40	40	40	0
CONFRESA	FIC	Presencial	Panificação	0	0	25	25	0
CONFRESA	FIC	Presencial	Atendimento ao público	0	0	40	0	0
VÁRZEA GRANDE	FIC	Presencial	Inglês - Módulo I	50	50	50	50	50
VÁRZEA GRANDE	FIC	Presencial	Inglês – Módulo II	50	50	50	50	50
VÁRZEA GRANDE	FIC	Presencial	Espanhol – Módulo I	50	50	50	50	50
VÁRZEA GRANDE	FIC	Presencial	Espanhol – Módulo II	50	50	50	50	50
VÁRZEA GRANDE	FIC	Presencial	Economia Doméstica	80	80	80	80	80
LUCAS DO RIO VERDE	FIC	Presencial	Inglês Básico	20	20	20	20	20

LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
LUCAS DO RIO VERDE	FIC	Presencial	Inglês Intermediário	20	20	20	20	20
LUCAS DO RIO VERDE	FIC	Presencial	Espanhol Básico	20	20	20	20	20
LUCAS DO RIO VERDE	FIC	Presencial	Boas Práticas de Fabricação em Indústrias de Alimentos	0	20	20	20	20
LUCAS DO RIO VERDE	FIC	Presencial	Auxiliar de laboratório de análises químicas	0	20	20	20	20
TANGARÁ DA SERRA	FIC	Presencial	Fotógrafo	25	0	0	0	0
TANGARÁ DA SERRA	FIC	Presencial	Operador de Computador	25	0	0	0	0
TANGARÁ DA SERRA	FIC	Presencial	Agente de Desenvolvimento Cooperativista	25	0	0	0	0
GUARANTÃ DO NORTE	FIC	Presencial	Língua Brasileira de Sinais – Libras Básico	40	40	40	40	40
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Auxiliar em agronegócios (Sapezal)	30	30	30	30	30
CAMPO NOVO DO PARECIS	FiC	Presencial	Formação Pedagógica	30	30	30	30	30
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Formação de Professor – Matemática para Séries Iniciais	30	30	30	30	30
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	FIC - Operador de Processamento de Frutas e Hortaliças	30	30	30	30	30
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Educação Inclusiva	30	30	30	30	30
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Inglês Básico 1	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Inglês Básico 2	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Espanhol Básico 1	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Espanhol Básico 2	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Italiano Básico 1	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Italiano Básico 2	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Redação	15	15	15	15	15
CAMPO NOVO DO PARECIS	FIC	Presencial	Alta Performance Pessoal e Profissional	30	30	30	30	30
SINOP	FIC	Presencial	Língua Brasileira de Sinais – Libras Básico	35	0	0	0	0
SINOP	FIC	Presencial	Metodologia Científica	0	35	0	0	0
SINOP	FIC	Presencial	Abordagem integrada das questões do Enem	70	70	70	70	70
SINOP	FIC	Presencial	Processo administrativo disciplinar	35	0	35	0	0
SINOP	FIC	Presencial	Processamento de alimentos	0	0	35	0	0
SINOP	FIC	Presencial	Ética no serviço público	0	35	0	35	0



LOCAL DE OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
DIAMANTINO	FIC	Presencial	Administração de Pequenas Propriedades Rurais - Associativismo/Cooperativismo	0	35	0	0	0
DIAMANTINO	FIC	Presencial	Auxiliar Administração Rural	0	0	35	0	0
DIAMANTINO	FIC	Presencial	Operador de Computador	35	0	0	0	0
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional								
Total de Vagas por Ano				1175	1065	1090	1015	915

13.4 Cronograma de oferta de cursos técnicos

Quadro 32 - Previsão de oferta de cursos técnicos no período de 2019 a 2023									
LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ/ Bela Vista	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Química	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Meio Ambiente	70	70	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Técnico em Química	25	0	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Técnico em Alimentos	25	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Cozinha	35	70	70	70	70
ALTA FLORESTA	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Administração	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	105	105	105	105	105
		Subsequente	Presencial	Técnico em Agroindústria	0	0	35	70	70
BARRA DO GARÇAS	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática	35	35	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Técnico em Administração	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Comércio	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Técnico em Secretariado	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Técnico em Controle Ambiental	35	35	0	0	0
		Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	0	0	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Alimentos	35	35	0	0	0
CONFRESA	Técnico	PROEJA	Presencial	Técnico em Comércio	120	80	40	0	0
		Integrado	Presencial	Técnico em Agroindústria	80	80	80	80	80
		Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	80	80	80	80	80
		Subsequente	Presencial	Técnico em Controle Ambiental	40	0	0	0	0
		PROEJA	Presencial	Técnico em Administração	0	40	40	40	40
		Subsequente	Presencial	Técnico em Zootecnia	0	40	40	40	40

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
SORRISO	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico Em Alimentos	70	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico Em Agropecuária	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Informática	0	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico Em Meio Ambiente	0	0	0	40	40
		Subsequente	Presencial	Técnico Em Agroindústria	0	0	40	40	40
VÁRZEA GRANDE	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Desenho de Construção Civil	60	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Técnico em Edificações	60	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Técnico em Logística	60	60	60	60	60
		Concomitante	EaD	Técnico em Administração	0	60	60	60	60
LUCAS DO RIO VERDE	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Biotecnologia	70	70	70	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Biocombustíveis	0	0	0	35	35
		Concomitante	Presencial	Técnico em Análises Químicas	0	0	0	35	35
CUIABÁ/ Cel. Octayde Jorge da Silva	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Agrimensura	50	50	50	50	50
		Subsequente	Presencial	Técnico em Agrimensura	50	50	50	50	50
		Integrado	Presencial	Técnico em Edificações	50	50	50	50	50
		Subsequente	Presencial	Técnico em Edificações	50	50	50	50	50
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletroeletrônica	90	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Eletrônica	50	50	50	50	50
		Subsequente	Presencial	Técnico em Eletrotécnica	50	50	50	50	50
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletrônica	0	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletrotécnica	0	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Técnico em Eventos	70	60	60	60	60
		Integrado	Presencial	Técnico em Informática	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Secretariado	70	60	60	60	60
JUÍNA	Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Agropecuária	0	35	70	105	105
		Integrado	Presencial	Técnico em Administração	0	35	70	105	105

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
PRIMAVERA DO LESTE	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Eletrotécnica	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletrotécnica	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Logística	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Logística	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletromecânica	35	0	0	0	0
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletromecânica	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Informática	35	35	35	35	35
		PROEJA/Concomitante	Presencial	Técnico em Logística	0	35	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Técnico em Eletrotécnica	0	35	0	35	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Eletromecânica	35	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Manutenção de Aeronaves Célula	0	35	35	35	35
TANGARÁ DA SERRA	Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	70	70	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Técnico em Recursos Humanos	70	70	70	70	70
SÃO VICENTE	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	180	180	150	150	150
		Integrado	Presencial	Técnico em Meio Ambiente	35	35	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Técnico em Ludoteca	0	35	35	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Agropecuária	0	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Informática para internet	0	0	40	40	40
		Subsequente	EAD	Técnico em Informática para Internet	0	40	40	40	40
RONDONÓPOLIS	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Administração	0	35	70	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Alimentos	35	70	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Informática	35	35	35	35	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Química	35	35	35	70	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Secretariado	35	35	35	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Química	35	35	35	35	35
		PROEJA	Presencial	Técnico em administração	35	35	35	35	35

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	TIPO DE OFERTA	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
GUARANTÃ DO NORTE	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	70	70	70	70	70
CAMPO NOVO DO PARECIS	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	35	35	35	35	35
		PROEJA	Presencial	Técnico em Administração	40	40	40	40	40
		Subsequente	Presencial	Técnico em Agropecuária	40	40	40	40	40
SINOP	Técnico	Subsequente	Presencial	Técnico em Administração	35	70	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Técnico em Agronegócio	0	35	70	70	70
		Subsequente	Presencial	Técnico em Comércio	70	0	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Recursos Humanos	70	35	0	0	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Eletromecânica	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Eletromecânica	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Técnico em Automação Industrial	105	105	105	105	105
DIAMANTINO	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Administração	35	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Agricultura	35	70	70	70	70
		PROEJA	Presencial	Técnico em R.H.	0	0	30	30	30
CÁCERES	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática	70	70	70	70	70
		Integrado	Presencial	Técnico em Agropecuária	105	105	105	105	105
		Integrado	Presencial	Técnico em Florestas	0	0	35	35	35
		Subsequente	Presencial	Técnico em Agropecuária Subsequente	80	80	80	80	80
		PROEJA	Presencial	Técnico em Cozinha	40	40	0	0	0
PONTES E LACERDA	Técnico	Integrado	Presencial	Técnico em Informática	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Controle Ambiental	35	35	35	35	35
		Integrado	Presencial	Técnico em Administração	35	35	35	35	35
		PROEJA	Presencial	Técnico em Comércio	35	0	0	35	0
		Subsequente	Presencial	Técnico em Química	0	40	0	40	0
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional				Total de Vagas por Ano	4050	4360	4425	4605	4495

13.5 Cronograma de oferta de cursos de graduação

Quadro 33 - Previsão de oferta de vagas de cursos de graduação no período de 2019 a 2023

LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ/ Bela Vista	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Alimentos	70	70	70	70	70
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Gestão Ambiental	70	70	70	70	70
	Tecnologia	Presencial	Química Industrial	35	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Farmácia	0	0	70	70	70
	Licenciatura	EaD	Licenciatura em Química	300	300	300	300	300
	Licenciatura	EaD	Licenciatura em Matemática	300	300	300	300	300
ALTA FLORESTA	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Administração	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Zootecnia	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Ciências da Natureza com habilitação em Física ou Química ou Matemática	0	0	70	70	70
BARRA DO GARÇAS	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	40	40	40	40
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Gestão Pública	40	40	40	40	40
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Secretariado	0	40	40	40	40
CONFRESA	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Química	20	20	20	20	20
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Biologia	20	20	20	20	20
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Física	20	20	20	20	20
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Agronomia	40	40	40	40	40
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Matemática	0	20	20	20	20
SORRISO	Bacharelado	Presencial	Engenharia Agrônoma	35	35	35	35	35
	Bacharelado	Presencial	Engenharia De Alimentos	0	0	30	30	30
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Química	0	25	25	25	25
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura Em Ciências Da Natureza - Física	0	25	25	25	25
	Tecnologia	Presencial	Gestão Ambiental	35	35	35	35	35
	Tecnologia	Presencial	Produção De Grãos	35	35	35	35	35
LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023

VÁRZEA GRANDE	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Gestão Pública	60	60	60	60	60
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Construção de Edifícios	0	60	60	60	60
LUCAS DO RIO VERDE	Bacharelado	Presencial	Bacharel em Biotecnologia	35	35	35	35	35
CUIABÁ/ Cel. Octayde Jorge da Silva	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Engenharia de Computação	65	60	60	60	60
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Engenharia de Controle e Automação	70	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Engenharia Elétrica	35	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Secretariado Executivo	70	70	70	70	70
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Turismo	80	80	80	80	80
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Educação Física	40	40	40	40	40
	Licenciatura	EaD	Licenciatura em Pedagogia	300	300	300	300	300
	Licenciatura	EaD	Licenciatura Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados	200	200	200	200	200
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Automação Industrial	35	35*	35*	35*	35*
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Controle de Obras	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Construção de Edifícios	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Geoprocessamento	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Redes de Computadores	50	50	50	50	50
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Sistemas para Internet	25	25*	25*	25*	25*
Tecnologia	EaD	Tecnologia em Sistemas para Internet	500	500	500	500	500	
JUÍNA	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Agronomia	0	0	35	70	70
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Administração	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Ciências Biológicas	35	35	35	35	35
	Licenciatura	Presencial	Matemática	35	35	35	35	35
PRIMAVERA DO LESTE	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Química	40	40	40	40	40
	Bacharelado	Presencial	Engenharia de Controle e Automação	40	40	40	40	40
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Matemática	0	0	0	0	40
	Tecnologia	Presencial	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40
LOCAL DA OFERTA	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023

TANGARÁ DA SERRA	Tecnologia	Presencial	Gestão de Recursos Humanos	35	35	35	35	35	
SÃO VICENTE	Tecnologia	Presencial	Análise e Desenvolvimento de Sistema	35	35	35	35	35	
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Agronomia	35	35	35	35	35	
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Agronomia	35	35	35	35	35	
	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Zootecnia	35	35	35	35	35	
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Ciências da Natureza - Biologia	35	35	35	35	35	
	Licenciatura	Presencial	Pedagogia - Segunda Licenciatura	0	0	35	35	35	
RONDONÓPOLIS	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40	
	Licenciatura	Presencial	Ciências da Natureza	80	80	80	80	80	
GUARANTÃ DO NORTE	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Zootecnia	35	35	35	35	35	
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Biologia	35	35	35	35	35	
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Agroindústria	35	35	35	35	35	
CAMPO NOVO DO PARECIS	Bacharelado	Presencial	AGRONOMIA	35	35	35	35	35	
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Matemática	35	35	35	35	35	
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Processos Gerenciais	35	35	35	35	35	
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Agroindústria	35	35	35	35	35	
DIAMANTINO	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Ciências Biológicas	40	40	40	40	40	
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Agronegócio	0	0	35	35	35	
CÁCERES	Bacharelado	Presencial	Bacharelado em Engenharia Florestal	40	40	40	40	40	
	Licenciatura	Presencial	Licenciatura em Química	40	40	40	40	40	
	Tecnologia	Presencial	Tecnologia em Biocombustíveis	40	40*	40*	40*	40*	
PONTES E LACERDA	Bacharelado	Presencial	Administração	0	35	35	35	35	
	Licenciatura	Presencial	Física	35	35	35	35	35	
	Tecnologia	Presencial	Redes de Computadores	35	35	35	35	35	
	Tecnologia	Presencial	Comércio Exterior	35	35*	35*	35*	35*	
	Tecnologia	Presencial	Eletrotécnica Industrial	35	35	35	35	35	
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional				Total de vagas por ano	3940	4115	4390	4425	4465

* A previsão de cursos a serem extintos, deverão seguir o disposto no artigo 94 da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

Os quantitativos de vagas ofertadas nos cursos de graduação encontram-se de acordo com o ato legal de autorização do curso.

13.6 Cronograma de oferta de cursos de pós-graduação Lato Sensu

Quadro 34 - Previsão de oferta de cursos <i>lato sensu</i> no período de 2019 a 2023								
LOCAL DA OFERTA	TIPO DO CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ/ Bela Vista	Especialização	Presencial	Inovação e Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis	35	0	0	0	0
	Especialização	Presencial	Especialização (área de Ciências Humanas, Biológicas, Químicas e Alimentos)	35	35	35	35	35
ALTA FLORESTA	Especialização	Presencial	Gestão Pública	0	35	35	0	35
	Especialização	Presencial	Sustentabilidade e Meio Ambiente	0	0	35	35	0
	Especialização	Presencial	Agroecologia e sistemas integrados	0	35	35	0	0
	Especialização	Presencial	Gestão organizacional	0	0	0	35	35
	Especialização	Presencial	Formação Pedagógica	0	0	0	0	35
BARRA DO GARÇAS	Especialização	Presencial	Gestão Pública	0	35	0	35	0
	Especialização	Presencial	Agroecologia	30	0	35	0	35
	Especialização	Presencial	Tecnologias para Educação	0	35	0	35	0
CONFRESA	Especialização	Presencial	Especialização em Educação do Campo	40	40	0	40	40
	Especialização	Presencial	Especialização em Ensino de Ciências	40	0	40	40	0
	Especialização	Presencial	Especialização em Solos e Nutrição de Plantas	0	40	40	40	40
SORRISO	Especialização	Presencial	Especialização Em Docência Do Ensino Superior	50	50	50	50	50
	Especialização	Presencial	Especialização Em Educação Ambiental	50	50	50	0	0
	Especialização	Presencial	Especialização Em Ensino de Ciências	0	0	0	50	50
	Especialização	Presencial	Esp - Ciências Agrárias	0	0	35	35	35
VÁRZEA GRANDE	Especialização	Presencial	Desenvolvimento Urbano	50	50	50	50	50
	Especialização	Presencial	Ensino da Matemática	60	60	60	60	60
LUCAS DO RIO VERDE	Especialização	Presencial	Biotecnologia Aplicada ao Melhoramento Genético	0	0	30	30	30

LOCAL DA OFERTA	TIPO DO CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ/ Cel. Octayde Jorge da Silva	Especialização	EAD	Especialização em Redes de Computadores e Computação Distribuída	50	50	50	50	50
	Especialização	EAD	Especialização em Design Instrucional de Cursos a Distância	30	30	30	30	30
PRIMAVERA DO LESTE	Especialização	Presencial	Metodologias da Educação e Formação Docente	30	30	30	30	30
SÃO VICENTE	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências da Natureza	40	0	0	0	0
	Especialização	Presencial	Docência em Ensino Superior	0	0	0	40	40
	Especialização	EAD	Ensino de Ciências da Natureza	0	80	80	80	80
RONDONÓPOLIS	Especialização	Presencial	Ensino de Ciências	0	35	35	35	35
CAMPO NOVO DO PARECIS	Especialização	Presencial	Especialização em Educação	0	30	30	30	30
	Especialização	Presencial	Especialização em Gestão em Agronegócio	0	30	30	30	30
SINOP	Especialização	Presencial	História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena em Sala de Aula	35	35	0	0	0
CÁCERES	Especialização	Presencial	Área de florestas	0	40	0	0	0
	Especialização	Presencial	Área de educação	0	0	40	0	0
	Especialização	Presencial	Área de zootecnia	0	0	0	40	0
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			Total de vagas por ano	575	825	855	935	855

13.7 Cronograma de oferta de cursos de pós-graduação Stricto Sensu

Quadro 35 - Previsão de oferta de cursos <i>lato sensu</i> no período de 2019 a 2023								
LOCAL DA OFERTA	TIPO DO CURSO	MODALIDADE	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CUIABÁ/ Bela Vista	Mestrado	Presencial	Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	10	10	10	10	10
	Mestrado	Presencial	Mestrado profissional em Química Tecnológica e Ambiental	10	10	10	10	10
	Doutorado	Presencial	Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos	0	0	0	0	10
CONFRESA	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Ciências e Tecnologias no Campo	0	0	14	14	14
VÁRZEA GRANDE	Mestrado	Presencial	Mestrado em Desenvolvimento Urbano	0	0	0	20	20
	Mestrado	Presencial	Mestrado em Ensino	0	0	0	0	20
LUCAS DO RIO VERDE	Stricto Sensu	Presencial	Mestrado profissional em Biotecnologia Agroindustrial	0	0	0	0	30
CUIABÁ/ Cel. Octayde Jorge da Silva	Mestrado	Presencial	Mestrado em Ensino	15	15	15	15	15
	Mestrado	Presencial	Mestrado ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica	20	20	20	20	20
CAMPO NOVO DO PARECIS	Mestrado	Presencial	Mestrado Profissional em Solos e Proteção de Plantas	0	0	20	20	20
Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional				Total de vagas por ano				
				55	55	89	109	169

14.0. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO IFMT

As diretrizes pedagógicas do IFMT têm, nos princípios e nos compromissos assumidos, sua fonte permanente de inspiração e atualização e, no processo de produção de conhecimento por meio das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, a garantia da qualidade do seu projeto educacional.

Assim, o processo pedagógico do IFMT é e será sempre amplamente discutido pelos órgãos competentes, em especial pelo Núcleo Docente Estruturante-NDE, Colegiado de Curso e Coordenação de cada um dos cursos (técnico de nível médio, graduação e pós-graduação), nas modalidades presencial e a distância, de modo que as ações sejam estruturadas a partir do resultado destas discussões garantindo a articulação entre as modalidades presencial e a distância. No que se refere aos currículos estes são e serão elaborados a partir dos perfis profissionais desejados, pautados na legislação que respalda os cursos ofertados, em especial as Diretrizes Curriculares de cada um dos cursos, sendo esta a linha mestra da elaboração, implementação e acompanhamento dos currículos propostos e principalmente visando garantir a articulação entre as modalidades presencial e a distância.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE de cada um dos cursos realizará constantes estudos sobre o currículo sugerido e implementado, buscando sua constante atualização e a articulação entre as modalidades presencial e a distância, a partir das demandas sociais e educacionais que se apresentam, sempre respaldadas pela legislação e pelas orientações dos Colegiados dos cursos.

A coordenação de cada curso (técnico de nível médio, graduação e pós-graduação), nas modalidades presencial e a distância, assumirá a função executiva do Projeto Pedagógico e do currículo proposto, concebendo que o currículo é dinâmico e deve atender as necessidades e objetivos propostos.

A avaliação dos currículos propostos é conjunta e constante, realizada pelos docentes, discentes, por meio da avaliação institucional e ainda de forma mais sistemática pela coordenação do curso, NDE e colegiados correlatos, tendo como um dos focos a articulação entre as modalidades presencial e a distância.

Quanto ao planejamento, acompanhamento e avaliação do trabalho docente e tutorial será realizado pontualmente pela coordenação e, posteriormente pelo colegiado do curso e NDE. O processo de planejamento acontece a partir de um Plano de Trabalho Tutorial e Docente (PTD) elaborado a cada semestre no qual a carga horária docente individual é dividida entre as atividades a serem executadas pelo docente.

O PTD, depois de acordado e aprovado será entregue ao Dpto de Ensino de cada campus para ciência e acompanhamento e devidamente publicado na página do IFMT. No decorrer do semestre o PTD servirá como instrumento de acompanhamento e avaliação, não apenas do cumprimento da carga horária proposta, mas a efetividade das ações realizadas. Além disso, o próprio sistema pedagógico fornecerá dados importantes para a avaliação quantitativa e qualitativa do trabalho docente/tutor os quais são apresentados na forma de relatórios e servirá de base para análise das coordenações de curso.

No IFMT, o trabalho de tutoria a distância será realizado por docentes do quadro efetivo, aplicando-se as mesmas regras.

Os tutores presenciais embora sejam contratados sob o requisito mínimo de possuírem curso superior e, prestar assistência local aos estudantes também realizarão trabalhos de natureza acadêmico administrativa nos polos e ambientes profissionais.

No que diz respeito aos parâmetros para elaboração dos currículos, os cursos serão planejados observando-se o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e as Diretrizes Curriculares de cada curso, definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

As Diretrizes Curriculares para o ensino, no IFMT, constituem-se em orientações para a elaboração de currículos de forma a se ter um **núcleo de referência** que deverá articular os conhecimentos específicos do curso com aqueles de áreas a fim de saber. Não caberá às diretrizes especificar disciplinas ou matérias, mas garantir a organização do saber em unidades temáticas de conteúdos abrangentes. Isso pressupõe o entendimento do Currículo no seu sentido amplo, podendo ser considerado como conjunto de atividades acadêmicas previstas pelo IFMT para a integralização de um curso.

A aprovação de tais diretrizes representa importante momento de estabelecimento de uma nova visão para o processo educativo, flexível com o compromisso de evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos; uma sólida formação geral, como requisito da formação em nível de graduação; o estímulo à autonomia profissional e intelectual do estudante; o fortalecimento da articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva; um processo sistemático e adequado de avaliação de todas as atividades que compõem o currículo e que devem representar aprendizagem.

Diante disto a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, no IFMT, tanto para os cursos, são fruto de uma ação intencional definida de forma coletiva pela gestão, docentes, colegiado de curso e núcleo docente estruturante – NDE, de cada um dos cursos ofertados.

14.1. Perfil dos Cursos

Conforme registrado na Plataforma Nilo Peçanha/2018 o IFMT ofertou no último ano:

1. 128 cursos técnicos presenciais;
2. 47 cursos técnicos a distância;
3. 62 cursos graduação presenciais;
4. 04 cursos graduação a distância;
5. 06 cursos pós graduação *lato sensu* presenciais;
6. 06 cursos pós graduação *lato sensu* a distância;
7. 02 cursos pós graduação *stricto sensu* presenciais.

Totalizando 31.142 estudantes matriculados, divididos entre o período diurno e noturno.

Os cursos tanto na modalidade EaD quanto os presenciais ofertados pelo IFMT, são estruturados nos quatro pilares da educação: saber aprender, fazer, conviver e ser, garantindo a articulação entre as modalidades presencial e a distância. Desta forma, os cursos são compostos por um conjunto de componentes curriculares que seguem as diretrizes curriculares nacionais e de formação complementar, necessárias para as respectivas áreas do saber, destinadas à obtenção de graus acadêmicos que assegurem condições para o exercício de atividades profissionais. Os cursos ofertados pelo IFMT, buscam a formação de

profissionais com uma visão crítica da realidade e que sejam comprometidos com a inclusão, o respeito à diversidade cultural e o cuidado socioambiental, com vistas a uma ação transformadora da sociedade. A qualidade do processo de ensino-aprendizagem se concretiza por meio de ação integrada entre teoria e prática, por meio dos workshops; da qualificação do corpo docente; dos estágios, como meio eficaz de confronto e interação com o contexto; da pesquisa bibliográfica, como meio de aprendizagem; da incorporação das tecnologias de informação e comunicação no processo de formação profissional; e de outros, de natureza acadêmico-pedagógica.

Os cursos, propostos pelo IFMT, se enquadram em uma das seguintes modalidades:

- Técnicos de Nível Médio;
- Licenciatura;
- Bacharelado;
- Tecnológico;
- Extensão;
- Pós-graduação *lato sensu*;
- Pós-graduação *stricto sensu*.

Destaca-se também que, os Projetos Pedagógicos de Curso – atenderão às diretrizes curriculares nacionais e contribuirão para a articulação entre as modalidades presencial e a distância, a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), possuindo forte aderência à missão e à visão institucional, estando coerentes com o princípio da flexibilidade.

Desta forma, busca-se, a formação integral de profissionais de excelência, nas dimensões técnico-científica e humana, contemplando durante o percurso pelos estudantes – diretamente ou de modo transversal – atividades sobre empreendedorismo, desenvolvimento social, incentivo a processos de inclusão, respeito aos direitos humanos e à diversidade, preservação do meio ambiente, dentre outras, pautadas na autonomia discente, buscando-se, com isso, o desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e autonomia do estudante em seu processo de formação.

14.2. Unidades para Oferta de Cursos Presenciais e Polos de Educação a Distância

O IFMT está credenciado, para oferta de cursos na modalidade presencial e a distância, tendo sua sede localizada à Avenida Sen. Filinto Müller, 953 - Bairro: Duque de Caxias - CEP: 78043-400.

O IFMT pretende implantar sua rede de Polos de Apoio Presencial, distribuídos nas 14 Regiões Econômicas de Mato Grosso, nos 5 (cinco) anos da vigência deste PDI.

Destaca-se também que, o IFMT, ao implementar um Polo de Apoio Presencial, através da oferta de seus cursos, tem e sempre terá como objetivo contribuir para o desenvolvimento da comunidade local e regional onde está inserido. Cada Polo de Apoio Presencial, terá seu projeto de implementação, contendo a justificativa, objetivos, infraestrutura do polo, entre outros. Atualmente o IFMT atua com polos de apoio presencial no Estado de Mato Grosso, nos seguintes municípios: Água Boa, Alto Araguaia, Arenópolis, Aripuanã, Barra do Bugres, Canarana, Cáceres, Campo Verde, Colíder, Comodoro, Cuiabá, Diamantino, Guarantã do Norte, Jauru, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Xavantina, Pedra Preta, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, Sapezal e Sorriso.

14.3. Incorporação de Recursos Tecnológicos

A descoberta de novas formas de ensinar e aprender por meio da informática é um desafio extremamente motivador, que implica e que demanda trabalhos de investigação voltados para a produção de meios e materiais que possibilitem também a teorização a respeito de sua aplicação em relações mediadas por essa tecnologia.

O uso de tecnologias avançadas pela sociedade tem exigido das instituições educacionais uma revisão de seus conceitos, métodos e recursos didáticos utilizados. No ensino presencial, os avanços tecnológicos apresentam-se por meio do uso das novas tecnologias de forma a dinamizar o processo de ensino e aprendizagem.

Laboratórios virtuais e mesmo laboratórios físicos propiciam formas

diferenciadas de aprender e ensinar.

Quando se fala em tecnologia educacional, faz-se uma associação com atividades que envolvam computadores e softwares, ou seja, com a informática, auxiliando o processo de ensino-aprendizagem em ambientes virtuais de aprendizagem. Portanto, uma das importantes características da Educação a Distância do IFMT é o uso da tecnologia que permite uma maior flexibilidade na apresentação do conteúdo programático, pois adota uma perspectiva ampla da tecnologia que supre as necessidades, garantindo acesso ao conhecimento e interação diante deste processo.

O IFMT utiliza tecnologia apropriada para teleconferência (webconferência), internet e material de apoio. A geração do sistema EAD - IFMT é caracterizada pelo uso de instalações e equipamentos como internet, vídeos e softwares específicos para ensino.

Para as gravações das videoaulas, o IFMT conta estúdio, onde os docentes poderão gravar ou mesmo ministrar as videoaulas. O estúdio é composto por câmeras, computadores, bem como todos os equipamentos de apoio necessários para gerar vídeos de excelente qualidade.

As videoaulas são disponibilizadas diretamente aos estudantes e aos Polos de Apoio Presencial por meio do ambiente virtual de aprendizagem, as quais podem ser assistidas através de computadores, *tablets*, smartphones.

O ambiente virtual de aprendizagem do IFMT – atualmente utilizando a plataforma *Moodle*, constitui-se como o espaço que viabiliza comunicação multidirecional, a qual permite interações individuais e coletivas entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O ambiente virtual de aprendizagem pode ser considerado, segundo alguns autores, como sendo um “dispositivo” que possibilita a comunicação e a mediação de saberes, de formação mediada.

Diante desta perspectiva, o Ambiente Virtual de Aprendizagem é um meio tecnológico, disponível na Internet, que reúne os recursos e ferramentas necessárias para acessar os conteúdos dos Cursos, e que permite a interação dos estudantes com os docentes e tutores a distância, e dos estudantes entre si para que a aprendizagem seja mais efetiva e significativa.

Apesar de docentes/tutores e acadêmicos estarem geograficamente distantes, o Ambiente Virtual de Aprendizagem possibilita a ação de compartilhar ideias e interesses, pois, mediante o mesmo, podem-se acessar os conteúdos das disciplinas a serem estudadas; realizar as atividades propostas pelos docentes; interagir com os docentes titulares; docentes auxiliares e tutores a distância; acompanhar a trajetória da unidade curricular por meio dos relatórios oferecidos pelo sistema, obter informações sobre o andamento do curso, acompanhamento do calendário de aulas, calendário de avaliação, plano de estudos e interação com os participantes da plataforma através das ferramentas interativas: fóruns, tutorias EaD.

15.0 PERFIL DO CORPO DOCENTE E DE TUTORES EAD

O Corpo Docente e Tutorial do IFMT será constituído por docentes/tutores EAD, devidamente contratados pela Instituição e que atuarão em caráter permanente ou temporário, de acordo com as leis trabalhistas.

O IFMT busca a contratação de profissionais com titulação de especialistas, mestres, doutores, desenvolvendo política de manutenção de profissionais que demonstrem comprometimento com as políticas educacionais do IFMT. Esse tipo de preocupação representa prioridade a ser atendida, face às exigências legais a respeito, sendo permanente o acompanhamento da porcentagem de mestres e doutores determinados pela legislação em vigor, contudo são levados em consideração também a experiência profissional e o comprometimento com a educação e a instituição.

Além disso, é imperativo o acompanhamento do profissionalismo do docente/tutor, de seu desempenho acadêmico, do emprego de técnicas e dinâmicas metodológicas interativas com os estudantes. Nesse sentido, a titulação, a dedicação, a seriedade, a qualificação permanente, o interesse no desenvolvimento de projetos acadêmicos e sociais, o desempenho nas avaliações do corpo docente, são elementos que contam para a avaliação do docente em seu desempenho acadêmico.

Entende-se que bom corpo docente e tutorial não significa necessariamente um conjunto de docentes / tutores de elevada titulação acadêmica, mas sem dedicação ao curso, assim o IFMT busca para composição do corpo docente e tutorial o equilíbrio em sua formação pela representação de docentes/tutores entre teóricos, profissionais de reconhecida competência, que possam mediar/transmitir seus conhecimentos e experiências práticas. Um corpo docente eclético reunirá profissional competente, titulado e pesquisador. Este será o perfil dos profissionais que o IFMT terá como Coordenadores e docentes e tutores EaD.

15.1. Titulação do Corpo Docente e de Tutores EAD

O corpo docente e de tutores EaD do IFMT será responsável:

- Elaboração, produção e análise dos conteúdos dos componentes curriculares dos cursos, fazendo a abordagem de sua relevância para a atuação profissional e acadêmica dos discentes.
- Interação com os estudantes, através do ambiente virtual de aprendizagem, atuando nos fóruns, tutoria EaD, na avaliação discursiva, fomentando nesses espaços o raciocínio crítico dos estudantes com base em literatura atualizada.
- Proporcionar o acesso ao conteúdo de pesquisa nas atividades propostas (avaliação discursiva, fórum, workshop, tutoria)
- Preparar o material didático (videoaulas, livros, slides e materiais complementares), fazendo a relação dos conteúdos aos objetivos propostos das disciplinas e ao perfil do egresso.
- Incentivar à produção de artigos para as revistas do IFMT, bem como para publicação em revistas, seminários, congressos, eventos externos, entre outros.

Devido a importância da atuação do corpo docente e de tutores EaD para a aprendizagem e produção dos discentes, o IFMT considera a titulação um fator de grande relevância, por isso busca manter o padrão de qualidade no que se refere ao Índice de Qualificação do Corpo Docente - IQCD. Desta forma, o IFMT ao longo deste PDI buscará manter o quadro corpo docente e de tutores EaD com as seguintes titulações:

Tabela 2 - Índice de Qualificação do Corpo Docente	
Titulação	% de Docentes e Tutores EaD
Especialista	30%
Mestre	50%
Doutorado	10%

A cada período letivo os docentes/tutores são alocados em disciplinas que possuem aderência e, em caso de necessidade, novos docentes/tutores são designados e vinculados aos cursos.

Destaca-se que, a titulação do corpo docente e de tutores EaD do IFMT é permanentemente acompanhada e será constantemente construída ao longo do período deste PDI e mantida de forma a atender integralmente a demanda discente,

com qualidade, e manter um índice mínimo de $\frac{1}{3}$ (um terço) dos docentes e tutores EaD com titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*. Desta forma, considera-se que o corpo docente do IFMT atenderá de forma suficiente as demandas existentes para as atividades propostas nos PPC's.

15.2. Experiência Acadêmica no Magistério Superior

Compreendendo e reconhecendo a importância da experiência do corpo docente e de tutores EaD no exercício da docência Superior, valoriza-se a designação/seleção de docentes e tutores EaD com esta gama de conhecimentos. Pois, entende-se que através da experiência adquirida é possível identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, durante os momentos de interação do docente com o estudante, seja na avaliação discursiva, no fórum e/ou na tutoria EaD.

Os docentes/tutores EaD, identificando um estudante com dificuldade de aprendizagem e / ou com deficiência, fará o encaminhamento ao Atendimento Psicopedagógico, que juntamente com a coordenação do curso, fará a proposta de adaptações necessárias para o aprendizado do discente com dificuldade de aprendizagem e/ou deficiência.

A experiência acadêmica na docência do Ensino Superior, também permite ao docente/tutor expor o conteúdo em linguagem aderente às características dos estudantes da EaD. Desta forma, o tratamento diferenciado ao estudante com dificuldade de aprendizagem e/ou com deficiência, torna-se específico e necessário, dependendo do conhecimento já adquirido pelo docente na Docência Superior.

Essa experiência também permitirá ao docente/tutor apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, em todas as atividades previstas no PPC, bem como elaborar, juntamente com o Núcleo Pedagógico e a Coordenação do Curso atividades específicas para a promoção da aprendizagem de estudantes com dificuldades e/ou com deficiência.

Contando ainda com a experiência do corpo docente acadêmica na Educação Superior, far-se-á avaliações diagnósticas, formativas e somativas: Avaliação discursiva, que permitirá a produção, a reflexão, a pesquisa e a construção do conhecimento do estudante, avaliação presencial, elaborada de forma contextualizada, permitindo a reflexão do estudante e a construção do

conhecimento após o feedback ao estudante, e as avaliações dos workshops de curso, as quais permitirão verificar o aprendizado dos estudantes nestes momentos.

A partir do resultado das avaliações do período, apresentado através de relatórios da comissão de permanência e êxito e da autoavaliação institucional, obter-se-á a análise do docente / tutor e a redefinição de sua prática docente, através da formalização do plano de ações e melhoria, as quais serão propostas juntamente com a coordenação e com o NDE.

Para atender de forma integral aos estudantes, possibilitando essa troca de experiências e apoio, o corpo docente e tutores do IFMT é composto por profissionais com grande experiência em nível superior, tendo como objetivo para este PDI alcançar os índices apresentados na tabela abaixo:

Tabela 3 – Experiência no Magistério Superior	
Experiência no Magistério Superior	% de Docentes e Tutores EaD
Até 05 anos	70%
De 06 a 10 anos	25%
De 11 a 15 anos	5%

Percebe-se, portanto, que ao final do período deste PDI, 95% dos docentes/tutores possuirão experiência mínima de 05 anos no Magistério Superior.

15.3. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Todos os docentes e tutores do IFMT são contratados na carreira EBTT, atuando nos diversos níveis e modalidades vinculados a carreira, desta forma 100% dos docentes e tutores possuem experiência no exercício da docência na educação básica. O IFMT entende que experiência no exercício da docência na educação básica, permite o desenvolvimento de ações e a identificação de dificuldades de aprendizagem, como também a definição de metodologia de ensino contextualizada. Porque a ação é especializada, aquele que a realiza necessita mobilizar saberes específicos e práticos, reconhecidos academicamente como base de conhecimento profissional docente.

As análises, estudos e avaliações institucionais auxiliam na definição do perfil utilizado para critério nos concursos públicos e seletivos, além de demonstrar e justificar a relação entre a experiência no exercício da docência na educação básica

do corpo docente tutorial e o resultado do item desempenho em sala de aula nas avaliações institucionais. E ainda, o IFMT acredita que essa experiência caracteriza a capacidade do docente em promover ações que permitem: a) identificar as dificuldades dos alunos; b) expor o conteúdo em linguagem aderente às características de cada turma; c) apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares; d) elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período; e e) exercer liderança e ter sua produção reconhecida.

Para atender de forma integral aos estudantes, possibilitando essa troca de experiências e apoio, o corpo docente e tutores do IFMT é composto por profissionais com grande experiência em nível superior, tendo como objetivo para este PDI alcançar os índices apresentados na tabela abaixo:

Tabela 4 – Experiência no exercício da docência	
Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	% de Docentes e tutores EaD
Até 05 anos	70%
De 06 a 10 anos	25%
De 11 a 15 anos	5%

Percebe-se, portanto, que ao final do período deste PDI, 95% dos docentes/tutores possuirão experiência mínima de 05 anos no Magistério Superior.

15.4. Experiência Profissional não Acadêmica

O IFMT considera que a experiência profissional no mundo do trabalho do corpo docente e de tutores EaD, não licenciados, é elemento indispensável para manter a qualidade do curso e dos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, pois possibilita a apresentação de exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, nos momentos de interação, seja no fórum, na correção de avaliação de aprendizagem, na orientação dos estágios, na tutoria EaD. Enfim, esta experiência possibilitará que o docente/tutor faça ilustrações contextualizadas ao estudante, possibilitando a aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

Desta forma, visando atender a essa demanda existente, o IFMT conta com um corpo docente com experiência profissional no mundo do trabalho (não acadêmica), tendo como objetivo para este PDI alcançar os índices apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5 – Experiência magistério superior	
Experiência no Magistério Superior	% de Docentes e Tutores EaD
De 1 a 3 anos	60%
De 3 a 5 anos	30%
Acima de 5 anos	10%

Verifica-se que, o IFMT terá corpo docente e de tutores EaD experiente, contando com 100% dos docentes, sem formação em licenciatura, com experiência profissional no mundo do trabalho (não acadêmica) até o final do período deste PDI. Fato este que possibilitará a troca de experiência e informações com os discentes de maneira teórica e prática, permitindo uma ação-reflexão de forma crítica e sistemática.

15.5. Expansão do Corpo Docente e Tutorial

A política de expansão está atrelada a abertura de vagas pelo governo federal, contudo o IFMT buscará formas de atender suficientemente a demanda integral dos discentes. Assim, irá manter sempre no mínimo 60% do corpo docente com regime de trabalho em tempo parcial e integral e, com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, maior que 70%.

A expansão do corpo docente e de tutores EAD, para suportar o número de vagas com qualidade o IFMT manterá no mínimo um docente (equivalente a 40 horas) para cada grupo de 100 estudantes efetivamente matriculados em cada curso ofertado.

A expansão do corpo docente e de tutores EaD estará relacionada com a implantação dos cursos recentemente implantados e dos novos cursos previstos no período de 2019-2023 e a quantidade de estudantes matriculados nos cursos já ofertados.

15.6. Critérios de Seleção e Contratação

Os docentes e tutores EaD serão contratados em conformidade com as leis específicas para cada caso, observados os critérios e normas internas, e o Regimento Geral.

A seleção dos docentes/tutores e a definição da quantidade são calculadas ao final de cada período considerando a base as vagas/matrículas na educação presencial e a distância, pelo critério de manutenção da relação de um docente/tutor equivalente a 40 horas para cada 100 vagas/estudantes.

O processo de contratação de docentes para o quadro efetivo ocorre sempre por meio de concurso público.

15.7. Plano de Carreira Docente e Tutores EAD

O plano de carreira está definido por leis específicas, destaca-se entretanto que o corpo docente/tutores será composto profissionais de nível superior, quando atuando na educação superior com titulação mínima de especialista.

15.8. Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente e de tutores EaD do IFMT, é estruturado de forma a permitir o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação em colegiados de curso, no planejamento didático e na preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Também haverá documentação sobre as atividades dos docentes em Planos de Trabalho Docente - PTD.

Assim, a carreira acadêmica compreende os regimes de trabalho:

- **Dedicação Exclusiva** - Compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação;
- **40 horas** - Compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação;
- **20 horas** – Compreende a carga horária mínima de 20 horas semanais de trabalho.

O enquadramento do docente e tutores EaD no regime de trabalho é realizado em conjunto com a DSGP e Diretoria Geral de cada campus, ouvida a

Coordenação dos cursos, o tempo de dedicação ao IFMT e a forma de remuneração em conformidade com plano de carreira. Periodicamente o docente/tutor em conjunto com a equipe de apoio pedagógico do IFMT, assina um novo o Plano de Trabalho Docente - PTD, que compõe suas atividades específicas do período.

15.9. Procedimentos para Substituição (definitiva e eventual) dos Docentes e Tutores EAD do Quadro do IFMT

Todas as substituições, definitivas ou eventuais, e de aumento de quadro deverão ter autorização prévia da PROEN/DSGP. Substituições eventuais motivadas por licenças, por afastamentos superiores há 30 dias serão realizadas diretamente, sem necessidade de verificação, mas devidamente aprovada no fluxo interno para contratações por prazo determinado ou indeterminado dependendo do tipo e necessidade de reposição temporárias.

16.0. POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão desenvolvidas pelo IFMT são voltadas ao fornecimento de dados e instrumentos decisórios, infraestrutura física adequada e atualizada, pessoal capacitado que possa propiciar suporte necessário para que se tenha êxito no cumprimento de seu plano de desenvolvimento institucional definido neste documento.

Outro fator importante adotado pelo IFMT para a condução da política de gestão é a política financeira e orçamentária que viabiliza as políticas acadêmicas e institucionais, em suas áreas de atuação.

Pensar a gestão participativa e democrática dentro de uma Instituição de Ensino Pública significa superar barreiras, que muito mais do que cumprir a legislação, é compartilhar com a comunidade acadêmica a responsabilidade e o compromisso pela produção de uma educação de qualidade para todos.

O surgimento de novas tecnologias, a ampliação na produção e a rapidez na transmissão de conhecimentos exigem políticas de democratização interna das Instituições de Ensino. Órgãos colegiados expressam o desejo e o sentimento acadêmico da coletividade, uma vez que todos os setores se fazem representados e desta forma assumem conjuntamente a responsabilidade pelos resultados.

Esta visão de gestão compartilhada surge como consequência das conquistas de uma sociedade democrática e pluralizada, ainda em fase de consolidação plena, expressada através da vida colegiada e participativa, do clima de tolerância e de abertura para a diversidade, de procedimentos e atos cotidianos que estimulem o tratamento igualitário e equânime. O ambiente acadêmico é o espaço privilegiado para se exercitar a democracia e a participação política. Assim, a esfera de decisões torna-se oportunidade para o exercício do aprendizado da responsabilidade de se co-gerenciar o processo de gestão e socialização do conhecimento.

Não é possível a pretensão gerencial de se alcançar os objetivos de qualidade e viabilidade econômica isoladamente. Desta forma, consta no **Regimento Geral do IFMT** a estrutura organizacional onde prevê a participação de representantes da comunidade acadêmica (estudantes, docentes / tutores EaD, técnicos administrativos) e da sociedade civil, em diversas instâncias decisórias, em

colegiados como o Conselho Superior, na Comissão Própria de Avaliação (CPA), no NDE Núcleo Docente Estruturante e Colegiados dos Cursos, instância de grande relevância, visto que são no seio das discussões acadêmicas que surgem seus desejos, dúvidas, dificuldades que irão, também, direcionar a gestão institucional. A estrutura administrativa, os fóruns de decisão, e os projetos acadêmicos no IFMT estão permeados de contribuições externas de modo a não permitir a centralização decisória.

Desta forma, consciente da necessidade de uma política de gestão sustentável, são definidos como premissas da gestão do IFMT:

- A adoção de um modelo de organização que, em todos os planos, conduza à realização da missão institucional;
- Organização integrada a um padrão geral de administração flexível e baseada na informação, na informatização e no domínio das novas tecnologias de comunicação;
- Planejamento acadêmico capaz de conviver com mudanças e de estimular a inovação.

Destaca-se que, a estrutura organizacional do IFMT, constante do Regimento Geral, caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se inter-relacionam, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, possibilitando a cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

16.1. Procedimentos de Autoavaliação Institucional

A Avaliação Institucional é efetivada no IFMT integrante do projeto pedagógico dessa instituição. No contexto das mudanças do sistema educacional do País, percebe-se, pelo Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001, que as regras de organização do sistema federal de ensino e procedimentos de avaliação de cursos e instituições direcionam-se para aspectos inseridos na nova Lei de Diretrizes e Bases

(LDB), passando pelos decretos posteriores.

Ao promover o reordenamento de competências no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), o referido decreto alterou a organização do sistema federal de ensino (especialmente do INEP e da SESu), atingindo igualmente as Instituições de Ensino Superior (IES).

Portanto, a Avaliação Institucional não pode ser concebida isoladamente, na medida em que ela se constitui um dos componentes básicos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela portaria 2.051, de 09 de julho de 2004. Assim, a Avaliação Institucional não deve se limitar ao atendimento de uma exigência legal, mas deve subsidiar a busca contínua da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão universitária, para fortalecimento dos compromissos sociais e na prestação de contas à sociedade.

16.1.1. Ampliação da Avaliação Institucional para Atendimento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A complexidade para o desenvolvimento de um processo de avaliação global do IFMT o nos adverte que este processo demanda tempo e requer o envolvimento e participação dos sujeitos, bem como a definição de etapas para que se efetive sua institucionalização. Entendemos, também, que uma Instituição como o IFMT, no planejamento e execução de seus processos avaliativos de natureza institucional, necessita promover o constante aperfeiçoamento desses instrumentos, visando atingir todos os níveis de organização acadêmica e de ensino ofertados por ele.

Essa condição leva a necessidade de se propor uma ampliação do processo de autoavaliação institucional inicialmente voltado a Educação Superior, conforme dispõe o SINAES, mas, também, buscaremos envolver a Educação Básica e Profissional, notadamente, os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Como se trata de um processo de autoavaliação institucional, como uma estrutura multicampi, é necessário que a condução do processo de autoavalição, sobretudo para os cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, seja conduzido de forma a considerar a sua realidade e sua relevância social. Tal condição leva a necessidade de que o processo de autoavaliação para esses cursos

sejam conduzidos pelas Sub- comissões de cada campi, sempre em concordância com as orientações da comissão central; projeto de autoavaliação institucional e regimento interno da CPA.

16.1.2. Princípios da Avaliação Institucional

Os princípios dão suporte aos valores e estabelecem as prioridades básicas e as expectativas fundamentais que nortearão a Avaliação Institucional do IFMT em seus respectivos núcleos, observarão os seguintes princípios:

- **Globalidade** – O objetivo é avaliar a instituição como um todo e não partes ou seus níveis fragmentados. Mesmo quando se prioriza ou começa a avaliação por partes da instituição, a sua análise sempre se fará em relação à instituição como um todo;
- **Impessoalidade** – A Avaliação Institucional não toma como objeto de análise as pessoas enquanto indivíduos. Isto significa que não há nenhuma intenção de julgamento individual de docentes, técnicos administrativos, alunos e ocupantes de cargos e funções na Instituição. Não são as pessoas que serão avaliadas, mas sim, as estruturas, as práticas, as relações, os processos, os produtos e os recursos que constituem o saber em função dos seus objetivos;
- **Respeito à identidade institucional** – Embora a Avaliação Institucional desenvolvida em cada IES requeira alguma padronização de instrumentos e indicadores de comparação interinstitucional, o seu desempenho deve sempre ser analisado em função dos seus projetos e características específicas e das possibilidades de incremento da qualidade a partir delas;
- **Qualidade em primeiro lugar** – A avaliação deverá fornecer subsídios para que nossos serviços sejam os melhores para podermos atender e satisfazer as expectativas da comunidade em que estamos inseridos;
- **Credibilidade** – A Avaliação Institucional somente se converte em instrumento para o planejamento da melhoria da qualidade, se for desenvolvida com competência técnica, correção ética e fidedignidade dos dados. E isto somente se constrói se houver transparência nos procedimentos, critérios e resultados alcançados, conduzindo a participação voluntária. Sem credibilidade, a avaliação permanece como uma formalidade, incapaz de motivar as pessoas para o seu

exercício;

- **Participação descentralizada** – a Avaliação Institucional não terá legitimidade se não houver um envolvimento direto e coletivo de toda a comunidade acadêmica, em seus diferentes momentos. O que só poderá ocorrer na medida em que o processo for descentralizado, facultando inclusive a tomada de decisões em diferentes níveis da hierarquia institucional;
- **Continuidade e regularidade** – a Avaliação Institucional não se reduz ao simples levantamento de dados, sua análise e a produção de um relatório final. Ela é um processo permanente de conhecimento de si, a fim de alimentar o planejamento para a melhoria da qualidade; e
- **Disposição para a mudança** – A necessária relação entre avaliação e planejamento institucional requer uma atitude de abertura para a mudança, como condição para a sua inovação e a qualificação.

16.1.3. Objetivos da Autoavaliação

Geral

Implementar, sistematizar e consolidar um processo avaliativo no IFMT, de forma contínua, integrada e participativa, visando a contribuir para definição de políticas e construção de uma cultura de valorização dos resultados da avaliação, como pré-requisitos para o planejamento do seu desenvolvimento e prestação de contas à sociedade, respeitando-se as especificidades.

Específicos

- Mobilizar a comunidade acadêmica para as questões de avaliação, tendo como eixo o que define as diretrizes do SINAES;
- Elaborar um modelo de avaliação, respeitando as características dos campi do IFMT e o que define as diretrizes do SINAES;
- Produzir um sistema de informações quantitativas e qualitativas para o acompanhamento da trajetória de desenvolvimento da qualidade institucional;
- Ampliar a qualidade de ensino, mediante a análise, revisão e reconstrução dos currículos de graduação, tendo como base a legislação vigente visando à formação de profissionais competentes e empreendedores, respeitando-se as especificidades.

- Se consolidar como principal mecanismo de se aferir o atendimento dos PPC's dos cursos já implantados no Campus e dos demais cursos que ainda venham a ser implementados - relacionados ao atendimento as demandas efetivas de natureza econômica e social, atendimento às Políticas Institucionais propostas pelo IFMT (articulação com o PDI e demais documentos de gestão) e, por fim, a articulação da estrutura física, matriz e conteúdos curriculares com as competências desejadas ao egresso do curso avaliado;
- Através do juízo de valor construído a partir da articulação e interpretação dos dados qualitativos e quantitativos obtidos durante a avaliação, subsidiar a elaboração do Planejamento Estratégico que proporcione a elaboração e implementação de ações que viabilizem a eficácia das atividades administrativas e acadêmicas, buscando-se o constante sucesso no processo ensino-aprendizagem.

Além dos objetivos regulamentados pela Portaria MEC nº 2.051, de 09 de junho de 2004 e conforme o Art. 3º da Portaria nº 125 de 03 de outubro de 2013, a CPA tem como norte os seguintes objetivos:

- Elaborar e implantar a sistematização do processo de autoavaliação Institucional;
- Conduzir a Avaliação Institucional em todo os campi do IFMT;
- Prestar informações relativas a AVALIES (Avaliação das Instituições de Educação Superior) solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e /ou pela Comissão Própria de Avaliação do IFMT/Reitoria, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior - SINAES;
- Elaborar e analisar relatórios e pareceres da Avaliação Institucional e encaminhar às instâncias competentes;
- Desenvolver estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para proposição, aperfeiçoamento e modificação da política de Avaliação Institucional;
- Acompanhar o processo de Avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para os processos de Avaliação Institucional;
- Fomentar a produção e socialização do conhecimento na área da Avaliação

Institucional;

- Disseminar, continuamente, informações sobre Avaliação;
- Interagir com a Comissão Própria de Avaliação do IFMT, de outras Instituições e com o INEP.

16.1.4. Metodologia da Autoavaliação

A metodologia do Projeto de Avaliação Institucional no IFMT será pautada em três pressupostos: negociação, flexibilidade e construção coletiva e serão desenvolvidos nas seguintes etapas:

1ª Etapa – da Comissão Própria de Avaliação (abril a junho)

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Constituição das comissões locais e central (por meio de processo eletivo);
- Posse dos membros da Comissão Própria de Avaliação – CPA (a cada triênio);
- Apresentação do Sistema Nacional da Educação Superior – SINAES;
- Formação específica para os membros da CPA (Legislação, Regimento Interno, Estrutura do processo avaliativo do IFMT);
- Reestruturação do Projeto de Avaliação Institucional do IFMT;

2ª Etapa – das Sub-Comissões, Mobilização, Sensibilização Continuada, Preparação e Divulgação (julho a agosto)

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Divulgação e consulta à Comunidade Acadêmica;
- Recebimento e análise das sugestões da comunidade;
- Revisão anual do questionário;
- Pesquisa dos instrumentos de avaliação;
- Reuniões sistemáticas de trabalho da CPA para discussão da legislação e do modelo de avaliação do IFMT;
- Divulgação do processo de avaliação com a comunidade acadêmica;
- Simulação de avaliações *in loco* (formato INEP), para que os membros da CPA possam ter conhecimento do processo avaliativo, por meio de profissionais

específicos da IES, que atuem como avaliadores. Essa simulação deve ocorrer em cada campi que tenha avaliação agendada pelo MEC/INEP, com a equipe da CPA Local do campus, a fim de instrumentalizá-los acerca do processo avaliativo.

Como o processo avaliativo será desenvolvido pelos segmentos docente, técnico - administrativo, discentes, dirigentes, egressos, comunidade, sob a coordenação da CPA, os instrumentos e os sujeitos que participarão do processo de avaliação institucional serão definidos em cada sub-comissão.

3ª Etapa – Sistematização dos Instrumentos de Avaliação (setembro a março do ano subsequente)

Serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Reuniões sistemáticas de trabalho da CPA;
- Definição da metodologia da análise dos dados e interpretação dos resultados;
- Aplicação dos questionários a comunidade (setembro de cada ano);
- Análise dos dados coletados a partir da metodologia definida pela Comissão;
- Análise documental para análise da coerência entre os objetivos e normas internas e o cumprimento da missão institucional;
- Definição de equipe para realização das tarefas pertinentes à avaliação;
- Consolidação, análise e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica, através de fóruns, seminários e reuniões;
- Elaboração do relatório preliminar, a ser divulgado a gestão da instituição, para conhecimento e verificação;
- Elaboração do relatório conclusivo, divulgação na comunidade acadêmica e envio ao INEP/MEC.

4ª Etapa – da Consolidação do Programa de Avaliação Institucional

Nesta etapa, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- Identificação das potencialidades e fragilidades do processo avaliativo;
- Divulgação à Comunidade Acadêmica;
- Seminários para retroalimentar o processo;

- Replanejamento das atividades para a continuidade do processo de avaliação do SINAES.

16.1.5. Dimensões e Indicadores

No documento “Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições” nos é apresentado alguns tópicos que permitem a operacionalização da avaliação das dimensões estabelecidas no artigo 3º, da Lei nº 10.861/04, cujas orientações gerais foram organizadas em núcleo básico e comum, núcleo de temas optativos e núcleo de documentação, dados e indicadores.

A definição dos indicadores será enriquecida ao longo do processo, tendo como eixo as dimensões estabelecidas e os indicadores listados a seguir. Esta proposta é aberta a sugestões advindas das discussões no decorrer do processo. Outros itens poderão ser incluídos.

Quadro 36 – Dimensões da avaliação superior	
DIMENSÃO	INDICADORES
1) A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ● Concretização das práticas; ● Relação com os objetivos centrais do IFMT; ● Resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades; ● Características do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida; e ● Forma de articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.



<p>2) A política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação, a extensão, projetos e programas</p>	<ul style="list-style-type: none">● Concepção de Currículo e organização didático- pedagógica.● Práticas pedagógicas: transmissão de informações versus construção do conhecimento, formação do cidadão e desenvolvimento de visão crítica e analítica;● Pertinência do currículo: concepção e prática;● Relevância social e científica da pesquisa;● Pesquisa versus desenvolvimento local/regional;● Grau de satisfação dos usuários;● Critérios, participação de pesquisadores, publicação e divulgação dos resultados;● Concepção de extensão de intervenção;● Formas de articulação e integração;● Participação dos estudantes nas ações e grau de impacto na formação;● Grau de impacto na comunidade;● Políticas de criação expansão e manutenção;● Política de melhoria da qualidade; e● Formação de pesquisadores e profissionais para a educação básica, técnica e tecnológica.
<p>3) Responsabilidade social da instituição</p>	<ul style="list-style-type: none">● Transferência de conhecimento e importância social das ações institucionais e o impacto nas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;● Ações de atenção a setores sociais excluídos;● Critérios de acesso a portadores de necessidades especiais e estratégias didático-pedagógicas específicas● Critérios de abertura de cursos e ampliação de vagas;● Critérios de benefícios;● Contribuições com: a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural;● Realizações de ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania;● Políticas de formação de pesquisadores e docentes; e● Grau de envolvimento discente com Pós- graduação.
<p>4) Comunicação com a sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none">● Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;● Imagem da instituição nos meios de comunicação social; e● Disposição para o diálogo racional.



5) Políticas de pessoal de carreira do corpo docente e corpo técnico administrativo	<ul style="list-style-type: none">● Regulamentação do Plano de Carreira;● Programas de qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida;● Clima institucional, relação interpessoal, grau de satisfação pessoal e profissional; e● Índice de Qualificação docente.
6) Organização e gestão da Instituição	<ul style="list-style-type: none">● Existência de planos de gestão/metabolismos, adequação ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura oficial do IFMT;● Funcionamento, composição e atribuições dos órgãos colegiados;● Ações proativas da Gestão;● Uso da gestão e tomada de decisões institucionais;● Modo de participação dos atores na gestão; e● Investimento na comunicação e circulação da informação.
7) Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none">● Número de dependências (sala de aula, laboratórios, sala de docentes, dentre outros);● Existência de políticas de conservação, atualização, segurança e estímulo à utilização; e● Adequação e nível de funcionalidade.
8) Planejamento e Avaliação Institucional	<ul style="list-style-type: none">● Adequação e efetividade do planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico e projetos pedagógicos dos cursos;● Existência do planejamento institucional e de mecanismos de avaliação e acompanhamento, especialmente das atividades educativas;● Discussão e divulgação dos resultados versus cumprimento das finalidades e retroalimentação do processo;● Grau de envolvimento/participação para assegurar o comprometimento; e● Ações para a melhoria contínua.
9) Política de atendimento ao estudante	<ul style="list-style-type: none">● Políticas de acesso, seleção e permanência do aluno na Instituição; e● Políticas de participação em atividade de ensino/pesquisa /extensão, e outros;● Mecanismos/sistemáticas para melhoria das atividades educativas;● Tempo médio de conclusão; e● Acompanhamento de egressos, criação de oportunidades de formação continuada, inserção profissional e participação destes na vida da instituição.



10) Sustentabilidade Financeira	<ul style="list-style-type: none">● Sustentabilidade financeira;● Captação e alocação de recursos e Controle orçamentário; e● Políticas direcionadas à aplicação de recursos.
--	---

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

16.1.6. Instrumentos de Autoavaliação

Quadro 37 – Instrumento de avaliação		
INSTRUMENTO	QUEM AVALIA	O QUE AVALIA
Questionário 1	Discente	Curso, coordenação de curso, autoavaliação, infraestrutura da instituição, desempenho docente, corpo técnico-administrativo.
Questionário 2	Docente	Curso, coordenação de curso, disciplina ministrada, autoavaliação, infraestrutura da instituição, desempenho discente, corpo técnico-administrativo.
Questionário 3	Técnicos administrativos	Ambiente de trabalho, condições de trabalho, autoavaliação, infraestrutura da instituição.

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

16.2. Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Para que a avaliação cumpra sua missão, ou seja, sirva de instrumento para o aperfeiçoamento da Instituição, promovendo a melhoria da qualidade e a pertinência das atividades desenvolvidas, é realizada análise criteriosa dos resultados do processo de autoavaliação, e, quando disponíveis, dos resultados da Avaliação Institucional Externa (<http://cpa.ifmt.edu.br/sai/>), do IGC, da Avaliação dos Cursos de Graduação, do ENADE e da Pesquisa de Satisfação.

Os resultados servem para que a Instituição identifique os acertos e as ineficiências, as vantagens, potencialidades e as dificuldades, envolvendo-se num processo de reflexão sobre as causas das situações positivas e negativas.

O conhecimento gerado pela avaliação e disponibilizado à comunidade acadêmica, aos avaliadores externos e à sociedade, terá uma finalidade clara de

priorizar ações de curto, médio e longo prazo, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas que comprometam a Instituição com o futuro.

Considera-se que esse conhecimento associado às mudanças e desafios que vêm se apresentando para a sociedade como um todo, possibilitará ao IFMT o estabelecimento de novos patamares institucionais, como indutor do desenvolvimento sustentável e de relevância social.

Dessa forma, os resultados da avaliação são disponibilizados ao Conselho Superior, a quem compete, caso entenda necessário, a (re)definição e implementação das políticas que o processo avaliativo sugerir. Os resultados da avaliação vem subsidiando e continuarão subsidiar as ações internas e a (re) formulação do Plano de Desenvolvimento da Instituição, do Projeto Pedagógico Institucional, PPCs e outros documentos e normas institucionais.

Assim, o processo de auto avaliação institucional continuará a produzir subsídios para proposição de melhorias para o próximo PDI da Instituição, buscando nos relatórios das avaliações e nas sugestões neles contidas instrumentos de correção de rotas e de estabelecimento de condutas para melhoria da estrutura organizacional, bem como a adoção de ações necessárias para o saneamento de deficiências identificadas e o fortalecimento de outras ações para consolidar a missão da Instituição.

Os resultados das avaliações são amplamente divulgados, utilizando-se diversos meios, tais como: site institucional, reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

16.3. Procedimentos de Atendimento aos Estudantes

A maior preocupação no atendimento aos estudantes é sem dúvida a inclusão, sendo esta entendida como viver a experiência da diferença, que tem como premissa, a não discriminação de estudantes devido a sua classe social, deficiência, cor, orientação sexual, estado nutricional, e/ou qualquer outra característica da pessoa. Assim, o IFMT possui política de atendimento aos estudantes organizada de acordo com as necessidades dos acadêmicos,

procurando atendê-los no seu ingresso, na sua permanência até a conclusão do curso escolhido.

16.3.1. Admissão de novos estudantes

A Diretoria de Políticas de Ingresso, entre outros, tem como objetivo acompanhar e auxiliar os futuros estudantes com informações importantes sobre o processo de admissão/seleção aos cursos oferecidos, tais como a escolha da futura carreira, esclarecimento sobre o curso escolhido, orientação de como se preparar as provas, orientação para inscrição e documentação para a matrícula. Para os estudantes da modalidade a distância a integração ocorrerá nos polos de apoio presencial e ou ambientes profissionais vinculados ao curso.

16.3.2. Apoio Psicopedagógico

O apoio psicopedagógico é disponibilizado pelo IFMT por meio do NAPNE de cada campus e visa intervir nos processos cognitivos, emocionais, sociais, culturais, orgânicos e pedagógicos do estudante, oferecendo suporte e atuando sobre os fatores que possam interferir no seu sucesso acadêmico e profissional. O Apoio psicopedagógico busca apoiar em especial o estudante ingressante, encaminhando propostas de superação de obstáculos que estejam criando impedimentos no seu processo de integração e de desenvolvimento acadêmico. Aos cursos da modalidade a distância do Apoio psicopedagógico também atuará no suporte aos polos de apoio presencial e ambientes profissionais vinculados aos cursos por meio de ferramentas tecnológicas presentes no AVA.

Dessa forma, serão objetivos do Apoio psicopedagógico:

1. Atender à demanda de estudantes que tenham interesse em discutir e refletir sobre seu processo de aprendizagem e adaptação às exigências da vida universitária;
2. Mediar situações que envolvam o relacionamento do estudante com os demais profissionais da Instituição;
3. Atender pais e/ou responsável de estudantes que, por algum motivo, necessitem de uma escuta ou de algum esclarecimento sobre o processo ensino-aprendizagem e de adaptação do estudante ao contexto acadêmico;
4. Oferecer ao estudante escuta psicológica, em caráter focal e breve, nas

situações de demanda emergencial, providenciando encaminhamento para acompanhamento psicológico específico, quando necessário;

5. Oferecer suporte necessário à demanda de docentes/tutores e coordenadores, para um melhor aproveitamento no processo ensino-aprendizagem e orientação no trato de estudantes portadores de algum tipo de necessidade educacional especial;

6. Desenvolver atividades de pesquisa sobre o perfil do estudante e suas expectativas relacionadas a diversos temas;

7. Empreender ações que visem discutir, promover e ampliar condições para catalisar o amadurecimento pessoal, psicológico e profissional do corpo discente do IFMT.

16.3.3. Atendimento para a carreira e Acompanhamento de egressos

Para apoiar a implementação do Estágio Supervisionado e preparar o estudante para planejar sua carreira profissional, o IFMT conta com a PROEX um Setor Extensão em cada campus, que é responsável pela orientação e encaminhamento dos estudantes para o mercado de trabalho, oferecendo-lhes suporte para buscar as melhores oportunidades. O setor tem, entre outros, como objetivo captar vagas de estágio e emprego, junto às organizações parceiras, divulgando-as nos ambientes do IFMT, inclusive no site, em ícone/link específico. Além disso, esse Setor capacita o estudante para participar de processos seletivos, realizando entrevistas simuladas, utilizando ferramentas como dinâmica de grupo, entre outros, fornecendo ao final realimentação quanto aos seus pontos positivos e pontos em que deve melhorar o desempenho, sugerindo-lhe como fazê-lo. Também realiza palestras e eventos abordando temas fundamentais (postura profissional nas entrevistas de seleção, etiqueta empresarial, como elaborar um currículo, feira de estágios, etc.). Adicionalmente, a Extensão dedica-se à articulação dos estudantes e egressos com o mercado de trabalho. Para isso, o IFMT fará parceria com as principais empresas atuantes na região de atuação. As empresas parceiras participarão da gestão do IFMT, provendo constante feedback quanto ao currículo e ao perfil do mercado. Para o IFMT, será importante que seus estudantes conquistem posição de destaque no futuro. Pensando nisso, será desenvolvida

estrutura que promoverá treinamento e monitora a inserção dos egressos no mercado de trabalho, conectando-os às empresas parceiras e às oportunidades que surgirem. Caberá também ao Setor de Extensão o acompanhamento de egressos, analisando a colocação dos profissionais no mercado de trabalho, bem como estimulando seu contínuo aprendizado, através de cursos de extensão e de pós-graduação. Os egressos do IFMT formarão uma comunidade organizada que poderá ser acessada por meio da página na Internet. Assim, será possível consultar os estudantes diplomados pelo IFMT, bem como manter contato intermitente com eles, o que permitirá acompanhar a evolução na carreira e atualizá-los quanto à oferta de cursos e outras atividades acadêmicas.

16.4. Corregedoria

Unidade de controle interno, voltada para prevenção, apuração e punição relativa a ilícitos cometidos por servidores no exercício da função ou pelas empresas contratadas pela administração pública, conforme preveem o Decreto 5.480, de 30 de junho de 2005; a Lei n°. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e a Lei n°. 12.846 de 1º de agosto de 2013.

Setor de assessoramento ao Reitor, com vistas a definir, padronizar, sistematizar e normatizar os procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição, com vistas a aperfeiçoar os procedimentos relativos às sindicâncias, processos administrativos disciplinares e processos administrativos de responsabilização.

16.5. Política Institucional de Comunicação

De acordo com as Diretrizes para as Avaliações das Instituições de Educação Superior, 2004. p.9:

A comunicação com a sociedade identifica as formas de aproximação efetiva entre a IES e a sociedade, de tal sorte que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como que a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade, ao repartir com ela o que produz e as informações que detém.

Assim, comunicação institucional do IFMT objetiva difundir informações de interesse público sobre a filosofia, as políticas e as práticas da Instituição,

ênfatizando sua missãõ, seus valores e objetivos, colaborando, assim, com a construãõ da imagem e da identidade do IFMT, tanto onde estã inserida sua sede, quanto onde estãõ credenciados seus Polos de Apoio Presencial e ou Ambientes Profissionais Vinculados aos Cursos.

A gestãõ da comunicaãõ serã executada pela Assessoria de Comunicaãõ - ASCOM com o apoio dos *campi*.

Internamente, o IFMT buscarã desenvolver ações que privilegiem a interaçãõ com todas as pessoas a ele vinculadas, envolvendo seus estudantes e servidores. A preocupaãõ com a integraãõ entre seus membros é muito privilegiada.

Externamente, o IFMT busca se comunicar com a sociedade, investindo na interlocuãõ com diferentes setores da instituiãõ.

Destaca-se que atualmente todas as mídias internas e externas sãõ criadas pelo IFMT, através da ASCOM, assim mantendo uma publicidade ampla e dinãmica que se pautam pela exigênciã de manter canais e fluxos de comunicaãõ interno e externo alinhados às polítiãas institucionais, bem como de favorecendo a socializaãõ de informaãões. Para isso, valoriza a comunicaãõ orientada pela efetividade, credibilidade e dialogicidade, numa perspectiva participativa.

A atuaãõ da comunicaãõ interna e externa do IFMT é assegurada por meio das seguintes ações:

- Comunicaãõ Corporativa interna com estudantes e servidores: comunicados, videoconferênciãas, e-mail marketing, Whatsapp e SMS, entre outros;
- Comunicaãõ Externa: Comunicaãõ em ambiente online e off-line que possam dar visibilidade ao IFMT;
- Envio de releases para publicaãõ gratuita em espaãõ de mídiã local, também onde os Polos de Apoio Presencial ou Ambientes Profissionais Vinculados estãõ inseridos, visando estreitar os laãõs em prol da comunicaãõ local e regional;
- Pesquisa externa com estudantes e ex-estudantes para aferir a popularidade do IFMT;
- Site Institucional atualizado.

Destaca-se também outras formas de comunicaãõ do IFMT com a sociedade,

as quais seguem:

- Divulgação dos resultados dos relatórios de autoavaliação institucional – coordenadas pela Comissão Própria de Avaliação, através do site institucional, ambiente próprio da CPA, informativos: docentes, técnicos- administrativos, estudantes e aos Polos de Apoio Presencial e ou Ambientes Profissionais Vinculados;
- Vídeos explicativos e de divulgação de resultados;
- A participação de pessoas da sociedade civil na composição da CPA e CONSUP;
- A participação de estudantes na Comissão Própria de Avaliação;
- Participação de estudantes nos Colegiados de Curso;
- Comunicados para os Polos de Apoio Presencial e ou Ambientes Profissionais Vinculados sobre os resultados e melhorias empreendidos, entre outros;
- Participação de estudante no Conselho Superior.

Além de toda a comunicação realizada pela ASCOM e pela participação de estudantes e sociedade civil em órgão institucionais, o IFMT possui canais de comunicação com estudantes, comunidade em geral, os quais seguem:

- Ouvidoria/E-SIC
- Pesquisa de Satisfação dos Serviços da Reitoria

16.5.1. Ouvidoria / E-SIC

Este setor atende aos membros da comunidade externa e interna (estudantes, docentes e colaboradores de todos os polos de apoio presencial), e a ouvidoria é o órgão oficial de recebimento de denúncias dentro do IFMT realizando os encaminhamentos pertinentes conforme os problemas apresentados e auxilia na resolução e prevenção de conflitos. Atua de forma isenta e independente, com caráter mediador e estratégico.

Os princípios norteadores de seu atendimento são o respeito, a ética, a solidariedade e o sigilo e a cidadania. Os parâmetros norteadores de conduta são:

integridade, transparência, imparcialidade. Nenhuma manifestação é assumida sem critérios éticos, para garantir a eficácia da resposta.

Os atendimentos ocorrem das seguintes formas: eletrônica (email), telefônica e sistema e-ouv. E, o tempo de duração dos atendimentos e da solução dos problemas decorre da complexidade de cada demanda, tendo como limite máximo 20 (dias), conforme estabelece a Lei nº 13.460/2017.

A Ouvidoria atua conjuntamente com o Serviço de Informação ao Cidadão. Instrumento de cidadania, é uma instância que atua no sentido de garantir os direitos dos usuários, em conformidade com as legislações vigentes, dentre elas a Lei Nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Decreto Nº 9.094, de 17 de julho de 2017, Instrução Normativa 05/2018 e Regimento Geral que preconiza, dentre outras, as competências:

- Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias referentes ao desenvolvimento das atividades exercidas pelos servidores e discentes do Instituto Federal de Mato Grosso;
- Acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação, providências tomadas;
- Recomendar e propor soluções às instâncias pedagógicas e administrativas, quando forem necessárias, para melhoria dos serviços prestados, com relação às manifestações recebidas;
- Realizar, no âmbito de suas competências, ações para avaliar a procedência das reclamações, assim como apurar eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade ocasional de instauração de sindicâncias, auditorias e procedimentos administrativos pertinentes;
- Promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes;
- Sugerir a expedição de atos normativos e de orientações, com o intuito de corrigir situações inadequadas ao serviço prestado pelo IFMT;
- Propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta Lei;
- Notificar, em atendimento à Lei de Acesso à Informação, o agente ou seu

superior, quando da negativa de informação e/ou atraso que descumpra a legislação.

16.5.2. Pesquisa de Satisfação dos Serviços da Reitoria

A pesquisa de satisfação dos serviços da reitoria tem como base o Decreto Nº 9.094/2017, Art. 20. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal deverão utilizar ferramenta de pesquisa de satisfação dos usuários dos seus serviços, constante do Portal de Serviços do Governo federal, e do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e utilizar os dados como subsídio relevante para reorientar e ajustar a prestação dos serviços.

A pesquisa tem por objetivo, identificar o nível de satisfação quanto aos serviços e poderá servir de ferramenta para a tomada de decisão na implantação de melhorias nos serviços prestados.

16.6. Gestão de Riscos

A gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. Esse processo é essencial para a boa governança (Decreto nº 9.203/17), uma vez que fornece garantia razoável para que os objetivos planejados pela instituição sejam alcançados.

No IFMT, a estrutura de gestão de riscos é composta pela Política de Gestão de Riscos, pela Comissão Permanente de Gestão da Integridade; e pelo Processo de Gestão de Riscos, que ainda deverá ser implementado, conforme apresentado no quadro a seguir:



Quadro 38 – Estrutura da Gestão de Riscos no IFMT

Componentes da estrutura	Principais características	Composição
POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS	Objetivo de estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como orientar a identificação, a análise, avaliação, tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais	Resolução CONSUP n° 03/2018
COMITÊ DE GOVERNANÇA	Responsável pela revisão da política de gestão de riscos e aprovar o processo de gestão de riscos. Elaborar, coordenar, manter e revisar periodicamente o processo de gestão de riscos, alinhado às estratégias institucionais. E realizar análise crítica periódica do processo de gestão de riscos do IFMT	Resolução CONSUP n° 03/2018
COMISSÃO DE INTEGRIDADE	Os agentes de integridade são servidores designados pelo Reitor do IFMT para representar suas unidades nas discussões e decisões e no apoio à implementação e à evolução do Programa de Integridade do IFMT	* 05 Servidores nomeados pelo Reitor
PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS	É o conjunto de atividades contínuas realizado em todos os níveis da organização, desde a definição das estratégias até a execução das atividades operacionais	Em construção

Fonte: Política de Gestão de Riscos do IFMT, resolução CONSUP n° 03/2018

A Política de Gestão de Riscos do IFMT tem como objetivo estabelecer conceitos, diretrizes, atribuições e responsabilidades do processo de gestão de riscos, bem como orientar a identificação, a análise, avaliação, tratamento, o monitoramento e a comunicação dos riscos institucionais.

O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável: pela revisão da política de gestão de riscos e aprovar o processo de gestão de riscos; por elaborar, coordenar, manter e revisar periodicamente o processo de gestão de riscos, alinhado às estratégias institucionais; e realizar análise crítica periódica do processo de gestão de riscos do IFMT.

O Processo de Gestão de Riscos representa o conjunto de atividades contínuas realizado em todos os níveis da organização, desde a definição das estratégias até a execução das atividades operacionais. No IFMT, o Processo de Gestão de Riscos compreende: as atividades de estabelecimento do contexto; avaliação dos riscos; tratamento dos riscos; comunicação e consulta; monitoramento e análise crítica. O Processo de Gestão de Riscos será efetivado em ciclos anuais, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos, aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Como a análise, avaliação e gestão de riscos devem estar associadas ao tema da integridade, instituiu-se a comissão de integridade do IFMT, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção, punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção em apoio à boa governança.

16.7. Projeto de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico em Meio Físico e Digital

O IFMT, terá como premissa atender ao art. 104 do Decreto Federal nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017: *“Os documentos que compõem o acervo acadêmico das IES serão convertidos para o meio digital, mediante a utilização de métodos que garantam a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, nos termos da legislação”*. Desta forma, o IFMT assume a responsabilidade de manter organizado o seu acervo acadêmico tanto em meio físico quanto em meio digital.

O IFMT estará inicialmente convertendo os acervos acadêmicos dos ingressantes para o meio digital, seguindo os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos de acordo com regulamentação a ser definida pelo Ministério da Educação.

Considerando a legislação em vigor o IFMT manterá permanentemente

organizado todos os documentos produzidos e recebidos de processos administrativo e acadêmicos, e, em condições adequadas de conservação tanto em meio físico quanto digital, os quais deverão ser mantidos em um arquivo de fácil acesso e de pronta consulta, o qual poderá ser consultado a qualquer tempo pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como pelos órgãos e agentes públicos atuantes para fins de regulação, avaliação e supervisão.

Destaca-se que, o IFMT considera como Acervo Acadêmico os documentos acadêmicos produzidos e recebidos em decorrência do exercício administrativo e acadêmico do IFMT, cuja estrutura foi definida na Portaria Normativa MEC Nº 315/2018.

16.7.1. Objetivo

Manter os acervos acadêmicos em meio digital, seguindo os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos, garantindo desta forma, a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais, que se encontram no meio físico.

16.7.2. Justificativa

Tendo em vista a demanda de documentos que o IFMT recebe dos estudantes de todo o estado, será necessário a implementação de uma Política de Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico passando do meio físico para o meio digital, respeitando os prazos de guarda e de manutenção dos acervos físicos.

Compreende-se que em meio às tecnologias de armazenamento de informações, as instituições de ensino devem buscar a melhoria e a agilidade de seus processos, facilitando a busca documental, sem perder a integridade das informações do documento físico.

Desta forma, o referido projeto, tem a premissa de garantir à guarda e à manutenção do Acervo Acadêmico, ou seja, a organização de documentos de arquivo relativos às atividades acadêmicas e administrativas, realizadas pelo IFMT. Essa gestão de documentos garantirá o cumprimento previsto nos prazos de guarda, destinações finais e observações previstas na legislação vigente. Desta forma, o IFMT manterá permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmico sob sua

guarda.

Destaca-se que, o IFMT terá como representante legal, o Pró-Reitor de Ensino e um Arquivista lotado na PROEN, que serão os responsáveis pela guarda, conservação e manutenção do Acervo Acadêmico.

O IFMT, no intuito de melhorar o processo de guarda e manutenção dos documentos trabalhará com dois meios de guarda: Físico e Digital. A seguir, tem-se a descrição de cada um deles.

16.7.3. Formas de Gestão dos Documentos

Para efeitos da gestão de documentos, consideram-se documentos de arquivo aqueles produzidos, recebidos e acumulados no decorrer das atividades acadêmicas e administrativas, relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, que sirvam como referência, prova, informação e/ou fonte de pesquisa.

No IFMT, os documentos de arquivo serão classificados em correntes, intermediários e permanentes:

- I. **Documentos correntes** – São aqueles que estão em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.
- II. **Documentos intermediários** – São aqueles que, não sendo de uso corrente nas unidades que os produziram e/ou receberam por razões de interesse administrativo, aguardam recolhimento para guarda permanente ou eliminação;
- III. **Documentos Permanentes** – São documentos que apresentam valor histórico, probatório e/ou informativo, devendo ser preservados definitivamente.

Destaca-se que, os documentos definitivamente preservados, constituirão o arquivo permanente do IFMT.

Condições para o Desenvolvimento da Gestão de Documentos:

- I - Padronização das espécies documentais utilizadas na Instituição – Entende-se **Espécie documental** como a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.
- II - A utilização do Código de Classificação de Documentos de Arquivo – Este código é relativo às atividades-fim e da Tabela de Temporalidade e Destinação de

Documentos, que constam na legislação vigente.

- a) O Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos - são instrumentos que visam organizar, classificar e racionalizar os documentos produzidos no exercício das suas funções e atividades;
- b) O Código de Classificação de Documentos é o instrumento de trabalho que será utilizado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido pelo IFMT, no exercício de suas funções e atividades;
- c) A Tabela de Temporalidade estabelece prazos de retenção para os documentos, determinando e orientando os prazos previstos para a guarda provisória ou permanente;
- d) Os prazos de guarda referem-se ao tempo necessário para o arquivamento dos documentos nas fases corrente e intermediária, visando atender às necessidades da institucionais, observando-se os prazos;

III. Definição de um Sistema Informatizado de Gestão de Processos e Documentos para cadastramento, tramitação e arquivamento dos documentos produzidos e recebidos pelo IFMT.

16.7.4. Acervo Acadêmico em Meio Digital – Sistema Informatizado

O Sistema Informatizado compreenderá o conjunto de procedimentos e operações técnicas características do sistema de gestão arquivística de documentos, processado eletronicamente e aplicável em ambientes digitais ou híbridos, isto é, composto de documentos digitais e não digitais. Poderá compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos, ou uma combinação destes que possam garantir a confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade.

A seguir, tem-se a descrição das Características mínimas do Sistema informatizado a ser utilizado pelo IFMT para o gerenciamento e guarda de documentos enviados pelos acadêmicos.

16.7.5. Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

O IFMT buscará aumentar a segurança, a facilidade de acesso às informações e gerar ganhos de produtividade, para tanto adotará um Sistema de

Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED para manutenção e guarda do acervo acadêmico em meio digital.

Esse sistema, deverá contar com diversos recursos para captura, extração, manuseio e gerenciamento de dados em formato digital. Garantindo desta forma, o acesso rápido, rastreamento, confiabilidade e integridade das informações contidas em cada documento.

Além disso, deverá permitir a integração com bancos de dados, sistemas e controles de processos.

16.7.6. Avaliação de Documentos

A avaliação dos documentos é o processo de análise dos documentos a serem arquivados, onde serão definidos os prazos para guarda e a destinação, em conformidade com os valores que lhe são atribuídos. Para essa avaliação, o IFMT terá um grupo multidisciplinar, presidido pela PROEN, encarregado da avaliação de documentos no IFMT.

16.7.7. Responsáveis pela Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico

A PROEN deverá definir os instrumentos de organização e destinação de documentos, sendo que a classificação dos documentos será realizada nos arquivos correntes pelos seus produtores, de acordo com o Código de Classificação de Documentos.

Os documentos físicos transferidos ou recolhidos deverão estar organizados de acordo com o Código de Classificação de Documentos exigido, e devidamente acondicionados.

Para garantir a guarda e manutenção do acervo acadêmico, o IFMT terá o Pró-Reitor de Ensino como fiel depositário.

16.7.8. Procedimentos para a Implementação do Acervo Acadêmico em Meio Digital

- I. Levantamento da localização atual dos documentos dos diferentes setores e da forma de seu arquivo (papel, CD, GED, etc.);
- II. Levantamento das espécies documentais e dos itens arquivados nos sistemas utilizados pelo IFMT;

III. Definição do plano de ação, observando o disposto na Portaria Normativa MEC Nº 315/2018.

16.8. Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira

16.8.1. Demonstração da Sustentabilidade Financeira

O orçamento geral dos Institutos Federais é aprovado pelo Ministério da Educação a partir das diretrizes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), o qual, junto ao Ministério da Educação, estabelecem os critérios de rateio orçamentários, denominado de “Matriz CONIF”. Entre esses critérios, destaca-se o “aluno equivalente”, principal indicador para fins de análise dos custos de manutenção da Rede Federal, previsto na Lei de Criação dos Institutos Federais (art. 8º § 1º, da Lei nº 11.892/2008), e em consonância com a relação mínima de estudantes por professor, estabelecida no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Norteia a Matriz CONIF o “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos”, e o “Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia”, documentos que subsidiam o planejamento dos cursos, como exemplo, a infraestrutura mínima requerida para o seu pleno funcionamento.

Anualmente, a partir das metas definidas no PDI 2019-2023, a Reitoria do IFMT em conjunto com o Colégio de Dirigentes, deliberará sobre a divisão do montante de recursos destacados na Matriz CONIF ao IFMT, utilizando das políticas previstas no PDI para ensino, pesquisa e extensão para destinar valores a Reitoria, Pró-Reitorias e aos seus 19 *campi*.

No âmbito do Instituto Federal de Mato Grosso, o orçamento estabelecido na Matriz CONIF é executado para atender as ações dos diversos níveis e modalidade de educação, e também aos eixos do ensino, pesquisa e extensão, conforme dispõe o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Além do PDI, a execução do orçamento nos 19 *campi* do IFMT é acompanhada pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD), como atividade fim da Pró-Reitoria, o que é evidenciada com sua participação no Colégio de Dirigentes do IFMT, conforme dispõe o Estatuto do IFMT. Como metodologia de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução orçamentária e também financeira, a PROAD faz uso de consultas gerenciais emitidas por meio do Sistema “SIAFI – Gerencial”, sistema construído em

uma plataforma de business intelligence.

Além dos recursos estabelecidos e rateados ao IFMT na Matriz CONIF, o IFMT busca, como objetivo estratégico, novas formas de captação de recursos, isso em consonância com seu caráter público e com a democratização do acesso. Como exemplos dessa ação estratégica, citamos os Termos de Execução Descentralizados (TED) com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ambos celebrados com objetivo de ampliar as vagas para Educação a Distância (EAD).

Como ferramenta de acompanhamento e avaliação, o IFMT faz uso dos indicadores acadêmicos e administrativos institucionalizados estabelecidos nos Acórdão TCU nº 2.267/2005, amplamente divulgados e disponibilizado ao público na Plataforma MEC “Nilo Peçanha”, acessando o link <https://www.plataformanilopecanha.org/#>

A sustentabilidade financeira abrange o provimento dos orçamentários e financeiros para viabilizar uma gestão necessária ao bom funcionamento de cursos e programas já implementados, bem como para viabilizar investimentos necessários à expansão de cursos e programas, em consonância com a missão, políticas objetivos e metas institucionais.

A gestão orçamentária e financeira do IFMT tem como premissa a preservação da sustentabilidade financeira. O IFMT trabalha com recursos federais e com as receitas próprias e recursos de parcerias com instituições públicas e privadas.

16.8.2. Estratégias da Sustentabilidade Financeira

O princípio da sustentabilidade financeira no IFMT compreende a estrutura técnica especializada, os procedimentos operacionais que geram e acompanham as estratégias definidas pelo IFMT a serem consideradas nos próximos cinco anos.

As estratégias são as seguintes:

- Realizar anualmente o planejamento orçamentário seguindo o princípio da gestão participativa;

- Buscar recursos necessários para a sustentabilidade do IFMT, devendo manter a estrutura de funcionamento dos cursos e programas;
- Orientar os gestores a considerar, constantemente os aspectos da sustentabilidade em seus projetos e decisões, como princípio filosófico do IFMT para a gestão de cursos, programas e setores administrativos, na perspectiva de gerar resultados.

16.8.3. Sustentabilidade Financeira: Participação da Comunidade Interna

O processo de programação orçamentária inicia-se no mês de fevereiro do ano anterior ao de sua execução e, a partir de então, são revistos todos os planos de ação no ano corrente e a programação para o ano seguinte. Uma vez consolidada a proposta de orçamento, ela poderá ajustada no ano de sua execução, considerados então os resultados dos indicadores estabelecidos e liberação de limites orçamentário ou cortes de dotação orçamentária. Esses dois últimos ocorrem por parte do Governo Federal.

A alocação dos recursos segue a metodologia de composição de orçamento anual, a qual tem por base indicadores do Ministério da Educação, como, por exemplo, o número de matrículas e custos para funcionamento dos cursos. Por conseguinte, de posse do orçamento estimado para o exercício seguinte, **todos os segmentos do IFMT** apresentarão os seus planos anuais de atividades que, uma vez aprovados, serão compatibilizados com o quadro de disponibilidades orçamentárias a ser executadas conforme planejamento. Os setores receberão as informações de seus planos aprovados e mediante procedimento interno passarão a realizar os seus planos nos meses previstos para as ações planejadas.

Nesse período de execução do planejamento é realizado um acompanhamento por parte da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) quanto às liberações de limite orçamentário e análise de eventuais cortes de dotação orçamentária. Caso algum desses eventos ocorram de forma a prejudicar a execução do planejamento, a PROAD informa a todos os segmentos do IFMT a necessidade de readequação do planejamento.

As estratégias de elaboração e discussão da Matriz Orçamentária possibilitam a divulgação e participação da comunidade interna. Isso porque, para atender a estrutura multicampi do IFMT, a PROAD, instância superior no IFMT

diante de suas competências regimentais, discute com os Dirigentes de Administração dos seus 19 Campi o rateio, o planejamento das despesas fixas e variáveis, bem como diretrizes para discussão com as comunidades interna locais (administrativa e acadêmica), orientando, quando for o caso, acerca de medidas essenciais para o correto planejamento orçamentário. Por sua vez, os Dirigentes de Administração operacionalizam palestras e oficinas com representantes da comunidade acadêmica (Técnicos Administrativos e Professores) a gestão e alocação de recursos da instituição. Da mesma forma, a Pró-Reitoria disponibiliza em sua página institucional ferramentas para colaborações, críticas e sugestões, bem como divulga amplamente a legislação (interna e externa), as auto avaliações, os Relatórios de Gestão (indicadores) e outros documentos (<http://proad.ifmt.edu.br/>).

Periodicamente a PROAD e a DSGP proporcionam, aos membros dos colegiados, gestores da reitoria e campus, cursos de gestão pública e orçamentária em parceria com os órgãos de controle interno e externo com o objetivo de capacitar para a gestão de recursos, tais como, definição de orçamento, captação de recursos, acompanhamento e execução orçamentária.

17.0. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

Conforme descrito no **Capítulo 1 - Perfil Institucional** o IFMT dispõe atualmente de 20 (vinte) unidades em funcionamento, dispondo da seguinte infraestrutura física:

Figura 9 – Infraestrutura do IFMT



As instalações do IFMT atendem às necessidades institucionais, considerando-se a sua adequação às atividades, a acessibilidade, de forma a manter-se neste patamar há um Plano de Manutenção, por meio de contrato com empresa especializada em manutenção, que teve início de implantação em 2017.

A infraestrutura da Reitoria e dos Campi do IFMT está descrita no sistema e-MEC, sendo que todas as instalações administrativas e acadêmicas atendem às necessidades institucionais, passando por verificações periódicas, manutenção preventiva e corretiva, bem como atualização (física e tecnológica) que garantem a possibilidade de aplicação de recursos inovadores e também o atendimento diferenciado.

Entre os ambientes descritos no e-MEC, existentes nos campi, são limpos, arejados, climatizados, bem iluminados, conservados e salubres, dispendo de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de boa acústica, ventilação, de equipamentos, de acesso à internet e de mobiliário adequado proporcionando conforto, e quando necessário a privacidade, para o desenvolvimento das atividades administrativas e acadêmicas. Entre outros, destacamos os seguintes ambientes existentes nos campi:

1. áreas administrativas para atendimento com qualidade aos servidores, estudantes e comunidade em geral;
2. salas de aula amplas e adequadas ao número de estudantes por turma;

3. ao menos uma sala ampla onde funciona auditório e ou sala multiuso;
4. gabinetes e ou estações de trabalho para docentes tempo integral e tutores EaD, que corresponde à sala de docentes;
5. espaços para atendimento aos estudantes: Recepção, Coordenações, Secretaria, NAPNE, Cantina, Área de Convivência e alimentação;
6. infraestrutura física e tecnológica para CPA;
7. instalações sanitárias distribuídas pelas instalações, havendo sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais;
8. biblioteca disposta de sistema informatizado e acervo que atende às áreas de seus cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação;
9. salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente;
10. laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas para todos os cursos.

Com relação a infraestrutura da reitoria destacamos a existência de:

1. áreas administrativas para atendimento com qualidade aos servidores, estudantes e comunidade em geral;
2. auditório;
3. ambientes para atendimento a servidores e estudantes: Recepção, Pró-reitorias, diretorias, Área de Convivência e alimentação; infraestrutura física e tecnológica para CPA central;
4. instalações sanitárias distribuídas pelas instalações, havendo sanitários adaptados para portadores de necessidades especiais;
5. salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.

Destacamos ainda, que tanto na reitoria quando nos campi há servidores designados para atendimento e apoio aos docentes, tutores EaD em suas tarefas, tais como: recepção e comunicação com os estudantes; reprodução e impressão de materiais diversos; reservas de salas e laboratórios para aulas e reuniões acadêmicas; entre outros.

As Bibliotecas dos campi do IFMT, possuem acervo que atende às áreas de seus cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação. O acervo geral é formado por livros, dicionários, periódicos e multimeios (CDs e DVDs), com o

objetivo de atender docentes, tutores EaD e estudantes. Além disso, a biblioteca oferece aos estudantes uma ampla base de dados digital com acesso ao conteúdo completo de artigos em diversas áreas de conhecimento.

As Bibliotecas dispõe ainda de sistema informatizado, e contam com recurso para que tanto os docentes/tutores quanto os discentes tenham acesso remoto ao acervo completo; por meio da internet, é possível fazer consultas sobre os materiais disponíveis para consulta local e para empréstimo, solicitar reservas de publicações do acervo e efetuar renovações de empréstimos.

Por fim destacamos alguns aspectos comuns em toda infraestrutura do IFMT, tanto da reitoria quanto dos campi:

LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

A Pró-reitoria de Administração possui um plano de manutenção dos ambientes administrativos, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações.

Cada campus possui contrato próprio com empresa responsável pela limpeza e manutenção, em conformidade com o plano de manutenção das salas de aula, com rotinas diárias de limpeza e conservação dessas instalações. As cadeiras e mesas eventualmente danificadas são substituídas regular e tempestivamente.

ILUMINAÇÃO, ACÚSTICA E VENTILAÇÃO

Os espaços administrativos e acadêmicos do IFMT são ventilados e ou climatizados, possuem adequada acústica, iluminação, ventilação e contém mobiliário confortável e adequado ao desenvolvimento de atividades administrativas.

Todas as salas de aula e ambientes acadêmicos são climatizadas, com acústica, iluminação, ventilação e mobiliário confortável e adequado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, dispondo ainda de recursos de acessibilidade. Estão disponíveis nos campi recursos audiovisuais (projektor multimídia fixo e computador com acesso à internet), equipadas com quadros brancos, telas de projeção retrátil e carteiras com prancheta frontal, proporcionando o conforto e funcionalidades adequadas aos estudantes e docentes. Recursos de áudio estão disponíveis de forma permanente em algumas salas de aula.

SEGURANÇA

No que tange à segurança, todos necessitam de identificação para ter acesso às instalações. A identificação dos técnicos administrativos e docentes/tutores EaD dar-se-á por meio do uso de crachá.

Todas as bibliotecas possuem armários escaninhos com posições para guarda de materiais e um funcionário responsável pelo controle dos volumes.

ACESSIBILIDADE

O IFMT dispõe de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em conformidade com o PLANO DE PROMOÇÃO E GARANTIA DE ACESSIBILIDADE constante deste PDI.

PLANO DE EXPANSÃO FÍSICA

Como explicitado no capítulo específico o IFMT avalia anualmente a necessidade de ampliação de sua infraestrutura física em geral, de equipamentos, do acervo da biblioteca e seu espaço físico, observando os critérios de qualidade do SINAES, de forma a atender à demanda de implantação dos novos cursos.

BIBLIOTECA

As bibliotecas do IFMT oferecem serviços que incluem: - Empréstimo domiciliar; - Reservas on-line; - Renovação de empréstimo de obras presencial e on-line; Orientação bibliográfica; - Apoio para uso da normalização bibliográfica - ABNT; - Orientação para levantamento bibliográfico; - Apoio para utilização da Base de Dados de Periódicos Internacionais Multidisciplinar (EBSCO). Dessa forma, podemos afirmar que os serviços da biblioteca do IFMT atendem de maneira excelente às necessidades institucionais.

A área reservada para o acervo possui estantes, ambientes para estudos individuais e em grupo, para leitura de jornais e revistas, mesas e cadeiras.

O acesso ao acervo físico é livre, ou seja, o próprio usuário realiza a pesquisa, utilizando os terminais de consulta ou a busca direta. O acervo do IFMT é atualizado periodicamente, quando das revisões e atualizações dos PPCs, como explicitado no tópico específico deste PDI.

O sistema gerencial usado na biblioteca permite a emissão de todos os relatórios relacionados ao acervo: empréstimos, quantidade de livros, entre outros.

No geral as bibliotecas funcionam de segunda a sexta-feira das 7h30 às 22h e aos sábados das 8h às 12h.

EQUIPAMENTOS, ESPAÇO FÍSICO E ACESSO À INTERNET

Nas salas de apoio de informática dos campi existe ainda atendimento de Tecnologia da Informação (TI), o serviço de suporte aos usuários (Help Desk), a sala de servidores, roteadores, equipamentos e cabos de acesso à internet em banda larga que provê velocidade de até 10 Gbps para toda área acadêmica da instituição com redundância de 20 Mbps.

NORMAS DE SEGURANÇA

As normas de segurança estão disponíveis nos laboratórios, ambientes e cenários para práticas, nas sala de apoio a informática e nos laboratórios de informática. Há manuais com as normas de funcionamento, utilização e segurança dos equipamentos de TI.

ACESSIBILIDADE DIGITAL, ACESSIBILIDADE FÍSICA E CONDIÇÕES ERGONÔMICAS

A DSTI assegura a existência e adequação de hardware e software que promovam acessibilidade digital, acessibilidade física e condições ergonômicas de trabalho à comunidade acadêmica.

SERVIÇOS, SUPORTE, ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE E PLANO DE ATUALIZAÇÃO

A DSTI e as coordenações locais de TI são responsáveis pelo suporte e manutenção dos computadores e dos softwares para as diversas atividades administrativas e acadêmicas. A atualização de hardware e software também estão sob sua responsabilidade, sendo as atualizações de equipamentos e licenças de software feitas sempre que necessário, de acordo com o plano diretor de tecnologia de informação. Além disso, o helpdesk de TI provê atendimento aos estudantes, docentes, tutores EaD e técnicos administrativos no que tange à utilização de recursos computacionais, provendo os serviços de suporte.

17.1. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Todo processo de ensino-aprendizagem é mediado por modernas ferramentas tecnológicas da informação e comunicação, as quais atendem de maneira excelente às necessidades dos grupos a seguir.

DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES

A partir do portal institucional docentes, tutores e estudantes têm acesso aos diversos sistemas institucionais, inclusive o AVA. Este permite que as atividades acadêmicas de docentes, tutores e estudantes sejam mediadas por uma plataforma colaborativa de aprendizagem. Neste portal estão os projetos pedagógicos, planos de ensino, cronogramas de aula, materiais didáticos, fóruns de discussão. É nele que o docente/tutor EaD faz o registro de frequência dos estudantes e a postagem de material didático, avaliações e notas.

Por meio do portal, os estudantes tem acesso aos sistemas que possibilitam consultar notas e faltas, participar de fóruns de discussão, ter acesso a notícias atinentes à vida acadêmica, ouvidoria, horários de aula, entre outras. O processo se inicia pela alocação dos estudantes em turmas, sob a responsabilidade de um docente/tutor EaD, tanto no presencial quanto no ambiente virtual. Assim, cada turma ganha um espaço próprio, o qual é dotado de vários recursos. De forma automática, os dados básicos do plano de ensino serão transferidos para esse espaço, a partir do Projeto Pedagógico do Curso, o que inclui a Ementa, os Objetivos, os Conteúdos Curriculares e a Bibliografia. Feito isso, cabe ao docente/tutor lançar o seu Cronograma de Atividades e o seus Procedimentos de Avaliação. No Cronograma de Atividades, os docentes/tutores tem a oportunidade de anexar materiais didáticos por eles produzidos, os quais podem ser baixados livremente pelos estudantes. Além disso, no AVA é possível utilizar fórum de discussão, que é uma ferramenta de grande utilidade para a comunicação dos docentes-tutor com os estudantes, estudantes-estudantes. O AVA permite, ainda, o lançamento de notas e faltas pelos docentes. Todas as turmas, em todos os cursos, podem utilizar esse ambiente virtual como apoio às atividades presenciais no processo de ensino-aprendizagem.

O programa de capacitação de docentes e tutores EaD e Presencial é acessado pelo mesmo Portal.

Além do AVA, o IFMT possui portal público, o qual mantém um conjunto de informações institucionais e acadêmicas de interesse dos estudantes e da comunidade externa. Os eventos promovidos pelo IFMT são divulgados nesta página e todas as ações nas áreas de ensino, iniciação científica e extensão são aí disponibilizadas. Também há links para acesso direto a órgãos de fomento entre outros.

Para suportar esses recursos, o IFMT possui uma moderna infraestrutura de informática. Além disso, é disponibilizada rede de internet sem fio (WiFi) para que os estudantes acessem por meio de seus dispositivos móveis em todos os ambientes do IFMT.

Os laboratórios de informática de cada *campi* está equipado de computadores com acesso à internet à disposição dos estudantes, permitindo consultas aos sites de sua preferência e realizar suas atividades acadêmicas. O acesso é liberado com intuito acadêmico, por isso há filtros de conteúdo conforme política do IFMT (nudex, pornografia, pedofilia, drogas, ilegal, antiético, plágio, proxy, games, apostas, hack e p2p).

APOIO ADMINISTRATIVO

O pessoal técnico-administrativo tem à disposição um ferramental de tecnologias de informação e comunicação. O IFMT baseia seus processos administrativos em sistemas integrados de gestão, que engloba módulos de compras, patrimônio, pessoal, financeiros e contábeis, entre outros. As informações do portal acadêmico são integradas e consolidadas no sistema central integrado ao AVA, que mantém os registros de todas as turmas, docentes, avaliações, notas e registros de frequência, auxiliando o trabalho da secretaria acadêmica, núcleos de atendimento ao estudante e ao docente, e coordenações.

SOCIEDADE CIVIL

O IFMT possui um portal público, com informações institucionais de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade civil. Os eventos promovidos pelo IFMT serão divulgados nessa página e as ações nas áreas de ensino, pesquisa e extensão também. O IFMT também está presente nas principais redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram, de forma a propiciar mais um canal de

comunicação.

17.2. Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando os aspectos a seguir.

O IFMT dispõe de laboratórios de informática atualizados constantemente para acompanhar a evolução tecnológica. Tais laboratórios são para utilização acadêmico/pedagógica.

Além disso, todos os campi da instituição contam com rede sem fio - Wifi, cobrindo praticamente 100% de sua área. Para acessar a internet, o estudante ou docente / tutor utiliza as mesmas credenciais fornecidas para acesso aos micros dos laboratórios ou salas de aula.

PLANO DE ATUALIZAÇÃO

Segue um plano sistemático de atualização e investimento em laboratórios, de forma a atender à demanda dos cursos. Todos os computadores de uso acadêmico são atualizados de acordo com a necessidade de cada curso, nunca ultrapassando cinco anos de uso, sendo após este período destinados a descarte e substituídos por equipamentos novos com configurações adequadas para o atual nível do mercado.

ACESSIBILIDADE

Os laboratórios são dotados de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo que estudantes portadores de necessidades especiais tenham computadores adaptados por meio de softwares adequados às suas limitações.

17.3. Plano de Manutenção dos Laboratórios

A manutenção dos equipamentos de Laboratório e material de apoio é realizada por técnicos responsáveis do IFMT e também por técnicos de empresas contratadas.

A manutenção externa será realizada, regularmente, duas vezes por ano, mediante solicitação por escrito feita pelos monitores do laboratório e sempre que

se fizer necessário, pela equipe interna.

Os procedimentos de manutenção são divididos em 03 grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência. Os procedimentos de manutenção incluem as atividades de:

- substituição de peças ainda em condições de uso ou funcionamento cujo tempo de uso esteja próximo ao final do tempo de vida útil;
- reformas de instalações e equipamentos, de forma a minimizar a probabilidade da ocorrência de incidentes e interrupções nas rotinas de trabalho;
- reformas necessárias à implementação de novas atividades;
- reformas necessárias para a ampliação e/ou aumento da capacidade das atividades já existentes;
- consertos e reformas necessárias após a ocorrência de acidentes e/ou incidentes;
- reformas que atendem a minimização e/ou eliminação de riscos de acidentes de alta ou altíssima probabilidade.

17.3.1. Pessoal Técnico de Apoio

O pessoal técnico de apoio nos campi é orientado por um coordenador, capaz de oferecer o suporte aos usuários dos laboratórios, sejam eles estudantes ou docentes ou tutores. Esses profissionais estão disponíveis nos laboratórios durante os períodos previstos de funcionamento da Instituição.

17.4. Oferta de Educação a Distância

No Brasil em que grandes dimensões territoriais constituem uma dificuldade para a democratização do acesso à educação de qualidade e onde as desigualdades sociais ainda são significativas, à partir da Educação a Distância o IFMT busca alcançar estudantes desfavorecidos tanto geograficamente quanto socialmente, assim atendendo as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação para Educação Superior.

Neste sentido, o PDI 2019-2023 do IFMT destaca: um dos desafios e diretrizes da educação superior, consideradas no planejamento estratégico institucional, refere que a educação profissional e tecnológica com um currículo que

prepare os estudantes para atender às exigências do século XXI. Isto demanda novas abordagens, incluindo a Educação a Distância e o uso abrangente de novas TIC.

17.4.1. Abrangência Geográfica

Nesta perspectiva o IFMT, nos termos do art. 80 da Lei Nº 9.394, de 1996, e dos Decretos Nº 9.057 e Nº 9.235, ambos de 2017, em nível estadual e nacional, atenderá o que estabelecem as normas para a abertura de unidades e para a oferta de cursos presenciais e a distância.

Quanto a abertura de polos de apoio presencial o IFMT vive dois períodos. O primeiro momento, entre 2006 e 2011, está vinculado ao início da oferta na modalidade, fortemente ligada aos programas federais que visavam a sua popularização. Nesse momento, os polos de apoio presencial surgiram das necessidades regionais e o IFMT os atendia por meio de um convênio. É importante notar que, nesse mesmo período, o IFMT experimentava crescente expansão de seus campi, proporcionada pelo governo federal, totalizando 19 unidades no ano de 2017.

No segundo momento, a partir do final do ano de 2012 até os dias correntes, o IFMT ainda em crescente expansão, passa contar com mais polos de apoio presencial que são vinculados a programas, somando em 2018, o total de 25 polos. Alguns deles sediados na mesma cidade onde o IFMT mantém cursos presenciais, por meio de suas unidades próprias. Desta forma, com a sua abrangência por meio dos campi e de polos de apoio presencial mantidos por parcerias, a presença do IFMT passa a ser marcante no estado.

A partir desse cenário, de crescente expansão da EaD no IFMT, surgiu a necessidade de se reavaliar a atual abrangência da instituição para que seja possível propor a criação de polos institucionais em áreas ainda não contempladas tanto pela política de expansão do IFMT quanto pela própria iniciativa do município ou estado.

Com base nas discussões que os campi IFMT mantém em relação a proposta de novos cursos, tem-se a indicação propositiva na instalação de novos polos. Distante dos grandes centros, Mato Grosso é um estado com predominância de pessoas adultas (segundo as estimativas do IBGE para 2017), que almejam a

inserção no mundo do trabalho. Ou seja, o contingente de pessoas que já terminou o ensino médio e ainda não está no ensino superior constitui um nicho a ser atendido.

Nas demais regiões e considerando a necessidade de formação de docentes, o IFMT envidará esforços para atender, por meio da modalidade a distância, as demandas que assim apresentadas, respeitando o eixo tecnológico que é condizente à região, a presença das unidades institucionais (campus, campus avançado ou centro de referência) e a mobilização local da comunidade.

Ainda segundo o Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, em que os déficits educativos e as desigualdades regionais são elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na Educação à distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020) é elevar, de forma qualificada, a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos. Mas, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os números apontam para índices muito aquém destes valores: apenas 3.559.100 (15,82%) do total de estudantes brasileiros entre 18 e 24 anos encontram-se matriculados em algum curso superior de graduação.

Esse valor é menor ainda para o Estado de Mato Grosso. A expansão da educação a distância se revela uma modalidade estratégica para a melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.

Nessa perspectiva, a flexibilidade da Educação a Distância (EaD) tem, potencialmente, condições de disseminar a educação com a devida atenção às características regionais do país. Mesmo assim, não obstante, os incentivos do Governo Federal, a abertura de novos cursos na modalidade a distância está longe de contemplar a grande demanda por educação superior no país, principalmente nas camadas menos favorecidas e mais distantes dos grandes centros.

Além disso, o IFMT, comprometida com o seu histórico de excelência na qualidade do ensino, inovação e responsabilidade social, encontra na modalidade de educação a distância uma oportunidade de democratizar a produção do

conhecimento, disponibilizando cursos a regiões que, historicamente, são deficitárias desse tipo de oferta.

Assim, com boa infraestrutura, qualidade de ensino e um corpo docente e tutorial experiente e qualificado, buscando conciliar a titulação acadêmica adequada às disciplinas com a experiência profissional atualizada e próxima da realidade da profissão, o IFMT tem proporcionado todo o apoio necessário para os discentes e docentes desenvolverem suas atividades.

17.4.2. Infraestrutura Física, Tecnológica e de Pessoal para os Polos EAD

Para o atendimento a demanda acadêmica, o IFMT possui infraestrutura, na sede, nos campus e nas parcerias com Polos de Apoio Presencial infraestrutura física, tecnológica e de pessoal necessária aos atendimentos aos estudantes conforme legislação, possuindo no mínimo o espaço mobiliado, dotado de recursos de acessibilidade e equipado para atender os setores conforme listado a seguir :

- Recepção;
- Laboratórios de ensino/aprendizagem para cada o curso, quando previstos;
- Laboratório de informática ou equivalente com no mínimo 12 computadores;
- Rede wifi em todo polo de apoio / ambiente profissional;
- Biblioteca com no mínimo 3 computadores para consulta;
- Acesso a PNE;
- Sala de Assistente Acadêmico
- Secretaria;
- Duas salas de aula para no mínimo 25 estudantes;
- Sala de Coordenação.

Todos os Polos de Apoio Presencial contam no mínimo com a seguinte relação pessoal:

- Recepcionista: formação mínima de ensino médio;
- Coordenador de Polo: titulação de graduação;

- Tutor presencial por curso/turma: com formação na área do curso responsável por fazer a assistência aos acadêmicos;
- Secretária: responsável pelo atendimento e orientação acadêmica, preferencialmente com formação em licenciatura;
- Segurança;
- Pessoal de Limpeza.

17.4.3. Relação de Polos de Educação a Distância Previstos para a Vigência do PDI

Para o PDI 2019-2023 o IFMT prevê a implantação de polos EaD nas unidades do IFMT em funcionamento, os quais contarão com infraestrutura física, tecnológica e de pessoal adequada ao atendimento dos discentes, tutores, comunidade acadêmica em geral, passando a ter atuação por meio de Polos EAD ou ambientes profissionais nos seguintes municípios:

Quadro 39 - Polo de Educação a Distância
Água Boa - MT
Alto Araguaia - MT
Alta Floresta - MT
Arenápolis - MT
Aripuanã - MT
Barra do Bugres - MT
Barra do Garças - MT
Canarana - MT
Cáceres - MT
Campo Novo do Parecis
Campo Verde - MT
Colíder - MT
Comodoro - MT
Confresa - MT
Cuiabá - MT
Diamantino - MT
Guarantã do Norte - MT
Jauru - MT

Juara - MT
Juína - MT
Lucas do Rio Verde - MT
Nova Xavantina - MT
Pedra Preta - MT
Pontes e Lacerda - MT
Primavera do Leste - MT
Ribeirão Cascalheira - MT
Rondonópolis - MT
São Félix do Araguaia - MT
Sapezal - MT
Sinop - MT
Sorriso - MT
Tangará da Serra - MT

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

17.4.4. Previsão da Capacidade de Atendimento ao Público-alvo

Considerando a definição de abrangência geográfica, a relação de polos de apoio presencial e a estrutura física e de pessoal proposta o IFMT é de que sejam autorizadas 500 vagas ano/curso. Para tanto, o IFMT apresentou acima a infraestrutura de cada polo de apoio presencial que comporta no mínimo 100 vagas ano por curso.

Vejamos como chegou-se a esta conclusão.

Diante da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal descrita para os polos de apoio presencial vê-se que disporá de no mínimo 2 (duas) salas com no mínimo 25 lugares, sendo possível atender 50 estudantes/turno/dia nos momentos presenciais, ou seja, em 6 dias letivos por semana, nos turnos matutino e noturno, atenderão pelo menos 600 estudantes/sala/polo.

Resta comprovado que os polos de apoio presencial atenderão adequadamente ao público e a quantidade de vagas solicitadas.

17.4.5. Descrição das Inovações Tecnológica Significativas Adotadas para Execução dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Previstos

O IFMT, sempre atento às inovações tecnológicas para melhorar o fazer acadêmico prevê a implantação de inovações significativas, sendo as principais:

- a) a implantação da rede wireless em todas as estruturas do campus e polos de apoio presencial;
- c) a expansão da rede lógica com cabeamento estruturado em todos os setores;
- d) a otimização do sistema de Helpdesk;
- e) a Implantação Sistema de Workflow de documentos;

Além disso, a aplicação de novas tecnologias da EAD compartilhadas com o ensino presencial, sendo as principais dimensões desse compartilhamento:

1) Sala Virtual: disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle para as disciplinas do ensino presencial.

2) Biblioteca Digital: um repositório de objetos de aprendizagem que onde estão incluídos vídeos, aulas gravadas e ao vivo, textos, tutoriais, apostilas, manuais, mídias interativas digitais (MIDI), além de permitir consultar o acervo da biblioteca central do IFMT. Este recurso estará disponível a todos os estudantes da EAD, podendo ser também oferecido aos estudantes da modalidade presencial do IFMT.

3) Biblioteca Virtual: permitirá o acesso ao acervo digital, por meio de consultas pelo nome da obra ou autor. O usuário pode folhear eletronicamente cada uma das páginas, incluir anotações eletrônicas e ainda comprar créditos para imprimir até 10% da obra. Além disso, os estudantes possuirão descontos especiais para aquisição dos livros.

4) Estúdio: O DEAD conta com estúdio para gravação e transmissão de conteúdos didáticos. Conta ainda com equipamentos para captura de imagens e elaboração de vídeos em outros ambientes da instituição ou até para cobertura de eventos externos. Ainda neste contexto, podem-se transmitir os conteúdos aqui produzidos.

17.4.6. Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático

Todos os materiais didáticos do IFMT são elaborados e ou adquiridos sendo validados por equipe pedagógica da Equipe Multidisciplinar, pelo DEAD e pelo NDE

de cada Curso, de modo a garantir a definição clara do projeto pedagógico, por diferentes óticas.

Os conteúdos de cada Disciplinas pode ser composto por:

- Conteúdo digital de alta qualidade, interativo e dinâmico.
- Desenvolvidas por docentes do IFMT ou em parceria com docentes de outras IES.
- Aulas digitais, com ilustrações e animações, dividida por temas (objetos de aprendizagem);
- Material para o tutor com planos de aula, orientações e material complementar;
- Leituras complementares, com os e-books;
- Treinamento e suporte técnico para gestão das suas turmas;
- Vídeo de abertura contextualizando o tema estudado com o mercado trabalho.

Considerando que todo o material didático utilizado pelos cursos do IFMT estarão disponíveis em versão digital e sendo permitido ao estudante imprimir o livro da biblioteca virtual e ainda a garantia de SLA 7/24, torna-se garantida a distribuição e entrega a 100% dos estudantes matriculados.

Ressaltamos ainda que todos os polos de apoio presencial terão rede Wifi em todos os locais permitindo que o estudante acesse, baixe ou trabalhe off-line garantido o acesso de qualidade ao material didático, evitando assim a possibilidade de falha na distribuição de material didático.

17.4.7. Polos de Educação a Distância e Ambientes Profissionais

Para o atendimento a demanda acadêmica, o IFMT dispõe em sua infraestrutura, dotada de recursos de acessibilidade, de parcerias com o estado e prefeituras para utilização de Polos EAD credenciados para o IFMT que possuem a infraestrutura necessária aos atendimentos aos estudantes conforme legislação, possuindo infraestrutura mínima conforme listado a seguir:

- Recepção;

- Laboratórios de ensino/aprendizagem;
- Biblioteca;
- Acesso a PNE;
- Sala de Assistente Acadêmico
- Secretaria;
- Sala de Coordenação.

17.5. Plano de Promoção e Garantia de Acessibilidade

Um ambiente de ensino onde a diversidade seja aceita e valorizada para que as diferenças possam beneficiar a aprendizagem de todos, exige ações que vão muito além da acessibilidade arquitetônica, muito além da adequação do espaço físico, é preciso uma visão integrada que possibilite a pessoa com deficiência ter acesso ao conhecimento, à cultura, e a tudo o que o IFMT disponha.

O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, Decreto n. 5.296/2004).

Nesse sentido, há diversos tipos de acessibilidade: atitudinal, comunicacional, digital, instrumental, arquitetônicas e diversas outras. Sendo que algumas dessas acessibilidades implicam em formulação de ações estratégicas na área da infraestrutura.

A ocupação dos espaços físicos do IFMT demanda aperfeiçoamento das estruturas existentes e a construção de novas, como forma de garantir a adequação dos espaços e cuidado com o patrimônio, levando-se em conta a sustentabilidade.

A seguir apresentamos de forma sucinta e esquemática os principais marcos orientadores relativos à acessibilidade na área educacional:

Quadro 40 - marcos orientadores relativos à acessibilidade na área educacional

DISPOSITIVOS LEGAIS	TEOR DA DOCUMENTAÇÃO
Constituição Federal de 1988. Art. 205, 206 e 208	Assegura o direito de todos à educação (art. 205), tendo como princípio do ensino a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206, I) e garantindo acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208, V)
Lei n.º8.069 13/1990	Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências
Lei nº 10.098/1994	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências
Lei nº 9.503/1997	Institui o Código de Trânsito Brasileiro
Lei nº 10.048/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e dá outras providências
Lei nº 10.098/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências
Lei nº 10.436/2002	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associados.
Lei nº 10.741/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.
Lei nº 11.126/2005	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado do cão-guia.

Lei 13.146/2015	Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.
Decreto nº 2.327/1997	Dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, composição do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e ainda as Resoluções do CONTRAN sobre acessibilidade
Decreto nº 3.298/1999	Regulamenta a Lei 7.853/89 que dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.
Decreto nº 3.956/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de deficiência.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu artigo 24 determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos e privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários
Decreto nº 5.626/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiologia e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
Decreto nº 5.904/2006	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências
Decreto nº 186/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30/03/2007.
Decreto nº 7.037/2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH-3 e dá outras providências

Decreto nº 6.949/2009	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso aos referenciais de acessibilidade na educação superior, segundo a constituição de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis
Decreto nº 7.234/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Programa tem como finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e, em seu Art. 2º, expressa os seguintes objetivos: “democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Ainda, no art. 3º § 1º, consta que as ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas em diferentes áreas, entre elas: “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”
Decreto nº 7.611/2011	Dispõe sobre o Atendimento Educacional (AEE), que prevê, no art. 5º, § 2º, a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, com o objetivo de eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
Decreto nº 7.612/2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite
Portaria MEC nº 2.678/2002	Aprova as diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional
Portaria MEC nº 3.284/2003	Substituiu a Portaria nº 1.679/1999, sendo ainda mais específica na enumeração das condições referenciais de acessibilidade na educação superior que devem ser construídas nas IES para instruir o processo de avaliação das mesmas
Portaria MEC nº 976/2006	Dispõe sobre os critérios de acessibilidade aos eventos do Ministério da Educação, conforme Decreto 5296 de 2004.
Portaria MC nº 301/2006	Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão

Portaria STL Nº 03/2007	Aprova a Norma nº 001/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.
Resolução ANVISA – RDC nº 50/2002	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.
IN nº 1 do IPHAN/ 2003	Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais imóveis acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica.
ABNT NBR 9.050/2004	Dispõe sobre a acessibilidade arquitetônica a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Relação das Normas Brasileiras de Acessibilidade da ABNT em vigor	01 ABNT NBR 15646:2011 Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros - Requisitos de desempenho, projeto, instalação e manutenção. 02 ABNT NBR 14022:2011 Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros 03 ABNT NBR15655-1: 2009 Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida - Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional. Parte 1: Plataformas de elevação vertical (ISO 9386-1, MOD). 04 ABNT NBR15646: 2008 Acessibilidade - Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade em veículos com características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. 05 ABNT NBR 15599:2008 Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços 06 NBR313: 2007 Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência. 07 ABNT NBR 15450:2006 Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário 08 ABNT NBR 15320:2005 Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário 09 ABNT NBR 15290:2005 Acessibilidade em comunicação na televisão 10 ABNT NBR 14021:2005 Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano 11 ABNT NBR 15250:2005 Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário 12 ABNT NBR 9050:2004 - Versão Corrigida:2005 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos 13 ABNT NBR 14970-1: 2003 Acessibilidade em veículos automotores 14 ABNT NBR 14970-2: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 2: Diretrizes para avaliação clínica de condutor em mobilidade reduzida 15 ABNT NBR 14970-3: 2003 Acessibilidade em veículos automotores Parte 3: Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado 16 ABNT NBR 14273:1999 Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial 16 ABNT NBR 14020:1997 Transporte - Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência- Trem de longo percurso 17 ABNT NBR16001 - 2004 Responsabilidade social - Sistema da gestão - Requisitos. Em Consulta Pública 18 Acessibilidade Sinalização Tátil no Piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. 19 Acessibilidade em Estádios.

<p>Programa Acessibilidade Ensino Superior</p>	<p>Determina a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior, que visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.</p>
<p>Convenção sobre os Direitos das PCDs (ONU, 2006)</p>	<p>Assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Define pessoas com deficiência como aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.</p>
<p>Lei n. 13.005/2014</p>	<p>Objetiva melhorar substancialmente a educação oferecida pelas escolas e IES brasileiras. O plano propõe ações nos seguintes eixos, entre outros: formação de professores para a educação especial, acesso e permanência das pessoas com deficiência nas IES, criação de centros multidisciplinares e outros.</p>
<p>Política Nacional de Ed. Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva</p>	<p>Define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.</p>
<p>CONEB/ 2008 e CONAE/ 2010</p>	<p>Referendaram a implementação de uma política de educação inclusiva, o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, a formação de profissionais da educação para a inclusão, o fortalecimento da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas.</p>
<p>Normas do MT NR 24/2014</p>	<p>Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. (Disciplina os preceitos de higiene e de conforto a serem observados nos locais de trabalho, especialmente no que se refere a: banheiros, vestiários, refeitórios, cozinhas, alojamentos e água potável, visando à higiene dos locais de trabalho e a proteção à saúde dos trabalhadores).</p>
<p>Nota Técnica DAES/INEP nº 008/2015</p>	<p>Acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do sistema de avaliação nacional de avaliação da educação superior – SINAES</p>

Fonte: Comissão central de elaboração do PDI 2019 a 2023

Na busca de atendimento a estes instrumentos legais é que o IFMT define como princípio norteador das atividades dos docentes, tutores EaD e técnicos-administrativos e para que isso se concretize possui o NAPNE para atendimento psicopedagógico com pessoal especializado na Educação Especial e equipe multiprofissional que, realizam ações voltadas para a promoção da acessibilidade arquitetônica, atitudinal, metodológica, de comunicação, instrumental e programática.

A equipe multiprofissional realizará frequentemente momentos de formações pedagógicas para os docentes, tutores EaD e colaboradores, salientando o fato de que atuam com público heterogêneo exigindo o repensar da prática pedagógica e mudança de postura para que se promova a inclusão e não apenas a integração do servidor ou estudante, garantindo o acesso, permanência e sucesso na vida profissional e ou acadêmica.

O trabalho será sempre realizado de forma compartilhada, recursos humanos, docentes, tutores, coordenadores do curso, profissionais do NAPNE, famílias e técnicos-administrativos identificam, orientam e realizam adaptações curriculares as pessoas com deficiência, bem como constroem estratégias que visam facilitar a aprendizagem de estudantes em condições especiais.

A proposta é pautada no tripé: identificação e acolhimento, estratégias de ensino e acompanhamento, avaliação e inclusão social.

No quesito identificação e acolhimento dependendo do segmento temos diferentes atores envolvidos: **1)** quando se tratar de servidor a DSGP, a CGP e NAPNE serão os principais agentes que juntamente com o setor/campus de lotação definirão as adaptações necessárias; **2)** para os discentes o docente (nos cursos presenciais) e o tutor presencial (nos cursos a distância) serão os principais agentes, eles recebem o PCD no campus e ou nos polos de apoio presencial, documentando o processo (laudo e entrevista inicial) e encaminharão para o NAPNE que fará o contato com o estudante e família, para o acompanhamento do processo de ensino e as adaptações curriculares necessárias. Outras formas de identificação serão quando no momento da matrícula o estudante informará a deficiência ou no caso de polos de apoio presencial quando no momento da correção de avaliações discursivas e fóruns, os docentes identificam as dificuldades.

Nestes casos a Coordenação do Curso será informada.

No que diz respeito ao acompanhamento e estratégias de ensino será verificado o rendimento do estudante especial, sendo mantido o diálogo constante efetivado em sala de aula, ou pelo instrumento de tutoria, e-mail e via telefone. Durante o processo serão realizadas adaptações curriculares para melhor compreensão do assunto.

No caso de docentes ou estudantes surdos, o intérprete de Libras será um grande aliado no processo de aprendizagem, intérprete este que estará presente em todos os eventos: aulas, vídeo aulas, seminários, avisos e teleconferências disponibilizadas pela coordenação de curso. O intérprete de libras participará junto com os docentes e equipe multiprofissional das capacitações, formações e reuniões de planejamento sobre a disciplina no início do semestre e durante a disciplina serão disponibilizados os textos complementares, slides, avaliação discursiva e objetiva, material impresso - livro - com antecedência, o que poderá ajudá-lo a se preparar para o desafio de traduzir palavras específicas da área para o estudante surdo.

A responsabilidade do IFMT refere-se principalmente ao cotidiano de sala de aula, oportunizando o intérprete de Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, complementando a informação expressa em texto escrito.

No caso de servidores ou estudantes com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) será disponibilizado o material impresso na fonte solicitada, orientando a utilização dos programas de voz, realizada a áudio descrição quando solicitado e material em braile.

Aos servidores ou estudantes com deficiência física, o compromisso do IFMT refere-se às condições de mobilidade, utilização de equipamentos e instalações, como acesso aos espaços de uso coletivo através da eliminação de barreiras arquitetônicas, reserva de vagas em estacionamentos, rampas com corrimão ou elevadores, adaptação de portas e banheiros para permitir acesso à cadeira de rodas, barras de apoio nas paredes dos banheiros.

Para estudantes com deficiência intelectual será utilizada a metodologia de fragmentação e repetição de conteúdos para que o estudante possa compreender o que será ensinado.

Para estudantes que se enquadram com transtorno do espectro autista, serão organizadas agendas de trabalho e disponibilizadas as aulas e materiais de estudo divididos em momentos distintos.

No que se refere à avaliação, parte do tripé aqui apresentado, aos estudantes com deficiência será garantida a temporalidade para realizar as avaliações, sendo estas enviadas por e-mail. Será realizada adaptação de provas para qualquer meio adequado e que atenda às necessidades do candidato com deficiência; Tecnologias Assistivas adequadas, previamente solicitada pelo candidato com deficiência; avaliação diferenciada nas provas escritas, discursivas ou de redação realizadas por candidatos cuja deficiência acarrete não utilização ou impedimentos no uso da gramática da língua portuguesa, de acordo com o artigo 43 do Estatuto da pessoa com Deficiência.

Para estudantes surdos as avaliações serão apresentadas em libras, a correção do avaliador será flexibilizada, valorizando-se o conteúdo semântico. No caso dos cursos na modalidade a distância, na apresentação de artigos de término de curso será disponibilizado o intérprete via Skype para acompanhar a banca.

Para estudantes cegos e com baixa visão haverá o cuidado na construção do instrumento avaliativo, evitando perguntas de relacionar colunas, perguntas relacionadas à imagem e respeitada a forma como o estudante enxerga (baixa visão), bem como o programa de voz com o qual está familiarizado.

Para servidores cegos e com baixa visão haverá o cuidado do setor / campus de lotação na garantia dos seus direitos e a disponibilização de tecnologias e infraestrutura necessária para sua atuação.

No quesito avaliação e inclusão social, haverá uma preocupação do IFMT em preparar o estudante PCD para o mercado de trabalho, neste sentido o NAPNE estará disponível para orientação quanto a escolha do curso que mais favoreça a inclusão social, considerando suas potencialidades.

Nos polos de apoio presencial serão observados requisitos de acessibilidade, inclusive quando da assinatura das parcerias.

É importante ressaltar que nos cursos e em cada disciplina haverá um conjunto de habilidades e competências a serem desenvolvidas e, ao mesmo

tempo, para cada pessoa com necessidades específicas haverá um conjunto de potenciais e limitações a serem considerados. Por isso, o processo de inclusão é uma construção, num esforço conjunto para se buscar as melhores alternativas e estratégias a ser oferecidas.

Uma das principais questões que se colocará inicialmente para o docente e tutor diante da inclusão é: como tornar o conhecimento proposto na disciplina acessível para todos os estudantes atendendo a diversidade e especificidades? As sugestões elencadas a seguir serão gerais, porém podem facilitar este processo:

- Se as condições do estudante exigem muitas adaptações na disciplina, o docente na educação presencial e o tutor presencial no caso da EaD conversam com a turma, convida todos a pensar em estratégias para tornar a disciplina acessível para o colega.
- Se esta conversa for bem conduzida certamente os estudantes se sentirão aliviados em poder tratar abertamente do assunto, podendo contribuir com ideias criativas para solucionar as dificuldades e simultaneamente estarão aprendendo a lidar melhor com as diferenças – uma dimensão ética importantíssima na formação do acadêmico em qualquer área. Todos podem aprender muito com essa experiência.

A Acessibilidade da instituição, concebida em consonância com os princípios da educação inclusiva, desenvolve ações que assegurem não somente o acesso físico, mas também a permanência e a participação do servidor e ou discente com necessidades especiais no ambiente educacional.

Além dos recursos tecnológicos o IFMT busca a superação de barreiras metodológicas, atitudinais, comunicacionais e de instrumentos, priorizando sobretudo, a qualidade do processo de inclusão plena, tendo como objetivo melhorar substancialmente a educação oferecida buscando garantir a ausência de barreiras:

- impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações;
- na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital);

- na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos;
- nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária.

Nesta perspectiva o IFMT irá incorporar recursos de tecnologia assistiva que auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade, tais como:

- lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, entre outros;
- utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, entre outros;
- Sinalização em Braille, nas dependências dos Campi.

O campus que ainda não dispõe de algum dos itens acima deverá elaborar projeto para a disponibilização dentro do período de vigência deste PDI.

No intuito de garantir a acessibilidade para servidores e estudantes, concebida em consonância com os princípios da educação inclusiva o IFMT dotará o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA de ferramentas tecnológicas de auxílio (softwares) para deficientes visuais e videoaulas com interpretação em Libras. O DEAD estará iniciando um processo para preparação de audioaulas, ou seja, aulas em que há audiodescrição para atender diferenciadamente o estudante deficiente visual. O atendimento ao estudante com diferentes necessidades especiais é realizado via DEAD/NAPNE, com integração com a Coordenação de Curso, docentes e assistentes acadêmicos.

O conjunto de recursos do AVA permite à pró-reitoria de ensino, por meio da Pró-Reitoria de Ensino e DEAD planejar com as coordenações de curso, uma variada gama de estratégias para assegurar a acessibilidade pedagógica e metodológica aplicada ao AVA, buscando-se o aprimoramento do aprendizado dos discentes.

O desenvolvimento e a customização do AVA do IFMT caminha para que o usuário tenha uma boa experiência educativa e assim, a participação colaborativa do docente e do discente são fundamentais para a efetiva construção do ambiente.

18.0. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO E EXPANSÃO DE ACERVO ACADÊMICO - BIBLIOTECA

18.1. Sistema Integrado de Bibliotecas IFMT

A política de aquisição e expansão do acervo tem a finalidade de estabelecer critérios e responsabilidades para o desenvolvimento e atualização do acervo do Sistema Integrado de Biblioteca do IFMT, o que pode ocorrer por compra ou doação.

Destaca-se que, o acervo do Sistema Integrado de Biblioteca do IFMT será constituído de acordo com os recursos orçamentários pré-estabelecidos, contemplando os diversos tipos de materiais, em seus vários suportes, os quais deverão atender às seguintes finalidades, que passam a ser entendidas para os efeitos do PDI, como políticas para a aquisição e expansão do acervo:

- a) **Política de universalização** - Suprir os programas de ensino dos cursos técnicos de nível médio, de graduação, de pós-graduação e dos Polos de Apoio Presencial ou Ambientes Profissionais Vinculados aos Cursos (EAD), quando for o caso;
- b) **Política de suporte à pesquisa** - Dar apoio aos programas de iniciação científica e extensão do IFMT;
- c) **Política de acesso aos acervos** - Atender docentes, tutores e técnicos-administrativos no exercício de suas atividades;
- d) **Política de informação** - Fornecer obras de informações gerais;
- e) **Política de preservação do histórico institucional** - Coletar e recuperar materiais que relatem a história e desenvolvimento do IFMT, incluindo materiais publicados pelo próprio IFMT, bem como informações publicadas fora do âmbito institucional.

18.2. Políticas de Biblioteca com Acervo Digital

- a) **Política de acervo digital** - De acordo com a atualização da legislação regulatória da atividade de ensino superior na modalidade a distância o acervo da biblioteca do IFMT irá analisar a possibilidade de passar a ser um acervo parcialmente ou integralmente digital, com acesso remoto aos conteúdos por meio da internet e com uso de identificador (login) de estudante, docente, tutor EaD, tutor

presencial, coordenadores e técnicos administrativos do IFMT com autenticação por meio de senha individual.

b) **Política de atendimento aos polos de apoio presencial/ ambientes profissionais** - No caso de passar a para acervo digital atenderá aos polos de apoio presencial / ambientes profissionais de EaD do IFMT com recursos de acesso à biblioteca digital.

c) **Política de acervo de referência** - Manterá no campus sede da instituição, a biblioteca com acervo físico como meio de referência do acervo bibliográfico.

18.3. Critérios para a Formação do Acervo

Para a formação do acervo deverão prioritariamente ser atendidos os seguintes critérios:

- a) Adequação do material aos objetivos e níveis educacionais do IFMT;
- b) Autoridade reconhecida no meio acadêmico (autor/editor);
- c) Atualização da edição;
- d) Imparcialidade;
- e) Qualidade técnica;
- f) Escassez de material sobre o assunto no acervo da biblioteca;
- g) Aparecimento do título em bibliografias e índices;
- h) Custo justificável;
- i) Idioma acessível à maioria dos usuários;
- j) Número de usuários potenciais que poderão utilizar o material;
- k) Condições e suporte físico do material.
- l) Fontes de pesquisa para a formação do acervo.

Apesar de ser responsabilidade do NDE de cada curso do IFMT a avaliação qualitativa do acervo, constitui preocupação da biblioteca a descoberta de novos títulos e materiais. Para esse fim serão utilizadas diversas fontes de informação, tais como:

- a) Bibliografias gerais e especializadas;
- b) Catálogos, listas e propagandas de editores e livreiros;
- c) Pesquisa ao acervo on-line de outras bibliotecas;
- d) Sugestões dos usuários da Biblioteca.

18.4. Recurso Financeiro

As aquisições para o acervo do Sistema Integrado de Bibliotecas IFMT serão feitas com base no planejamento orçamentário da Instituição determinado para essa finalidade, detalhado no orçamento anualmente.

18.4.1. Níveis de responsabilidades pela aquisição do acervo

18.4.1.1. Coordenador de Cada Curso

Responsável por encaminhar à Biblioteca do Campus os Planos de Ensino de cada período do curso, uma vez que tenha sido referendado pelo NDE de seu curso e conforme descrito no PPC.

18.4.1.2. Docente, tutor EaD e/ou coordenador

Responsável pela análise qualitativa do acervo da Biblioteca, o docente/Coordenador deverá pesquisar a bibliografia (básica e complementar) de sua (s) disciplina (s), através da base de dados do acervo e encaminhar ao NDE do curso para análise. O NDE, uma vez que tenha aprovado as sugestões apresentadas, deverá submeter ao colegiado do curso e, nos casos em que as sugestões encaminhadas pelo NDE resultem em alteração da bibliografia no PPC do curso, o coordenador deverá encaminhar a indicação de novos títulos ou edições em substituição a outros desatualizados e/ou esgotados. Nesse processo, deve-se priorizar o aproveitamento dos títulos já existentes (otimização do acervo), principalmente quando se tratar de bibliografia complementar.

18.4.1.3. Bibliotecário (a)

Responsável pela análise quantitativa do acervo. Com base no planejamento orçamentário do IFMT, o(a) Bibliotecário(a) deverá fazer um levantamento quantitativo da bibliografia indicada para compra, fazendo a relação livro-estudante, conforme orientações do NDE.

18.4.1.4. Coleção de referência

Será dada atenção especial à aquisição de material de referência e instrumentos de acesso à informação, bem como aquisição de bases de dados que possibilitem acesso à informação existente no campo do conhecimento técnico-científico. Será também de competência do Coordenador e NDE, juntamente com a Biblioteca, a seleção e análise desses documentos.

18.5. REVISÃO DA POLÍTICA DE SELEÇÃO DO ACERVO

A cada 02 (dois) anos deverá ser feita uma revisão da Política de Seleção, Aquisição e Manutenção do Acervo da Biblioteca com a finalidade de garantir a adequação da mesma aos interesses da comunidade acadêmica, às exigências do MEC, como também aos objetivos da Instituição, de um modo geral.

19. POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC

As políticas de TIC's descritas neste PDI tratam do assunto de forma abrangente, reservando os aspectos técnicos e seus detalhamentos para os planos específicos dos setores responsáveis pela TI no âmbito do IFMT.

O IFMT dispõe de pessoal técnico especializado para manutenção e suporte, sendo que quando necessário contrata empresas para serviços específicos e especializados.

Adota-se, naquilo que for aplicável, seis grandes políticas institucionais, que agrupam conjuntos de práticas e recomendações relacionadas com as áreas, conforme a seguir descritas.

19.1. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO ACEITÁVEL DE TECNOLOGIA

19.1.1. Uso de Equipamentos Particulares

Não é permitido acesso à rede corporativa do IFMT, com exceção dos gestores, por meio de equipamentos particulares como notebooks, tablets entre outros.

Todos os dispositivos conectados à rede corporativa estarão sujeitos ao monitoramento da área de TI. Assim como todo o conteúdo acessado por esses dispositivos.

O acesso à infraestrutura interna do IFMT via rede por dispositivo particular deverá ser autorizada pela equipe da área de TI.

19.1.2. Equipamentos de terceiros

Não é permitida a conexão de qualquer dispositivo de terceiros (computador, notebook, hub, switch, etc.) nos equipamentos ou na rede do IFMT sem a autorização da equipe de TI.

19.1.3. Mídias removíveis - Controles de Uso

O uso de mídias removíveis deve ser limitado ao uso institucional. Em especial a gravação de CD/DVDs deve ser feita apenas pelas pessoas autorizadas.

19.1.4. Uso de Mídia Removível Particular

Não é permitido o uso de mídias removíveis particulares no ambiente administrativo do IFMT. O uso deve ser considerado um caso especial e necessita de autorização da equipe de TI.

19.1.5. Mídias em trânsito

Equipamentos, mídias, licenças de software, informações ou qualquer outro ativo de propriedade do IFMT não pode ser retirado sem autorização prévia.

19.1.6. Servidor de arquivos

Os documentos eletrônicos, dados e informações das atividades profissionais realizadas pelos colaboradores relevantes ao setor em que se encontra, devem ser centralizados nos servidores, no diretório específico para cada setor, classificados e restritos por grupo e/ou nos sistemas corporativos;

A cópia, inserção, transferência e/ou remoção de informações e/ou dados, por qualquer meio, em especial, discos removíveis e e-mail, somente é permitida com prévia autorização do gestor da informação e utilizando-se de meios tecnológicos que garantam a integridade, confidencialidade e disponibilidade. Todas essas informações, dados e arquivos são de propriedade do IFMT e seus colaboradores devem ter cuidados especiais;

Material de natureza pornográfica, racista ou de conteúdo inapropriado com a conduta do IFMT não pode ser exposto, armazenados, distribuídos, editados ou gravados através do uso dos recursos computacionais da rede;

Não é permitido gravar no diretório pessoal do usuário, no computador local ou em qualquer outro diretório da rede arquivos de áudio, vídeos, fotos e software com direitos autorais ou qualquer outro tipo que possa ser considerado pirataria, que poderão ser apagados sem aviso prévio.

19.1.7. Arquivos gravados em sistemas de *Cloud Computing* (nuvem)

Arquivos gravados em nuvens devem ser criptografados, protegidos por senha ou certificado digital;

Somente usar sistemas de Cloud Computing homologadas e ou contratadas pelo IFMT.

19.1.8. Acesso à Internet

A utilização da internet pelos servidores, estudantes, terceiros e parceiros do IFMT será permitida, desde que seja de forma a agregar valor para os objetivos e atividades do IFMT. Desta forma o IFMT tem política de uso da Internet que deve ser respeitada em todo o seu conteúdo, salvo exceções que deverão ser autorizados pelos gestores da área responsável;

Toda informação transmitida, reproduzida, acessada ou recebida pela internet está sujeita a divulgação e auditoria. O IFMT poderá a qualquer momento monitorar, registrar ou bloquear todos os acessos à rede sem aviso prévio. Poderá também a qualquer momento bloquear sem aviso prévio o acesso a sites, aplicativos, comunicador instantâneo, download, lista de discussão ou qualquer outra tecnologia que possa surgir na internet.

A internet disponibilizada pelo instituto aos seus servidores, estudantes, terceiros e parceiros, poderá ser utilizada para fins pessoais, desde que não prejudique o bom funcionamento da internet e da produtividade do trabalho.

19.1.9. Uso de Correio Eletrônico

O uso do correio eletrônico corporativo, deverá ser obrigatório quando se tratar de mensagens com conteúdo de interesse institucional. O seu uso implica o reconhecimento de que os sistemas de comunicações eletrônicas e todas as mensagens geradas e/ou transmitidas através dele são de propriedade do IFMT, podendo ser auditadas.

19.1.10. Uso Autorizado

Os sistemas de comunicações eletrônicas do IFMT deverão ser usados unicamente para atividades do trabalho. Para o uso do correio eletrônico será obrigatória a utilização de senha e *login* pessoal e intransferível;

O recebimento de mensagens instantâneas, de vídeo e de áudio pelo colaborador poderá ocorrer em horário diverso de sua jornada de trabalho. Contudo, as solicitações por este canal deverão ser respondidas e/ou executadas pelo colaborador somente em seu horário normal de trabalho, salvo se expresso o contrário pelo superior hierárquico com poderes de aprovação do horário extra jornada;

No caso de ausência prolongada do colaborador (férias ou atestado médico) o mesmo deverá adicionar uma mensagem de resposta automática avisando o remetente da sua ausência e quem pode tratar dos assuntos ligados ao IFMT na sua falta.

19.1.11. Acesso ao e-mail pessoal

O uso ocasional de correio eletrônico particular, tais como Hotmail, Gmail, Yahoo ou qualquer outro será permitido desde que não interfira com a produtividade. Sendo assim o acesso é permissível desde que:

Não interfira com a produtividade;

Não tenha prioridade sobre nenhuma atividade do IFMT;

Não seja proibido pela Política de TI local, seus anexos e procedimentos.

19.1.12. Computação móvel e trabalho remoto

Antes de ser concedido o acesso remoto ou o uso de um computador portátil, o usuário deve ter conhecimento desta política e assinar eventuais termos de responsabilidade conforme os procedimentos determinados pela equipe da TI.

19.1.13. Elegibilidade dos Acessos Remotos para Colaboradores

Os acessos remotos externos para servidores são exclusivos para gestores, plantonistas ou outras pessoas cuja necessidade de acesso seja reconhecida e aprovada pelo seu gestor, que deverão ser reconhecidos e autorizados pela área de Recursos Humanos;

Não é permitido conceder a realização de acesso remoto para pessoas que estão de férias, afastamento por licença médica ou licença maternidade;

19.1.14. Uso de telefone (fixo e celular)

Todo o histórico de ligações recebidas e efetuadas poderá ser monitorada pelo IFMT sempre que for necessário e sem aviso prévio aos colaboradores, ficando vedada a gravação das ligações, salvo casos com consentimento do usuário ou por ordem de autoridades competentes;

O servidor que receber um aparelho celular do IFMT será responsável por toda a informação armazenada no telefone, pelo seu bom uso e por manter o aparelho de forma a garantir a sua usabilidade durante o horário de trabalho.

19.1.15. SEGURANÇA

Diretrizes para as senhas, os níveis de acesso à rede, proteção contra vírus, confidencialidade e o uso de dados.

Gerenciamento da segurança em redes

As redes de dados deverão ser monitoradas para detectar ameaças e garantir segurança e níveis de serviço estabelecidos.

Segregação de Redes

A DSTI e as coordenações locais de TI serão responsáveis implementar controles para segregar as redes de dados em domínios lógicos com a finalidade de diminuir a oportunidade de acesso não autorizado. O tráfego entre as redes deve ser analisado para garantir que a Política de Tecnologia da Informação está sendo cumprida;

Redes sem fio

As redes sem fio disponíveis são categorizadas como administrativos alunos e visitantes. A rede administrativa deve ser usada exclusivamente por colaboradores do IFMT, quanto à rede alunos deve ser usada para uso dos discentes nos *campi* e a rede visitante é disponível para terceiros e visitantes que estejam nas dependências físicas do IFMT.

Segurança das Mídias

Deve ser definido quem são as pessoas autorizadas a enviar, transportar e receber as mídias;

Ao armazenar ou transportar informação classificada como Confidencial ou Restrita, é obrigatório o uso de mecanismos de proteções tecnológicas homologados pela TI visando garantir a confidencialidade das informações.

Mídias Removíveis

Como mídia removível, para efeito desta Política de Segurança, se entende: disquete, CD-ROM, CD-R, CD-RW, DVD, disco ZIP, pen drives, hd externo e similares;

Descarte de Mídias Removíveis: As mídias removíveis devem ser destruídas

antes do descarte, de tal maneira que o acesso ao conteúdo seja impossibilitado.

Acesso Remoto

É responsabilidade da DSTI e coordenações locais de TI garantir que todo acesso remoto aos sistemas do IFMT seja feito através da VPN quando a mesma se fizer necessária;

O acesso remoto deverá ser utilizado para fins profissionais, relacionadas aos trabalhos desenvolvidos pelo servidor, de acordo com os limites necessários ao cargo ocupado e a atividade exercida;

Todos os acessos remotos usando a VPN do IFMT serão considerados uma extensão da infraestrutura, sendo assim, estão sujeitas as políticas e normas do IFMT.

VPN

Toda solicitação de acesso VPN deve ser previamente autorizada pelo gestor e encaminhado à área de TI para análise e aprovação;

Todo equipamento que necessite acessar a rede do IFMT remotamente deve possuir cliente VPN;

As configurações do cliente VPN devem obedecer aos critérios de segurança estabelecidos pela DSTI;

Antes de ser concedido o acesso remoto ou o uso de um computador portátil, o usuário deve ter assinado eventuais termos de responsabilidade e confidencialidade conforme os procedimentos do IFMT.

VPN e Requisitos de Acessos para Colaboradores

Os acessos remotos devem ser estritamente controlados. Controles serão garantidos via autenticação com senhas de utilização única para acessos de servidores ou certificado digital;

Em nenhum momento os servidores deverão repassar seu *login*, certificado digital ou senha de acesso a outras pessoas;

Quando o acesso remoto via VPN for realizado, todas as outras redes são automaticamente desabilitadas, ficando o acesso restrito somente à rede

corporativa do IFMT;

Todos os computadores que se conectarem à rede corporativa do IFMT via acesso remoto, devem possuir software de antivírus atualizado;

VPN requisitos de acessos para organizações

Acessos remotos para outras organizações devem ser realizados via VPN (site-a-site);

O termo de confidencialidade deve ser preenchido, assinado e entregue à área de TI do IFMT;

A configuração da VPN (site-a-site) será realizada pela equipe de TI em conjunto com a equipe técnica da organização que deseja realizar a conexão de acesso remoto;

Os acessos remotos de empresas terceiras serão realizados estritamente para interesse do IFMT, com parceiros ou fornecedores. Acessos remotos realizados a partir de qualquer ferramenta de colaboração estarão sujeitos aos mesmos controles;

Os acessos remotos de terceiros serão autorizados em caráter de suporte, apenas para servidores que estarão em ambiente de desenvolvimento/homologação;

Acessos de terceiros aos servidores de produção somente serão autorizados mediante aprovação da Diretoria da DSTI;

Toda e qualquer alteração feita no ambiente IFMT pela empresa terceira, será de responsabilidade do colaborador solicitante do acesso remoto.

Perfil de Acesso

É responsabilidade da DSTI e coordenações locais de TI implementar controles que evitem a visibilidade, por parte de usuários com acesso remoto, de todo o ambiente de rede ou sistemas do IFMT;

Nos casos em que a necessidade de negócio exija um acesso com esta visibilidade será de responsabilidade da Diretoria implementar controles para monitoramento de cada acesso permitido.

19.2. DISASTER RECOVERY:

Diretrizes para a recuperação de dados em caso de um desastre, e os métodos de backup de restauração de dados.

Gestão de Vulnerabilidades Técnicas

É responsabilidade da DSTI implementar uma política de gestão de vulnerabilidades. Esta política deverá garantir que se obtenham em tempo hábil correções para vulnerabilidades em equipamentos e sistemas conforme são disponibilizadas pelos fabricantes.

Antes de serem colocadas em produção devem-se efetuar os devidos testes em ambiente segregado para não comprometer as operações, devendo contemplar no mínimo os seguintes requisitos:

- Varredura e correção das vulnerabilidades;
- Periodicidade das varreduras;
- Metas de tratamento das vulnerabilidades por período;
- Auditoria e Aplicação dos Baselines de Segurança de TI;
- Papéis e Responsabilidades.

Verificação da Conformidade Técnica

Os sistemas de informação deverão ser verificados anualmente quanto à conformidade com os requisitos técnicos implementados. Tais verificações deverão incluir testes de intrusão e verificações de vulnerabilidades técnicas realizadas por profissionais experientes e competentes para a sua execução. Esta verificação deverá servir de entrada para o processo de análise/avaliação de riscos da segurança da informação.

Indisponibilidade de Sistemas

Em caso de indisponibilidade de sistemas e serviços as equipes são notificadas pelo sistema de monitoramento.

A partir desta comunicação as equipes responsáveis serão acionadas para análise e solução da indisponibilidade.

Política de backup

É responsabilidade da DSTI e coordenações locais de TI implementar

processo para realização de cópias de segurança dos dados armazenados e processados, exclusivamente, nos servidores corporativos.

Os usuários de computadores (desktop, notebook e mobiles) serão responsáveis pelas informações neles armazenadas. É de responsabilidade do usuário manter os dados considerados sensíveis na rede, para que as devidas cópias de segurança sejam realizadas.

O processo deverá contemplar as ações necessárias para a que as informações sejam recuperadas, em casos de emergências, no menor tempo possível.

O servidor que produzir ou modificar informações ou conjunto de dados em arquivos ou sistemas corporativos será o responsável pela integridade destas informações.

É permitido ao servidor solicitar restauração de informações quando:

Houver remoção dos dados;

Houver alteração indevida.

O colaborador autorizado a solicitar restauração deverá ser o gestor da informação ou usuário-chave da informação.

Para informações críticas de sistemas ou classificadas como confidencial a TI solicitará autorização formal dos chefes ou diretores do setor.

As restaurações serão executadas nos sistemas ou servidores do IFMT. Ao solicitar uma restauração o colaborador responsável deverá informar: a informação ou conjunto de informações desejadas, período e o local de destino.

Restrições

É vedado ao colaborador :

- Solicitar restaurações para informações as quais não é o gestor ou usuário-chave;
- Solicitar restaurações para mídias removíveis;
- Solicitar restaurações para cópia a parceiros de negócio, fornecedores ou outros colaboradores.

Responsabilidades da TI

É de responsabilidade da TI:

- Cópia de Segurança (Backup): Planejar, executar e verificar os backups de todas as informações sensíveis geradas pelos sistemas, processos de negócios e usuários armazenados nos servidores e sistemas corporativos;
- Executar testes da solução de backup para garantir a integridade dos dados;
- Desenvolver e garantir uma política técnica de backup contendo: as frequências, tempo de retenção, método de armazenamento e demais dados para garantir a correta recuperação;
- As cópias de segurança devem ser armazenadas em locais protegidos, conforme padrões de segurança física e ambiental que assegurem a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados contidos nestas mídias;
- As cópias de segurança de dados críticos e sensíveis do IFMT deverão possuir senhas de acesso e ou dispositivos de criptografia que impossibilite a restauração dos dados fora do ambiente do IFMT;
- Restauração (Restore): Restaurar, quando solicitado, as informações referentes aos usuários, servidores e sistemas corporativos;
- Utilizar criptografia e assinaturas digitais caso os backups sejam armazenados em ambiente externo;
- Executar testes de restauração das informações dos ambientes tecnológicos de forma periódica;
- Desenvolver e manter a documentação dos procedimentos de restauração sempre atualizada;
- Toda a recuperação e/ou restauração de uma cópia de segurança deve ser realizada em um ambiente diferente do original, sempre que tecnicamente possível, evitando danos aos dados atuais;
- Todos os testes deverão seguir os procedimentos definidos pela equipe de TI;

Necessidades Adicionais

Caso a necessidade do proprietário da informação não seja atendida pelo procedimento de backup oficial, este deverá solicitar a DSTI a adequação do backup para sua necessidade. Estas necessidades devem ser baseadas na classificação das informações (grau de sigilo), requisitos legais e de negócio do IFMT.

19.3. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA – IFMT

A base tecnológica disponível considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica no datacenter local do IFMT possui no-breaks profissionais, gerador de energia, equipamentos redundantes de estabilização e proteção elétrica de alta capacidade de forma que em caso de instabilidades elétricas os equipamentos não sejam afetados.

Nossos sistemas acadêmicos e a tecnologia de educação a distância dispõe de uma solução complexa, que utiliza também de nuvem pública, além de inúmeras tecnologias para prover a confiabilidade necessária para suportar toda carga de utilização demandada pelo IFMT. A solução é composta principalmente pelas soluções de serviços como backup, replicação, virtualização e armazenamento integradas.

As Cópias de segurança (Backups) do IFMT estão em redundância com recurso de recuperação de alta disponibilidade, com recurso de Recuperação **disponível no SLA 24x7**. Nosso Site Recovery replica os dados minimizando os problemas de recuperação ao sequenciar a ordem de aplicativos com várias camadas em execução em várias máquinas virtuais. Garantindo a conformidade do plano de recuperação de desastre sem impactar nossas cargas de trabalho de produção.

O appliance responsável pela alta disponibilidade dos serviços alocados no Data Center, utiliza o conceito de virtualização de storage para conseguir tanto efetuar o balanceamento de carga entre sites do Data Center, como em caso de indisponibilidade de um deles jogar a carga para outro sem que isso afete os serviços.

19.4. REDUNDÂNCIA - PLANO CONTINGÊNCIA

Para garantir a alta disponibilidade conta com links de dados redundantes, sendo eles: link de dados dedicados da RNP, e de uma operadora contratada através de licitação.

19.4.1. Infraestrutura de execução e suporte.

A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta.

O suporte às soluções de Tecnologia da Informação (TI) oferecidas pelo IFMT é dividido em níveis. No primeiro deles, os técnicos de TI para as demandas locais, que identificam as demandas relatadas pelo usuário, com base no seu conhecimento e recursos disponíveis ele soluciona a demanda ou encaminha para outro nível de atendimento. No segundo nível, são atendimentos relacionados aos sistemas ofertados globalmente, cuja interferência exige vasto conhecimento para aplicação de correções e ajustes, cujo impacto é imediato. Caso a demanda necessite de maior especialidade/nível de acesso, ela será encaminhada para o último nível. O terceiro nível está composto por duas áreas Sistema e Infra, elas provêm os serviços demandados da instituição e suporte especializado.

Para o controle dessas demandas, é sistematizado através de ferramenta de chamados, cujos registros nos oferecem indicadores essenciais nas tomadas de decisão da gestão. Na ferramenta todos os usuários tem acesso para a abertura das solicitações (chamados), bem como todos os integrantes dos níveis apresentados acima utilizam a ferramenta para o tratamento e solução das demandas.

19.4.2. Plano de expansão e atualização de equipamentos.

Nossa gestão da Tecnologia de Informação envolvendo diagnóstico, planejamento, abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de informações, infraestrutura e pessoal para atender às necessidades de informação com ações estratégicas, táticas e operacionais necessárias ao IFMT. Identificando os meios necessários (estruturas, processos, recursos humanos e materiais), implementação no nível tático, de forma a contemplar o desenvolvimento institucional esperado para os próximos anos.

A DSTI vinculada diretamente ao Reitor é o órgão responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação, por meio do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos tendo como atribuições:

- I - propor políticas e diretrizes da área de Tecnologia da Informação e Comunicação do IFMT;
- II - normatizar a metodologia de desenvolvimento de sistemas de informação;

- III - normatizar e prover sistemas de tecnologia da informação, no âmbito geral do IFMT;
- IV - prover suporte tecnológico na área de segurança da informação no IFMT;
- V - representar o IFMT nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- VI - colaborar na elaboração do Relatório de Gestão e na prestação de contas anual do IFMT;
- VII - coordenar a elaboração e a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- VIII - auxiliar o Comitê de Tecnologia da Informação no monitoramento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
- IX - administrar os espaços físicos e a infraestrutura utilizada pela diretoria, assim como o patrimônio sob sua responsabilidade;
- X - estabelecer e monitorar metas físicas e indicadores da sua área de atuação;
- XI - prestar apoio e assessoria aos campi e campi avançados em assuntos relativos à diretoria;
- XII - identificar novas necessidades do IFMT quanto à Tecnologia da Informação e Comunicação e planejar o desenvolvimento de projetos para o atendimento destas, em consonância com o PDTI;
- XIII - incentivar a inovação em tecnologias digitais, por meio de aplicações das TIC aos processos didático-pedagógicos;
- XIV - manter intercâmbio com as demais instituições correlatas, objetivando o desenvolvimento de projetos com benefícios comuns;
- XV - acompanhar a execução do planejamento orçamentário e financeiro dos recursos destinados às ações da diretoria;
- XVI - revisar, organizar, documentar e publicar os documentos relacionados à sua área;
- XVII - executar outras funções que lhe sejam inerentes ou lhe tenham sido atribuídas.

19.4.3. Recursos de tecnologias de informação e comunicação.

Os recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do IFMT asseguram a execução do PDI através, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, podendo ser verificada através do portfólio de serviços de TIC. Entre os principais recursos estão:

- Participação da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe). A CAFe é um serviço de gestão de identidade que reúne instituições de ensino e pesquisa brasileiras através da integração de suas bases de dados. Isso significa que, por meio de uma conta única (modelo single sign-on), o usuário pode acessar, de onde estiver, os serviços do IFMT e os oferecidos pelas outras organizações que participam da federação. Entre os principais benefícios desta participação, está o acesso ao portal de periódicos da CAPES, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual;

- Plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizado, através do Moodle - sistema referência na criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Seu uso no IFMT engloba tanto parte do currículo de cursos presenciais até pós-graduações integralmente à distância.

Desempenha um papel fundamental na capilarização do IFMT nas cidades em que não se faz presente com um campus;

- Sistema para a gestão dos processos administrativos da instituição via Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), do qual utilizamos os módulos: Almoxarifado, Contratos, Frota, Patrimônio, Protocolo e Gestão de Pessoas;

- Central de serviços e suporte ao usuário via GLPI como ferramenta de apoio;

- Sistema para automação de processos de biblioteca via Gnuteca;

- Plataforma de gerenciamento do portal e páginas institucionais;

- Sistema de gestão acadêmica integrada via Q-Acadêmico;

- Sistema de gestão de processos seletivos via Q-Seleção;
- Sistema de cadastro de fiscais via Adempiere;
- Serviço de telefonia interna de Voz sobre IP (VOIP) via elastix;
- Sistema de registro de diplomas e certificados via Adempiere;
- Sistema analítico de dados acadêmicos via Tableau;
- Gerenciamento completo do ciclo de vida de redes convergentes com e sem fio do Data Center e da rede local da reitoria e de alguns campi (em processo de expansão a outros campi) via Cisco Prime;
- Plataforma de Webconferência via MConf da RNP;
- Plataforma centralizada de gestão de rede sem fio na reitoria e em expansão para alguns campi;
- Sistema de gestão de projetos via Redmine.
- Implementação do Fone@RNP na reitoria e em alguns campi;
- Serviço de emissão de certificados digitais qualificados pela GlobalSign via ICPEdu;

Dos recursos de tecnologia da informação ofertados pelo IFMT, podemos destacar como soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras:

- Plataforma de Conferência Unificada, com a possibilidade de realizar videoconferências e webconferências integradas, além de transmissões ao vivo e gravações na mesma solução.
- Implantação de novos módulos no SUAP, como a integração com o CNPQ para a importação e sincronização do currículo Lattes dos pesquisadores/estudantes do IFMT. Módulo para gerenciamento de projetos de pesquisa e extensão, processo e documento eletrônico e inscrições dos jogos dos servidores.

19.5. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA.

O IFMT disponibiliza o AVA através da plataforma Moodle, que é um sistema referência na criação de ambientes virtuais de aprendizagem. Seu uso no IFMT engloba desde: 1) ferramenta para auxílio no ensino presencial; 2) parte do currículo de cursos presenciais; 3) graduações e pós-graduações integralmente à distância.

O ambiente Moodle está integrado com o sistema acadêmico de forma que permite ao docente registrar apenas no AVA a avaliação do estudante, que é importado para o registro escolar, otimizando a disponibilidade do docente e garantindo transparência e atendendo todo o ciclo do processo ensino/aprendizagem conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância.

O Moodle utilizado garante a interação entre todos os envolvidos, com adoção de recursos como salas de chats e fóruns entre os discentes, docentes e tutores.

Como principais recursos inovadores, podemos destacar que a plataforma foi implementada com o recurso de responsividade, permitindo sua completa adaptação ao dispositivo utilizado para acesso. O AVA muda sua aparência e disposição com base no tamanho da tela em que é exibido.

O AVA é utilizado como um espaço de aprendizagem, um conjunto de ferramentas disponíveis aos estudantes e docentes e tutores para a efetivação das propostas didático-pedagógicas, rompendo a ideia de sala de aula convencional para o de aprendizagem sem barreiras. Considerado muito além de repositório de materiais, possibilita a interação entre pessoas de diferentes realidades na formação de grupos de estudo e comunidades virtuais de aprendizagem, bem como o acesso rápido a material contemporâneo, permitindo o emprego de variados recursos pedagógicos interconectados, situação que multiplica o número de opções de estratégias pedagógicas para o aprendizado.

De modo geral, tal ferramenta é acessada mediante login e senha pessoal por qualquer dispositivo conectado à internet. O AVA é uma das principais plataformas de sustentação das atividades dos estudantes dos cursos na modalidade EaD do IFMT possibilitando o acesso aos conteúdos disponibilizados pelos docentes, a possibilidade de postagem de atividades, debates sobre temas em fóruns de discussão, mensagens com dúvidas e considerações, entre outros recursos.

Destaca-se que, o acesso do estudante aos materiais didáticos acontecerá de forma irrestrita, estando tudo disponibilizado para seus estudos a partir do

primeiro dia de aula do trimestre e assim permanecendo até o final deste período. Será possível ainda, interagir com materiais de disciplinas já cursadas.

No ambiente virtual de aprendizagem do IFMT estão disponíveis aos estudantes os materiais didáticos próprios das disciplinas específicas de seu curso, além de materiais relevantes à todos os cursos, bem como as ferramentas usadas para interatividade e promoção da aprendizagem. Destaca-se que, o IFMT fez a customização do AVA para atender as necessidades didático-pedagógicas propostas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Cada disciplina tem os seguintes materiais próprios:

- Plano de Ensino;
- Plano de Estudos;
- Acesso a e-books e Livro virtual da disciplina;
- Videoaulas;
- Materiais Complementares;
- Exercícios;
- Avaliações;
- Workshops;
- Softwares específicos (quando necessários);
- Materiais comuns às disciplinas;
- Calendário Acadêmico;
- Manuais e Tutoriais de apoio (inclusive gravados);
- Pesquisa de Satisfação com a disciplina – de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação e da Coordenação do Curso;
- Comunicados e avisos;
- Biblioteca Virtual;
- Espaço dos Egressos;
- Ferramentas de interação (materiais de interatividade) disponíveis;
- Fórum – no mínimo 1 (um) em cada disciplina;
- Ferramenta de tutoria EaD (fale com o tutor);
- Ferramenta de Estágio e TCC (para os cursos em que se aplica);

O AVA também tem integração com o sistema acadêmico, para onde são lançadas as notas das atividades realizadas e, tem-se o boletim e o histórico dos estudantes. Esse processo é integrado e não requer trabalho manual.

Com este ambiente, será possível acompanhar todo o processo de aprendizagem dos estudantes por meio de relatórios sobre performance e progresso. Desta forma é possível trabalhar de forma assertiva em possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

O IFMT busca eliminar todo e qualquer tipo de barreira no processo de ensino e aprendizagem, seja ela de ordem metodológica, instrumental ou comunicacional. Assim, na questão metodológica, os estudantes além do acesso aos conteúdos e interação com docente/tutores, também têm ações comunitárias (social, artística e cultural) através dos projetos de extensão, desenvolvidos nos polos de apoio presencial, onde são acompanhados e certificados pelo departamento de pós-graduação, pesquisa e extensão do IFMT e também, nos workshops.

Além dos recursos tecnológicos citados, o IFMT, busca a superação de barreiras metodológicas, atitudinais, comunicacionais e de instrumentos, priorizando sobretudo, a qualidade do processo de inclusão plena, pelo AVA. Desta forma, são disponibilizadas ferramentas tecnológicas de auxílio (softwares) para deficientes visuais: Dosvox e Jaws e/ou LeaderSpeaker e todas as videoaulas contarão com interpretação em Libras. Estaremos iniciando a capacitação da equipe para produção de audioaula, ou seja aulas em que haverá audiodescrição para atender diferenciadamente o estudante deficiente visual. O atendimento ao estudante com diferentes necessidades especiais será realizado via NAPNE, com integração com a Coordenação de Curso de cada curso, docentes, tutores e técnicos administrativos que atuam em cada curso.

O conjunto de recursos do AVA permitirá aos gestores de ensino de cada campus planejar juntamente com as coordenações, uma variada gama de estratégias para assegurar a acessibilidade pedagógica e metodológica aplicada ao AVA, buscando-se o aprimoramento do aprendizado dos discentes.

O desenvolvimento e a customização do AVA do IFMT não estão fechada em si mesma. Ao contrário, deseja-se que o usuário tenha uma boa experiência educativa e assim, a participação colaborativa do docente, tutor e do discente são fundamentais para a efetiva construção do ambiente. Haverá regularidade de pesquisas sobre a funcionalidade do AVA, bem como levantamento de participações de estudantes nos canais de comunicação para constante avaliação da percepção deles sobre o espaço de aprendizagem, inclusive do ponto de vista da acessibilidade pedagógica ou da qualidade gráfica, estética e pedagógica dos materiais. Assim, o AVA também está sempre sendo reavaliado para servir ao usuário e proporcionar melhoria na aprendizagem.

19.6. POLÍTICA DE USO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Os laboratórios de informática ou ambientes equivalentes do IFMT são de natureza pedagógica, destinando-se, prioritariamente, ao desenvolvimento de atividades acadêmicas. Esses laboratórios dispõem de estações de trabalho com softwares básicos e de diversas outras categorias educacionais e de possível aplicação pedagógica, além de acesso às mídias eletrônicas, ópticas e acesso à rede mundial de computadores (Internet). Parte dos softwares disponíveis nesses laboratórios de informática segue a política de uso do software livre, a qual preconiza a utilização, cópia e redistribuição desses softwares, possibilitando alteração de seu código fonte, tornando público e sem ônus seu uso, os demais são devidamente licenciados e registrados junto às empresas distribuidoras dos mesmos.

19.6.1. POLÍTICAS DE FUNCIONAMENTO

19.6.1.1. USUÁRIOS

Entende-se por usuário dos laboratórios de informática, docentes, tutores, técnicos administrativos e estudantes (técnico de nível médio, graduação, pós-graduação, extensão, etc).

É responsabilidade do usuário utilizar os equipamentos de forma adequada. Cabe ao usuário prover parcial ou totalmente os danos causados por má utilização.

Quanto à infração das normas pelos usuários:

- Na primeira infração o mesmo receberá advertência;

- Com a reincidência, o usuário receberá a segunda advertência e será encaminhada comunicação ao Coordenador do curso ao qual o estudante está matriculado, no caso de ser servido do IFMT, será comunicado ao seu superior imediato, para que o mesmo tome ciência que o usuário está utilizando os laboratórios de informática de forma indevida.
- Em uma terceira ocorrência os infratores estarão sujeitos à perda do direito total ou parcial ao acesso aos laboratórios de informática.

19.6.1.2. DO ACESSO

O acesso aos laboratórios de informática é restrito aos usuários supracitados. Os estudantes só poderão ter acesso e permanecer nos laboratórios de informática devidamente acompanhados pelo docente, coordenador, por um técnico administrativo ou estagiário do IFMT.

19.6.1.3 DOS HORÁRIOS

O horário de funcionamento dos laboratórios de informática é de acordo com os horários das atividades acadêmicas do IFMT determinado por cada campus.

A utilização dos laboratórios de informática é feita sob duas modalidades: “Em aula” ou “aberto para estudo”. Um laboratório estará “em aula” quando houver um docente ou instrutor/monitor fazendo uso do laboratório para aula da matriz curricular de algum curso mantido pelo IFMT, ou quando o treinamento (cursos de extensão). Laboratório “aberto para estudo” é quando o laboratório está sendo utilizado por estudantes para realização de trabalhos acadêmicos devidamente acompanhados.

Os usuários têm livre acesso aos laboratórios de informática nos horários em que estes estiverem como: “aberto para estudo”, de acordo com as disponibilidades.

Nos horários em que os laboratórios estiverem alocados para aulas só podem estar presentes docente e estudantes matriculados nas disciplinas em curso, devendo qualquer outro usuário verificar a disponibilidade dos laboratórios antes de acessar o recinto.

19.6.1.4 DAS NORMAS

Qualquer situação em que estas normas forem omissas, será resolvida pela coordenação do laboratório ou chefia do respectivo departamento, sendo estes os

órgãos competentes para tomar decisões referentes aos laboratórios de informática, ressalvada a competência de instâncias superiores.

As normas que regem o funcionamento dos laboratórios de informática podem sofrer alterações de acordo as necessidades do IFMT. As alterações nas normas só serão válidas mediante nova publicação.

19.6.1.5. DOS RECURSOS COMPUTACIONAIS

Os microcomputadores dos laboratórios de informática e demais equipamentos (fones, impressoras e etc.) devem ser utilizados exclusivamente no recinto dos laboratórios de informática, não podendo ser removidos.

A utilização dos laboratórios de informática e seus equipamentos é exclusivamente acadêmica, não devendo os mesmos serem utilizados para fins particulares dos usuários ou outras atividades.

Quanto à utilização dos recursos deve-se atentar que:

- É terminantemente proibida a utilização dos laboratórios de informática para fins não acadêmicos tais como jogos, trabalhos particulares ou para terceiros, acesso a informações pornográficas, uso de programas de bate-papo, dentre outros que possam denegrir a imagem do IFMT;
- O IFMT se reserva ao direito de autorizar ou não a utilização dos recursos computacionais dos laboratórios para atividades não acadêmicas;
- O acesso à Internet nos laboratórios de informática é livre, desde que não desobedeça às proibições descritas nos itens anteriores;
- É permitida a gravação e leitura de arquivos por parte dos usuários nos computadores dos laboratórios. O IFMT não se responsabiliza, entretanto, pela integridade dos dados, já que o acesso é global e não há qualquer política neste sentido;
- É terminantemente proibido o acesso ou permanência nos laboratórios portando alimentos ou bebidas de qualquer natureza, ou de pessoas fumando;
- O perfil dos laboratórios de informática, definido no final do período letivo para o período seguinte, não pode ser alterado em hipótese nenhuma, durante o período letivo;
- O suporte TI local do IFMT se reserva no direito de aceitar ou não pedidos de instalação de software fora dos prazos previstos;

- A instalação e configuração de qualquer software dos laboratórios de informática são de responsabilidade exclusiva do suporte TI do IFMT.

O corpo técnico de TI de cada campus, quando o mesmo não possuir técnico de laboratório dedicado, é responsável por garantir o bom funcionamento do laboratório no que diz respeito à manutenção das necessidades dos laboratórios para a realização das atividades para as quais tenham sido designados e para garantir o cumprimento das normas comportamentais.

19.6.2. COMPETÊNCIAS

19.6.2.1. SUPORTE TÉCNICO DE LABORATÓRIO

É responsabilidade do suporte TI ou técnico de laboratório do IFMT, prover a manutenção de hardware e de software dos laboratórios de informática.

A requisição de compra de suprimentos (cabos, conectores, teclados e etc) para a utilização nas dependências dos laboratórios de informática é feita pelo responsável escolhido pelo suporte TI do IFMT, bem como de software e equipamentos.

19.6.2.2. COORDENAÇÃO DOS CURSOS

É de responsabilidade das coordenações de cursos definirem os softwares necessários para a prática educacional de seus respectivos cursos, desde que sejam gratuitos ou tenham a licença de utilização para o devido fim.

É de responsabilidade dos coordenadores de curso fazer o levantamento das necessidades de seus cursos quanto aos suprimentos computacionais (cabos, conectores, cdroms etc) para satisfazer estas necessidades.

É responsabilidade dos coordenadores dos cursos efetuar planejamento da utilização dos laboratórios de modo a alocá-los apenas para disciplinas que efetivamente necessitem de recursos computacionais. Para alocações extras o docente deve recorrer ao controle acadêmico.

19.6.2.3. DOCENTES E TUTORES

No decorrer das aulas, o docente e ou tutor é responsável por todos os equipamentos existentes nos laboratórios devendo comunicar ao suporte TI/técnico de laboratório qualquer evento anormal envolvendo o hardware ou software de qualquer equipamento do laboratório.

Qualquer dano em equipamentos existentes nos laboratórios cujas responsabilidades estejam atribuídas aos docentes e ou tutores no horário do acontecimento é de responsabilidade do mesmo, sendo este responsável por sanar os danos de forma a atribuir ao causador destes, a responsabilidade por arcar com despesas necessárias.

O docente é responsável por fazer cumprir as normas deste documento relativo aos estudantes sob sua custódia dentro do horário de aula.

É responsabilidade do docente e ou tutor, zelar pelo bom uso dos recursos computacionais dos laboratórios, orientando seus estudantes para que procedam a correta utilização dos equipamentos e softwares.

É terminantemente proibido ao docente e ou tutor utilizar laboratórios de informática para ministrar aulas ou promover outro evento se o mesmo não estiver previamente alocado para sua disciplina.

É responsabilidade do docente e ou tutor, impedir o acesso ou permanência nos laboratórios de pessoas portando bebidas ou alimentos de qualquer espécie ou de pessoas que estejam fumando.

É responsabilidade do docente e ou tutor, orientar seus estudantes e efetuar cópia de segurança (backup) dos trabalhos executados nos microcomputadores dos laboratórios de informática.

É responsabilidade do docente e ou tutor, cumprir os horários de início e término das suas aulas, ficando terminantemente proibido excederem o horário de uso dos laboratórios em mais do que 10 minutos.

É responsabilidade do docente e ou tutor a solicitação e a entrega da chave, a abertura e o fechamento do laboratório, bem como o desligamento de todos os equipamentos pertencentes ao mesmo (computador, impressoras, ar condicionado, luzes e etc).

19.6.2.4. ESTUDANTES

A permanência do estudante nos laboratórios de informática fora dos horários de aula se dará mediante a apresentação de identidade estudantil. Obrigatoriamente o estudante deverá estar regularmente matriculado.

Mesmo que não seja solicitada a apresentação regular da identidade estudantil, o estudante tem a obrigação de sempre estar portando a mesma.

Os técnicos ou estagiários poderão solicitar a apresentação da identidade estudantil sem nenhum motivo especial, pois se trata de procedimento de rotina.

O estudante tem o dever de retirar-se do laboratório quando solicitado pelo docente, técnico ou estagiário.

É dever do estudante, verificar periodicamente os horários disponíveis dos laboratórios, bem como outras informações de interesse dos usuários dos laboratórios.

Os estudantes estão automaticamente de acordo com as normas e procedimentos dos laboratórios de informática no ato de sua primeira utilização das dependências dos laboratórios de informática.

É obrigação do estudante, tratar de forma cordial os docentes, técnicos e estagiários do IFMT, em qualquer circunstância, podendo o estudante ter seu acesso aos laboratórios proibido por tempo indeterminado.

19.7. POLÍTICA DE USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO IFMT

19.7.1. POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

Com o objetivo de prover a segurança, a disponibilidade e a integridade dos dados e das informações institucionais em meios eletrônicos e aprimorar o uso dos recursos de informática no desenvolvimento exclusivo de atividades administrativas e acadêmicas, o IFMT estabelece as seguintes diretrizes.

19.7.1.1 POLÍTICA DE SEGURANÇA

A política de segurança da informação do IFMT está contida na POSIC (Política de Segurança da Informação e Comunicações), disponível no site do Comitê de tecnologia da Informação (<http://cti.ifmt.edu.br/>).

19.7.1.2 CREDENCIAIS DE ACESSO

A política referente as credenciais de acesso do IFMT está contida na POSIC (Política de Segurança da Informação e Comunicações), disponível no site do Comitê de tecnologia da Informação (<http://cti.ifmt.edu.br/>).

19.7.1.3. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA

Aos docentes (cursos presenciais e a distância) e tutores EaD do IFMT é disponibilizado o Ambiente Virtual de Aprendizado, através da plataforma de ensino moodle, que tem por objetivo facilitar o relacionamento entre o docente/tutores e os estudantes e apoiá-lo no desenvolvimento de suas atividades.

Este ambiente estabelece um canal de comunicação virtual entre o docente e o estudante que permite a disponibilização de arquivos e mensagens e agendamento de atividades, bem como coordenar e monitorar o estudo dos estudantes.

O docente/tutor deverá realizar exclusivamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem os registros acadêmicos e administrativos da sua turma como: a chamada on-line (registrando a frequência do estudante e seu grau de participação), o registro do desenvolvimento dos itens previstos no plano de ensino e o registro das menções das avaliações.

19.7.1.4. SALAS GOOGLE CLASSROOM

Aos docentes e tutores do IFMT é disponibilizado acesso a Salas *Classroom* do Google.

19.7.1.5. ACESSO, ARMAZENAMENTO E USO DE SOFTWARES E DADOS INDEVIDOS

É vetado o uso dos recursos computacionais do IFMT para obtenção, armazenamento ou uso de softwares e arquivos que infrinjam a legislação sobre direitos autorais ou outra legislação ou norma em vigor (download de livros, músicas, vídeos, softwares piratas e outros que não foram adquiridos ou autorizados).

Não é permitida a instalação de qualquer aplicativo, software e outros recursos de informática sem a análise prévia da TI do IFMT.

19.7.1.6. USO DE E-MAIL INSTITUCIONAL

Todos os docentes e técnicos administrativos recebem um e-mail institucional com espaço ilimitado identificados com o e-mail: nome.sobrenome@ifmt.edu.br.

Todos deverão utilizar apenas o e-mail institucional para o envio e o recebimento de mensagens com conteúdo referente às atividades que exercem no IFMT, sendo vetado o uso deste e-mail para mensagens de cunho particular como

piadas, correntes, anúncios, de cunho religioso ou que possam ser consideradas ofensivas ou constrangedoras.

O usuário do e-mail institucional deverá incluir na assinatura do e-mail sua identificação, contendo, pelo menos, as seguintes informações: nome do colaborador, função que exerce departamento ou setor, telefone de contato e nome da unidade à qual está vinculado.

As mensagens por e-mail são elementos de formação da imagem institucional, por isso merecem o mesmo tratamento de uma mensagem impressa, evitando expressões impróprias e com a devida atenção às normas da língua portuguesa.

É vetado o uso de e-mail particular (não-institucional) mantido por provedores externos para envio e recebimento de mensagens referentes a sua atividade no IFMT.

19.7.1.7. USO DO HANGOUTS (CHAT e CONFERÊNCIA)

O Hangouts do Google é uma ferramenta disponibilizada pelo IFMT que permite a comunicação individual ou de grupos por meio da internet, mediante a troca de mensagens escritas em tempo real (chat) ou videoconferências.

Todos os computadores, dentro e fora do IFMT, possuem acesso a ferramenta Hangouts que pode ser instalada como uma extensão do navegador. Esta ferramenta deve ser priorizada como a alternativa às reuniões presenciais ou aos e-mails institucionais quando o registro não for necessário, e deve permanecer ativa durante o período em que o colaborador estiver conectado a um dos computadores do IFMT.

É vetado o uso ou a instalação nos computadores do IFMT de ferramentas de chat externas, como WhatsApp, Yahoo Messenger, Facebook Messenger, conversação em sítio web ou outros mensageiros instantâneos quando não previamente autorizados pela gerência das áreas ou coordenações de curso.

19.7.1.8 USO DE COMPUTADORES PARTICULARES

É vetada a inclusão de computadores particulares na rede administrativa ou acadêmica, com o fim de evitar riscos de contaminação por vírus, possibilidade de

invasão aos dados institucionais, distribuição indevida de software, entre outros problemas.

19.7.1.9. ARQUIVOS, LINKS E APLICATIVOS DE ORIGEM DESCONHECIDA

É vetada a execução de arquivos ou acesso a links de origem desconhecida, independente da origem: e-mail, mídia de armazenamento ou a partir de páginas da Internet.

Em caso de dúvida quanto à segurança ou origem do arquivo o servidor deve encaminhá-lo a equipe de TI do IFMT para análise de segurança e quanto à existência de vírus ou softwares mal intencionados.

19.7.1.10. ACESSO À INTERNET

É vetado o uso recreativo da Internet. O acesso a sites impróprios ou ofensivos, abrangendo preconceito, privacidade, direitos da mulher, da criança e do adolescente, pornografia, pedofilia, racismo, apologia a drogas e à violência, jogos e fotos de interesse particular, sites de relacionamento ou redes sociais (Facebook e semelhantes), quando não previamente autorizados, ferramentas de chat (Skype e semelhantes), ferramentas de controle remoto do computador (LogMein e semelhantes), entre outros, está proibido.

Caso tenha necessidade de acessar alguma página na internet que tenha sido bloqueada indevidamente por se tratar de um acesso legítimo e que pode ajudar a desenvolver as atividades dentro do setor, o servidor pode solicitar a liberação da página por e-mail ou contato com a equipe local de TI que irá analisar a solicitação e proceder com a liberação caso entenda que a página não acarreta risco ou desvio desta política.

É proibido o uso de softwares indevidos como de compartilhamento de arquivos ponto a ponto (bittorrent, kazaa, etc), mensageria instantânea não homologada (Skype, Messenger e etc) ou softwares específicos para acesso anônimo ou camuflado como proxies e Ultrasurf.

Lembramos que o uso da Internet pode ser monitorado e o usuário questionado quanto ao seu uso, estando ciente que pode ser passível de penalidades, nos termos da legislação vigente, pelo descumprimento da presente norma.

19.7.1.11. VIRUS, CÓDIGO E APLICAÇÕES MALICIOSAS

O Antivírus é a ferramenta corporativa com ações automatizadas para proteção dos equipamentos que evita a instalação de vírus ou aplicações maliciosas nos computadores do IFMT.

Normalmente, a equipe técnica do IFMT se encarrega da administração do Antivírus, mas é sempre importante o apoio dos servidores.

Nas máquinas que o servidor utiliza, deve verificar sempre se existe o antivírus instalado com sucesso observando o ícone da ferramenta na barra de tarefas, localizado no canto inferior direito do seu monitor.

Evite o uso de CDs ou *Pendrives* desconhecidos ou de terceiros. Quando necessário faça sempre uma verificação de vírus. Caso não saiba como proceder solicite o apoio da equipe de TI. Sempre reporte comportamento suspeito em seus computadores, principalmente de aplicações que você executa e não acontece nada.

19.7.1.12. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

É responsabilidade do colaborador, consultar periodicamente as Políticas Institucionais do IFMT, que são atualizadas sempre que necessário.

19.7.2. SANÇÕES

Compete aos responsáveis pelos departamentos garantir o cumprimento destas diretrizes e encaminhar advertência formal à gestão do IFMT, caso necessário, para que sejam aplicadas as sanções decorrentes da não observância a estas normas.

19.7.3. APOIO TÉCNICO

Compete DSTI, juntamente com as coordenações locais de TI do IFMT implementar mecanismos que assegurem estas diretrizes, atender às dúvidas dos usuários, fazer a manutenção nos equipamentos do IFMT e a instalação de qualquer software, analisando as solicitações conforme as regras citadas, cabendo-lhe encaminhar à Assessoria Jurídica do IFMT situações que suscitam dúvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985, 2ª Edição.
- ANTUNES, Ricardo. A terceira alternativa. *In Dilemas da atualidade*. São Paulo: CES, 1997.
- BERNSTEIN, B. M. On the classification and framing of educational knowledge. In: YOUNG, M. **Knowledge and control**. 6ª Ed. Londres: Collier Macmillan, 1980. P. 49-69.
- BORDENAVE, Juan Enrique Diaz. **O que é participação**. 8ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 30 de dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.
- BRUNO, Lúcia. **Poder e administração no capitalismo contemporâneo**. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade.(Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Campos, Denise Pereira de Araújo. **Assistência Estudantil na UFMT: trajetória e desafios**. Dissertação de Mestrado. 2012.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª Edição - São Paulo: Editora Ática, 2006.
- CIAVATTA, Maria; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.
- COSTA, Luiz Cláudio. *In* **Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento nacional**. MONTEIRO, Adalberto e AZEVEDO, Fábio Palácio (Orgs.). 1ª ed. Anita Garibaldi, 2010
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. Cadernos de



Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>

DALMÁS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, M; RAMOS, M. A gênese do Decreto nº. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. P. 21-56.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Pedagogia da Práxis**: 5ª ed. São Paulo, Editora Cortez 2010.

GANDIN, Danilo. GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

_____. **O planejamento como prática educativa**. 11ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GIMENO SACRISTÁN, J; PÉREZ GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: ArtMed, 1998

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 3ª ed. Ed. Civilização Brasileira, 1997.

JAPIASSU, Hilton. Prefácio. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1979.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 1994.

KUENZER, Acácia. CALAZANS, Maria Julieta. GARCIA, Walter. **Planejamento e educação no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora. Nova Coleção Questões da Nossa época. 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 5. Ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. – 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. *In*: ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma busca prática em busca de novos sentidos**. 5. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JONAS, Eline (Org.). **Violências esculpidas**. 1ª ed. Goiânia: Editora UCG, 2007.

MANACORDA, Mario A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

MARX, KARL. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade Oliveira (org.). **Gestão democrática da educação; desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. / tomás Dias Sant'Ana ...(et al). - Alfenas: FORPDI, 2017.

RAUPP, Marco Antonio. *In* **Ciência & Tecnologia para o desenvolvimento nacional**. MONTEIRO, Adalberto e AZEVEDO, Fábio Palácio (Orgs.). 1ª ed. Anita Garibaldi, 2010

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

Silva, R.F.P.B., **O Balanced Scorecard aplicado à Administração Pública: um modelo Aplicável a uma Instituição de Ensino**, in Faculdade de Economia. 2009, universidade do Porto. Citado por: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. / tomás Dias Sant'Ana ...(et al). - Alfenas: FORPDI, 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos. **As dimensões do projeto político pedagógico**. 5ª ed. São Paulo: Editora Papirus, 2007.